

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Kristina Sentyurina

**Política Estatal Petrolífera da Rússia
e do Brasil no Século XXI: Os Casos
da Rosneft e da Petrobras**



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Kristina Sentyurina

**Política Estatal Petrolífera da Rússia
e do Brasil no Século XXI: Os Casos
da Rosneft e da Petrobras**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciência Política

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Alena Vysotkaya Guedes Vieira
e da
Professora Doutora Laura Cristina Ferreira-Pereira

abril de 2019

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo amor e apoio incondicional,

À minha orientadora, Professora Doutora Alena Vysotkaya Guedes Vieira, pela sua disponibilidade e incentivo. Pela sua compreensão, sabedoria, profissionalismo e a forma interessada, extraordinária e pertinente que me acompanhou em todos os momentos deste percurso,

À minha coorientadora, Professora Doutora Laura Cristina Ferreira-Pereira, pela participação e pelo seu contributo profissional e científico fundamental na realização deste trabalho,

À Cláudia Coelho, pela amizade,

Ao Diogo Guerra da Silva, pelo amor,

E a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para esta dissertação. Obrigada.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

POLÍTICA ESTATAL PETROLÍFERA DA RÚSSIA E DO BRASIL NO SÉCULO XXI: OS CASOS DA ROSNEFT E DA PETROBRAS

RESUMO ANALÍTICO

Nas últimas décadas, o petróleo tem se tornado num recurso estratégico e passou a influenciar tanto a política interna, como a política externa dos países, dada a sua importância económica, geopolítica e estratégico-militar. As preocupações relativas ao setor energético prendem-se antes de mais com o fornecimento estável de petróleo e de gás natural e com as dificuldades provocadas pelas crises energéticas. Neste sentido, o desenvolvimento de políticas relativas às necessidades energéticas dos países individuais é fundamental para a sua estabilidade política, económica e social.

O surgimento de Companhias Nacionais Petrolíferas representa um fenómeno associado ao interesse de (alguns dos) Governos em controlar a esfera energética dos seus países. Com o objetivo de traçar uma linha condutora entre a problemática das políticas de gestão de reservas energéticas e o crescente aumento da importância do petróleo no mercado internacional, vamos procurar analisar, de uma forma comparada, as políticas estatais petrolíferas da Rússia e do Brasil. A identificação dos desafios e das prioridades estratégicas relativos à estas políticas será realizada através do enfoque nas duas empresas estatais petrolíferas, Rosneft e Petrobras, e especialmente na sua cooperação com os respetivos Estados. A presente dissertação visa desenvolver uma abordagem analítica que especifica as opções de cooperação entre as empresas petrolíferas e o Estado, e apoia-se, em termos das escolhas metodológicas, numa análise de natureza interpretativista e *process-tracing*,

Palavras-chave: petróleo; política estatal petrolífera; Rússia; Brasil; Rosneft; Petrobras

OIL POLICIES OF RUSSIA AND BRAZIL IN THE XXI CENTURY: THE CASES OF ROSNEFT AND PETROBRAS

ABSTRACT

Over the past decades, petroleum has become a strategic resource of crucial importance, capable of influencing both the internal and external policies of individual countries due to its economic, geopolitical and military value. Concerns over the energy sector have been mainly related to the secure supply of oil and natural gas, but also to ways of dealing with difficulties caused by the cyclic energy crises. In this connection, creation and implementation of policies to adequately deal with the energy demand of individual countries is paramount to their political, economic and social stability.

The creation of diverse National Oil Companies (NOC) is a phenomenon related to (some of) governments' interest to control the energy sector of their countries. Aiming to explore the connection between the policy of energy reserves and the growing importance of oil for the international market, we will undertake a comparative analysis of the energy policies of Russia and Brazil and identify the respective challenges and strategic priorities, by focusing on two oil companies, namely Rosneft and Petrobras. We will also try to understand and compare the way these companies cooperate with their respective states. The present dissertation aims to develop an analytical approach specifying instances of cooperation between oil companies and states, while drawing, in terms of methodological options, on interpretivist analysis and process-tracing.

Keywords: petroleum; state oil politics; Russia; Brazil; Rosneft; Petrobras

ÍNDICE

Agradecimentos.....	I
Resumo analítico.....	V
Abstract.....	VI
Índice.....	VII
Lista de abreviaturas.....	IX
Lista de tabelas.....	X
Lista de gráficos.....	XI
Introdução.....	1
Objetivos, pergunta de investigação e delimitação temática.....	2
Estado da arte.....	4
Abordagem analítica.....	8
Estudos de caso.....	10
Metodologia e dados.....	15
Estrutura da dissertação.....	16
Capítulo 1: O setor energético na perspetiva histórica.....	18
1.1. Surgimento das preocupações energéticas: desde o século XIX até aos anos 70 do século XX.....	18
1.2. A segurança energética após as crises petrolíferas dos anos 70.....	20
1.3. AS NOC enquanto novo instrumento da política energética.....	24
Capítulo 2: Rússia – o caso da Rosneft.....	29
2.1. A evolução do setor petrolífero na Rússia e a influência do Estado nesta esfera.....	29
2.2. Rosneft – a principal companhia estatal petrolífera.....	37
2.3. Política estatal petrolífera da Rússia no século XXI.....	41
2.3.1. A política petrolífera de Vladimir Putin.....	41

2.4. Estratégia energética – 2035.....	46
Considerações finais.....	49
Capítulo 3: Brasil – o caso da Petrobras.....	52
3.1. A evolução da indústria petrolífera no Brasil e a influência do Estado nesta esfera energética.....	52
3.2. Petrobras – a companhia estatal petrolífera.....	59
3.3. Política estatal petrolífera brasileira nos finais do século XX e início do século XXI	64
3.3.1. As presidências de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)	64
3.3.2. A presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).....	65
3.3.3. A presidência de Dilma Rousseff (2011-2016).....	66
3.4. O Plano Nacional de Energia – 2030	69
Considerações finais.....	72
Capítulo 4: Rússia e Brasil numa perspetiva comparada	74
4.1. A Evolução inicial e contextualização do desenvolvimento da indústria petrolífera.....	74
4.2. O Contexto político e a redefinição do interesse nacional	77
4.3. Índice petrolífero da Rússia e do Brasil	82
4.3.1. Reservas, produção e consumo	83
4.3.2. Exportações e importações	87
4.4. Considerações finais.....	92
Conclusão	94
Bibliografia	103

LISTA DE ABREVIATURAS

AIE	Agência Internacional de Energia
ANP	Agência Nacional de Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAP	Programa de Aceleração do Crescimento
CNP	Conselho Nacional de Petróleo
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
EUA	Estados Unidos da América
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
MNE	Ministério de Minas e Energia
NOC	National Oil Companies/Companhias Estatais Petrolíferas
OPEP	Organização dos Países de Exportação de Petróleo
PNE	Plano Nacional de Energia
PT	Partido Trabalhador
PROMINP	Programa de Mobilização de Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US\$	Dólares dos Estados Unidos da América

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Prioridades estratégicas à esfera petrolífera na Rússia e no Brasil	9
Tabela 2: Índices de petróleo cru na Rússia e no Brasil	14
Tabela 3: Evolução inicial e contextualização do desenvolvimento da indústria petrolífera na Rússia e no Brasil.....	74
Tabela 4: Contexto de surgimento das empresas estatais petrolíferas da Rússia e do Brasil	77
Tabela 5: Redefinição do interesse nacional da Rússia e do Brasil	78
Tabela 6: Reservas de petróleo provadas na Rússia e no Brasil entre 1997 e 2017 (em mil milhões de barris).....	83
Tabela 7: Produção de petróleo na Rússia e no Brasil entre 2007 e 2017	84
Tabela 8: Consumo de petróleo na Rússia e no Brasil entre 2007 e 2017 (em milhares de barris por dia)	85
Tabela 9: Exportação do petróleo cru na Rússia e no Brasil entre 2000 e 2016.....	87
Tabela 10: Importação de petróleo cru na Rússia e no Brasil entre 2000 e 2016	88
Tabela 11: Prioridades estratégicas atribuídas à esfera petrolífera da Rússia e do Brasil	94
Tabela 12: Síntese da prioridade estratégica atribuída ao setor petrolífera.....	99
Tabela 13: Síntese das políticas estatais petrolíferas definidas por documentos oficiais	100
Tabela 14: Prioridades estratégicas da Rússia e do Brasil	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Média anual dos preços de petróleo Brent (US\$ por barril) entre 2000 e 2017	82
Gráfico 2: Exportação de petróleo cru da Rússia e do Brasil entre 2000 e 2016 (em milhões de US\$)	89
Gráfico 3: Importação de petróleo cru da Rússia e do Brasil entre 2000 e 2016 (em bilhões de US\$)	89

INTRODUÇÃO

O petróleo desempenha um papel fundamental no mundo contemporâneo. Desde os meados do século XIX, o petróleo tem gerado uma revolução científica e tecnológica acompanhada por um desenvolvimento industrial. Mais importante ainda, este recurso representa a base dos combustíveis usados nos transportes, máquinas e processos de produção, e é ainda parte integrante de diversos materiais críticos, incluindo plástico, tintas, borracha, entre muitos outros. Através desta matéria-prima, produz-se uma grande quantidade de produtos e mercadorias vitais tanto para a economia como para a tecnologia da maioria dos países, afetando assim diretamente as suas sociedades, algo que causa constantes disputas sobre este recurso energético. O petróleo influencia o nível económico dos países, a sua segurança, e acaba assim por definir a política mundial. Mesmo que a tendência para o uso de fontes energéticas alternativas seja cada vez mais significativa, as aplicações do petróleo são de tal forma transversais, complexas e diversificadas que não permitem prever um fim próximo da necessidade da sua extração.

O início do uso de petróleo, que remonta às rivalidades entre Grã-Bretanha e Império Russo nos finais do século XIX, o rápido avanço industrial e tecnológico associado ao uso do petróleo e os seguintes acontecimentos, tais como uso de petróleo na Primeira Guerra Mundial em 1914, formação de cartel económico em 1928, e as seguintes crises petrolíferas dos anos 70 do século XX demonstraram a importância do petróleo como um fator decisivo da geopolítica mundial.

Devido a esta trajetória histórica particular, por um lado, e à quantidade de reservas petrolíferas existentes, por outro, a segurança energética foi-se tornando numa questão crítica das estratégias nacionais dos Estados, contribuindo para a relevância internacional das respetivas políticas domésticas. Segundo Silva (2007: 69), a segurança energética é um dos “*grandes desafios do século XXI a par com o terrorismo e a ameaça climática*”, o que exige um novo quadro conceptual para compreender uma nova estratégia para lidar com os respetivos desafios, algo que justifique a preocupação académica com este assunto.

Considerando que a distribuição assimétrica dos recursos energéticos tem provocado desacordos e conflitos na arena internacional, os países definem e alteram a sua posição internacional na sequência da avaliação dos seus recursos e as capacidades da sua extração e/ou transportação. A capacidade de controlar e gerir a exploração e produção dos recursos e produtos energéticos, incluindo de gás e petróleo, torna-se num assunto da extrema importância, exigindo

uma política da segurança energética que articula o nível nacional e internacional.

Ao mesmo tempo, a problemática da política energética/petrolífera encontra um contexto cada vez mais mediatizado na atualidade. Neste sentido, é relevante destacar a importância do conceito de segurança energética que se aplica ao setor energético, especialmente relevante no caso de petróleo, enquanto fonte essencial de energia, devido às possibilidades que este recurso natural oferece e à posição vantajosa da indústria petrolífera na estrutura energética mundial (Antonov, 2000).

A preocupação dos governos de garantir a segurança energética dos seus Estados resultou na criação das Companhias Nacionais Petrolíferas (CNP/NOC). Trata-se de empresas que pertencem na sua totalidade ou na sua maioria ao governo nacional. Para efeitos da presente investigação, destacam-se duas NOCs particulares: a companhia petrolífera Rosneft, no caso da Rússia, criada em 1991, e Petróleos Brasileiros S.A. (Petrobras), no caso do Brasil, fundada em 1953. Ambas surgiram na sequência da identificação da necessidade, por parte dos governos nacionais, de controlar os respetivos setores energéticos, visando o objetivo de estabilizar, economicamente e politicamente, os seus países.

A presente dissertação tem assim como intenção analisar as políticas estatais petrolíferas da Rússia e do Brasil e identificar as suas prioridades estratégicas no setor petrolífero, com especial atenção para duas empresas estatais petrolíferas, nomeadamente Rosneft e Petrobras, utilizando como pano de fundo a problemática do setor energético e o crescente aumento da importância do petróleo no mercado internacional.

OBJETIVOS, PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO E DELIMITAÇÃO TEMÁTICA

Esta dissertação insere-se na área de estudo sobre o Estado e a sua relação com agentes privados representados por companhias petrolíferas. Pretende-se demonstrar a importância deste relacionamento através da análise da configuração da política petrolífera na Rússia e no Brasil em perspectiva histórica e comparada, tendo como foco as empresas Rosneft e Petrobras, que desempenham um papel político importante na Rússia e no Brasil e também têm impacto na economia nacional. Com vista a realizar os objetivos da presente investigação, podemos definir a pergunta de investigação da seguinte forma:

De que forma as políticas estatais petrolíferas, que se desenvolvem no contexto de próxima interação entre os Estados e as empresas privadas, se posicionam quanto à prioridade estratégica atribuída ao petróleo no caso da Rússia e do Brasil, e com que consequências para as empresas-chave, nomeadamente Rosneft e Petrobras?

Em termos da delimitação temática, é importante salientar que as políticas de energia representam uma área de análise muito vasta, que pode ser explorada através de várias perspetivas disciplinares. Por isso, é necessário fazer algumas observações que estão na base do presente trabalho de investigação. Primeiro, a presente dissertação não procura estudar os dois casos, da Rússia e do Brasil, de forma separada e pormenorizada, atendendo à complexidade e contexto específico histórico, político e económico de cada um deles. A investigação nestes termos já foi realizada por outros autores, como, por exemplo, Henderson (2012) e Baev (2014), relativamente aos casos de Rosneft; ou Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider (2013), relativamente ao caso de Petrobras. O objetivo do presente estudo é sobretudo explorar de uma forma comparada a cooperação das empresas petrolíferas com os respetivos Estados. Visto que não se trata também de um trabalho de cariz puramente económico, não se pretende explorar as políticas da Rússia do Brasil desta perspetiva, considerando, por exemplo, as indústrias petrolíferas. Além disto, não é o objetivo deste trabalho explorar a política energética em toda a sua complexidade, que inclui várias dimensões, por exemplo, as políticas em relação ao produção e comércio do etanol ou gás natural, bem como a sua relação com as políticas ambientais. Finalmente, apesar de constatar uma dinâmica crescente em relação à produção dos contributos académicos sobre as políticas petrolíferas da Rússia e do Brasil em certas regiões, como, por exemplo, o Ártico, no caso da Rússia, onde a cooperação dos dois Estados com outros atores internacionais é especialmente atual e relevante, a presente dissertação exclui da sua análise a respetiva temática da cooperação regional¹.

O período temporal da análise das políticas estatais petrolíferas e estratégias energéticas dos dois países é o período 2000-2016. Com o começo do novo milénio em ambos os países, verifica-se uma mudança ao nível da liderança política que teve como consequência alterações

¹ Entre outros exemplos dos respetivos contributos que incluem a análise das soluções alternativas para o consumo de petróleo e a evolução do etanol e do biodiesel no Brasil: Leite, R. C. C.; Leal, M. R. L. V. 2007. "O biocombustível no Brasil". São Paulo: Novos Estudos; Kohlhepp, G. 2010. "Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil" São Paulo: Estudos Avançados, volume 24, número 68. No caso do Ártico, outro exemplo do contributo que explora a cooperação internacional é: Keil, K. 2013. "The Arctic: a new region of conflict? The case of oil and gas".

profundas nos respetivos sistemas políticos e económicos. No caso russo, verificou-se a eleição de Vladimir Putin (2000 a 2008 e desde 2012) e Dmitriy Medvedev (2008 a 2012) como presidentes da Rússia. No caso brasileiro, o período foi marcado pelas presidências de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) e, posteriormente, de Dilma Rousseff (2011 a 2016). Apesar da empresa petrolífera Petrobras ser mais antiga (1953) do que a Rosneft (1993), ambas as empresas se tornaram essenciais para os seus governos a partir do novo milénio, num contexto de mudanças políticas e económicas fundamentais.

A questão das políticas estatais petrolíferas e a definição das prioridades estratégicas dos governos ainda se encontram num nível conceptual bastante reduzido. Nesse sentido, é importante explorar a interação entre os Estados e companhias nacionais petrolíferas Rosneft e Petrobras. Através desta investigação, pretendemos entender de que forma o governo influencia as estratégias da indústria petrolífera e entender a evolução dos setores petrolíferos na Rússia e no Brasil e o impacto que as suas empresas petrolíferas estatais têm no exercício da sua política interna. É neste contexto que vamos investigar os casos das empresas acionistas Rosneft e Petrobras e verificar a influência estatal nestas empresas e que tipo de relação existe entre os Estados e estes agentes petrolíferos. Os objetivos secundários incluem estabelecer o nível da importância do setor petrolífero a nível nacional e, além disso, identificar o papel dos governos russo e brasileiro na área energética, analisar o papel do fator petrolífero na economia nacional, identificar o interesse das companhias petrolíferas na evolução das políticas externas nacionais e classificar a potencialidade ou a realidade de utilização do petróleo como instrumento no exercício das políticas externas dos países.

ESTADO DA ARTE

Considerando o objetivo da análise das políticas petrolíferas da Rússia e do Brasil, com especial ênfase nas empresas petrolíferas estatais Petrobras e Rosneft, o atual estado da arte apresenta vários desafios. O principal deles consiste no facto da bibliografia sobre este assunto não ser extensa e só existirem poucos contributos em perspetiva comparada. Por isso, foi necessário recorrer ao estudo da bibliografia (também ela escassa), que estuda os dois casos separadamente, ou aquela que abrange mais do que uma única dimensão da política energética.

Considerando a referida limitação, a análise do estado da arte atual permite identificar as tendências abaixo descritas.

No caso russo, destaca-se uma corrente da bibliografia que retrata a transição entre a época de Boris Yeltsin para o novo milênio, onde, de acordo com vários autores, como Simonov (2005), Reynolds e Koldziej (2007), Bradshaw (2009) e Kretzschmar et al. (2013), a aspiração das elites russas de retomar controlo sobre a indústria petrolífera apresenta-se como o fator crucial para o atual estado da política energética russa. Na continuação desta linha de investigação, vários contributos têm analisado a política de Vladimir Putin, que se destaca pela sua aposta numa política energética onde o Governo assume uma posição de controlo e tenta retomar as empresas privatizadas (Fjaeroft e Lunden, 2015; Rutland, 2009; Ryzhenko, 2014; Tsygankov, 2006, Tsygankov, 2005; Tuzova e Quayum, 2016). Apesar da Rússia continuar a depender das exportações energéticas (petróleo e gás natural) e, deste modo, ser vulnerável às alterações dos preços no mercado mundial, Moscovo também tenta evitar envolvimento internacional nas suas empresas, e das empresas estrangeiras no seu mercado, através de diversas medidas (*vf.* Locatelli (2006), e Pirog (2007, 2007a), Ryzhenko (2014)). Outros autores consideram que a Rússia, uma potência (re)emergente, tem utilizado a sua vantagem energética sobretudo para aumentar o seu poder e influência internacional. A política energética é frequentemente designada como a principal ferramenta da política externa russa (Kose (2016), Newnhaw (2011)), algo que permite a Pavel Baev retratar a Rússia como Grande Potência Energética (*Great Energy Power*) (Baev, 2014). Em relação à Rosneft, existe alguns contributos que destacam o seu papel central na política e economia russa. Este é, por exemplo, o caso do contributo de Poussenkova (2007), que demonstra como esta empresa ganhou uma posição de destaque através do apoio estatal e que enfatiza uma estratégia particular escolhida por Sergei Bogdanchikov, presidente da Rosneft entre 1998 e 2010. Este último utilizou os seus laços políticos para conseguir o consentimento das elites políticas e para dominar o setor energético. Quando se aborda a temática da Rosneft e da sua relação com o governo, no âmbito dos estudos sobre a política externa russa, os contributos existentes indicam a evidente influência do Estado nos assuntos internos e na gestão da política energética da empresa (Baev, 2014, Poussenkova, 2007; Kose (2016) e, Newnhaw (2011); Olcott, 2004; Baev 2013; Kropatcheva, 2014). Contudo, a maior parte dos contributos sobre a Rosneft retrata a sua evolução sem investigar a sua relação com o Estado ou cooperação desta empresa com outros atores internacionais.

Para efeitos do estado da arte relativo ao primeiro capítulo, é importante referir a existência

de uma grande quantidade de contributos que se dedicam especificamente à segurança energética (Yergin, 2006; Silva, 2007; Denchev, 2010). Esta corrente da bibliografia tanto inclui contributos apenas ao nível teórico (sem abordar a relação entre o Estado e as empresas energéticas particulares, incluindo as NOC) como os estudos de caso particulares (como, por exemplo, EUA) (Borda e Suárez, 2015).

Relativamente ao caso russo, encontram-se ainda contributos sobre a política energética enquanto uma dimensão distinta da política externa russa. No que diz respeito à política petrolífera russa e o seu desenvolvimento económico e político, destacam-se os contributos de Bahgat (2010); Bhar e Nikolova (2010); Furman (2004); Hanson (2009); Pirog (2007b); Poussenkova e Bessonova (2008); Turitzyn (2015).

No caso brasileiro, destacam-se, na bibliografia existente, as correntes que se dedicam aos eventos particulares que marcaram a política energética nacional, especialmente a “Operação Lava Jato” e a corrupção política, e ainda à importância do pré-sal². Considerando a bibliografia mais recente, destaca-se o aumento dos contributos que analisam a política energética brasileira numa ligação com as políticas de produção e comércio de etanol.

Historicamente, a política petrolífera brasileira tem demonstrado um desenvolvimento gradual da sua esfera energética. Ao procurar regular ao máximo o seu setor energético, o Estado brasileiro nacionalizou, em 1953, esta área económica totalmente com a criação da Petrobras (Lucchesi, 1998; Rody, 2017; Dias e Qauglino, 1993; Morais, 2013). No entanto, na medida que os recursos energéticos demonstraram a sua importância crítica para o desenvolvimento económico e sustentável do Brasil, em 1998, a política de monopólio estabelecida em 1954, com a criação da Petrobras, foi substituída por uma política energética alternativa que visava uma melhor exploração dos recursos primários, especialmente o petróleo (Almeida, 2009; Almeida 2008). De acordo com Goldemberg e Moreira (2005), as principais preocupações são o interesse do mercado consumidor e as dificuldades da exploração de fontes energéticas. Deste modo, as políticas industriais brasileiras tomaram rumo mais internacional, mas sempre sob controlo federal. Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider (2014) retratam a Petrobras como um ator chave na política industrial brasileira e sublinham a importância das políticas industriais para o governo brasileiro. Estes autores contestam a implementação e execução de políticas estatais no contexto democrático que prevalece desde o início do século XXI no Brasil nas empresas estatais, como,

² A camada de pré-sal refere-se a uma camada de rochas formadas preferencialmente por rochas carbónicas e localizadas abaixo de uma camada de sal. O litoral brasileiro é constituído por um conjunto de rochas com muito potencial para a geração e acúmulo de petróleo e gás natural.

por exemplo, Petrobras. De facto, o que se tem notado nos últimos anos é a necessidade do governo brasileiro de implementação de políticas, especialmente novas políticas sociais, para desenvolvimento da política industrial nas grandes empresas estatais (Almeida, 2009). Para o Brasil, o desenvolvimento económico do país tem sido a prioridade estratégica do Estado (Bernal-Meza, 2002) através da liberalização e abertura do seu mercado aos investimentos estrangeiros (Barbi e Silva, 2008) bem como da necessidade de regulação da sua indústria energética (Ferreira, 2009; Hernandez-Perez, 2011; Rodrigues, 2013). Contudo, em 2014 a Petrobras foi acusada de tentativas de lavagem de dinheiro e tornou-se alvo de investigação e centro das polémicas. Este acontecimento ficou conhecido como “Operação Lava Jato” e levou a posterior *impeachment* da então Presidente do Brasil, Dilma Rousseff (Barros, 2015; Cioccarri, 2015).

Finalmente, em relação à última corrente que se destaca no estado da arte sobre o caso brasileiro, vários contributos têm demonstrado como as descobertas das reservas de petróleo nas camadas do pré-sal têm favorecido o crescimento económico nacional (Alkimim, n/d; Morais, 2013; Ramirez - Cendrero e Paz, 2017; Fernandez e Santos, 2017). A preocupação principal decorrente deste acontecimento foi tornar o Brasil num país autossuficiente (Goldemberg e Moreira, 2005; Oliveira e Rubiano, n/d; Lima e Silva 2012; Szklo, Machado e Schaeffer, 2006), mantendo a Petrobras como principal ator no setor petrolífero brasileiro (Antolín e Cendrerdo, 2013; Barbi e Silva, 2008; Paz, 2014).

Depois de ter analisado o atual estado da arte, é possível concluir que, apesar de existirem contributos sobre a relação da política com o setor petrolífero, a maioria não exemplifica este relacionamento através de empresas estatais e agentes privados petrolíferos. Além disso, vários autores estabelecem uma relação entre a gestão política com o desenvolvimento económico do país. Assim sendo, o nosso estudo irá focar-se essencialmente em duas empresas petrolíferas estatais, russa e brasileira, e no seu papel na execução da política externa da Rússia e do Brasil. No estudo da arte atual, não existem estudos comparados entre a Rosneft e a Petrobras³.

³ A única exceção neste sentido é o contributo de Henderson (2012). Este autor, do Instituto de Oxford para os Estudos Energéticos, aborda três estudos de caso: Statoil, Rosneft e Petrobras, definindo estas empresas como National Oil Companies (NOC). É de notar que alguns outros autores também referiram o conceito de NOC nos seus trabalhos (Pirog, 2007; Tordo, Tracy, Arfaa, 2011; McPherson, 2003).

ABORDAGEM ANALÍTICA

O propósito da abordagem analítica aplicada nesta dissertação é organizar a investigação aos modelos específicos de relações entre as companhias nacionais petrolíferas com os respectivos Estados, para poder explorar que tipo de políticas estatais, legislações e prioridades estratégicas são adotadas em cada caso.

Com base no estado da arte analisado, e visando fornecer uma abordagem para a análise dos dois estudos de caso, a presente dissertação define dois modelos-tipo da política petrolífera, ou seja, duas perspectivas que assumem a possibilidade de variação em termos das prioridades estratégicas nas respectivas políticas energéticas dos governos russo e brasileiro. Como ponto de partida, afirma-se que a forma e o tipo da participação do Governo em esferas energéticas e a interação do Estado com as empresas-chave deste setor são sintomáticas das suas prioridades estratégicas.

Assim, por um lado, temos um modelo que se destaca pela ênfase no desenvolvimento económico enquanto prioridade estratégica. A política energética funciona neste caso como o impulsionador da evolução e do crescimento económico do país, que aplica a “lógica do mercado” às políticas energéticas, uma posição que se traduz numa postura cooperativa em relação aos outros atores, nacionalmente e internacionalmente. As principais preocupações do respetivo governo estão associadas a assuntos da eficácia energética e à atração de investidores que contribuam para o desenvolvimento do setor energético e especialmente para a sua modernização. A política energética é vista como uma possibilidade para o país se tornar um ator internacional (mais) importante, mediante a sua participação na economia internacional.

Por outro lado, é possível identificar, em termos analíticos, um modelo das políticas energéticas centrado na soberania nacional. Neste caso, a prioridade estratégica é sobretudo a estabilidade e controlo sobre a política interna, que o respetivo governo assume como a sua principal responsabilidade. Esta postura define, ultimamente, a forma da participação do governo na esfera energética, o seu papel como o ator principal e ainda uma “diplomacia energética” que utiliza os recursos energéticos nacionais como instrumento da política externa assertiva. Ao destacar os recursos energéticos em assuntos políticos e económicos como algo intrinsecamente ligado à segurança e soberania nacional, o Governo procura estabelecer um controlo estratégico e militar em áreas críticas, criando relações de “dependência petrolífera” (Borda, 2016).

Na sequência da identificação destas duas posições, podemos resumir a abordagem analítica na seguinte tabela, que apresenta as formas das políticas estatais petrolíferas expressarem a prioridade estratégica.

Tabela 1: Prioridades estratégicas à esfera petrolífera na Rússia e no Brasil

	Desenvolvimento económico (alto)	Desenvolvimento económico (baixo)
Soberania nacional (alta)	—	Rússia
Soberania nacional (baixa)	Brasil	—

Fonte: tabela elaborada pela autora

A análise do estado da arte e das políticas energéticas dos dois estados permite posicionar, como ponto de partida, os dois estudos de caso dentro da respetiva tabela.

No caso do Governo brasileiro representado pelo Partido dos Trabalhadores (nas presidências de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2011, e Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016), que surgiu como um agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores de cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas, defendeu primeiramente o crescimento económico, desenvolvimento sustentável e inclusão social, e, por outro lado, a promoção da soberania nacional. Desde 1990, as instituições políticas brasileiras procuraram motivos para a implantação de reformas orientadas para o mercado (Massimo, 2013). O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva provocou uma redefinição na composição do bloco no poder, contribuindo para o desenvolvimento do neoliberalismo no país (Machado, 2009). A afirmação do projeto político neoliberal proporcionou a construção de um novo modelo económico e redefiniu as relações políticas entre as classes e as frações de classes que constituem a sociedade brasileira (Filgueiras, 2006). Assim sendo, o Brasil caminha no sentido de adotar uma posição cada vez mais (neo)liberal de forma a atender às necessidades do Estado e a liberalizar o seu mercado.

Por outro lado, relativamente às prioridades da Federação Russa, Vladimir Putin, já no seu discurso em 2000, destacou a necessidade de transformar o sistema económico russo num sistema competitivo, eficaz e socialmente justo, que forneça um desenvolvimento político estável e seja a garantia principal para uma sociedade democrática e fundamento para um Estado forte.

Esta postura justifica-se, no entanto, pelo envolvimento da Rússia em todos os processos internacionais, num mundo globalizado. Neste sentido, a posição da Rússia deve ser caracterizada pelo pragmatismo, eficácia económica e prioridade pela resolução dos problemas nacionais.

Com isto, podemos definir a hipótese que vai orientar o seguinte estudo. Segundo esta, a prioridade da estratégia energética da Rússia será definida como essencialmente “política” - isto é, com a ênfase na soberania nacional e a estabilidade interna. De acordo com esta postura, as considerações da soberania nacional e da estabilidade política sobrepõem-se às do desenvolvimento económico e da modernização do seu setor energético. Por sua vez, para o Brasil, o desenvolvimento económico assume uma importância especial, acima das considerações de soberania nacional.

ESTUDOS DE CASO

Não esquecendo a delimitação temática desta investigação, e com vista a responder à nossa principal pergunta de investigação, apresentam-se aqui as razões da escolha dos estudos de caso.

A Rússia e o Brasil foram escolhidos, em primeiro lugar, enquanto duas potências (re)emergentes na política internacional atual, que tendem a atribuir uma especial importância aos assuntos de política energética, nacional ou internacional. Ambos os países são membros do bloco BRICS⁴ e, sempre que podem, realçam o seu papel de potências emergentes, no caso brasileiro, e reemergentes, no caso russo, na política internacional. A Rússia é o maior país a nível mundial, contando com 17 098 242 km² (entre os quais 16 377 742 km² de terra e 720 500 de água), enquanto que o Brasil com 8 515 770 km² (entre os quais 8 358 140 km² de terra e 157 630 km² de água) é o sexto maior país no mundo⁵. Além disto, a Rússia e o Brasil destacam-se pela sua amplitude populacional: a Rússia encontra-se no 9.º lugar a nível mundial com 142 257 519 habitantes e o Brasil ocupa o 5.º lugar a nível mundial com 208 846 892 habitantes⁶.

⁴BRICS é uma organização económica fundada em 2006 em São Petersburgo (Rússia), atualmente composta por cinco potências emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (membro desde 2010). Os objetivos principais desta organização é encontrar soluções para diversas problemáticas atuais: financeiras, científico-tecnológicas, culturais e políticas. O desafio principal é superar a crise económica e financeira global, aumentando a qualidade de vida da população e promover o desenvolvimento tecnológico. Disponível em: http://www.aif.ru/dontknows/eternal/chto_takoe_briks_i_chem_zanimaetsya_eta_organizaciya.

⁵Dados retirados do site oficial da CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/>.

⁶ Ibid.

Em segundo lugar, considerando o interesse de explorar a interação entre os Estados e as empresas privadas, a forma de Estado na Rússia e no Brasil apresenta a segunda razão pela escolha destes dois estudos de caso. Tanto a Rússia como o Brasil são repúblicas federais. Além disso, é importante referir o sistema político de ambos: no caso russo, semipresidencialista, e, no caso brasileiro, totalmente presidencialista.

Finalmente, e relacionado com a primeira razão da escolha dos dois estudos de caso, a Rússia e o Brasil destacam-se pela sua posição económica. A economia brasileira é considerada a oitava maior economia a nível mundial. Apesar do período especialmente turbulento entre 2015 e 2016, o Brasil conseguiu aumentar o seu PIB em cerca de 1% em 2017 e descer a inflação para 2,9%, o nível mais baixo que alguma vez atingiu. Nos últimos anos, a economia brasileira tem sido negativamente afetada pelos diversos escândalos de corrupção que envolveram companhias privadas e oficiais de governo, o que posteriormente levou ao *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016. Como consequência, as sanções impostas às grandes companhias energéticas brasileiras, entre elas a Petrobras, limitaram as suas oportunidades de negócio, provocando um efeito de cascata e de contração, mas ao mesmo tempo criando novas oportunidades a companhias estrangeiras de se inserirem no mercado brasileiro, relativamente restringido. Na expectativa de restaurar a credibilidade das finanças do Governo, a administração de Michel Temer implementou uma série de reformas fiscais e estruturais: a aprovação da legislação para cobrir as despesas públicas; a promoção do desenvolvimento dos projetos de infraestruturas nomeadamente venda de petróleo e gás natural em leilões para aumentar as receitas do Estado; a redução de barreiras ao investimento estrangeiro e promoção de condições laborais necessárias para a sua boa inserção; e a elaboração de políticas para fortalecer a força de trabalho e indústrias locais com vista a criar novas oportunidades de emprego⁷.

Por outro lado, a economia russa tem vivido mudanças significativas desde o colapso da União Soviética, com a substituição gradual da sua economia soviética centralmente planeada pela economia de mercado. Apesar da grande dificuldade inicial, o crescimento económico da Rússia e as suas reformas têm permitido uma estabilidade, ainda que se demonstre um alto nível de concentração de riqueza nas mãos dos funcionários do Estado. As reformas económicas ocorridas nos anos 1990 resultaram em privatização da maior parte de indústria estatal, excluindo algumas parcelas nas áreas de energia, transporte, serviços bancários e setores relacionados com a defesa

⁷ Ibid.

do Estado. A proteção das propriedades estatais ainda se encontra bastante fragilizada e o Estado continua a interferir de uma forma ou de outra nas operações livres dos setores privados. Rússia é considerada um dos principais produtores, a nível mundial, de gás natural e de petróleo, é também um exportador líder na área metalúrgica. Contudo, isso torna a Rússia extremamente vulnerável e altamente dependente dos preços dos produtos no mercado mundial. A economia russa tem demonstrado um rápido crescimento acompanhado pelo crescente aumento dos preços de petróleo no mercado internacional durante o período entre 1998 e 2008. A crise financeira ocorrida em 2008 na Rússia provocou a necessidade de repensar a sua segurança energética e as suas políticas estatais. A posterior queda dos preços de petróleo, as constantes sanções internacionais e as limitações estruturais provocaram a queda do PIB em 2015 para aproximadamente 2,8%, continuando a declinar em 2016 para 2,6%. Contudo, assim que o mercado internacional estabilizou, a economia russa também conseguiu inverter a sua marcha, essencialmente através do apoio governamental na substituição e diversificação dos seus produtos de exportação e importação⁸.

A tabela 2 representa valores dos principais índices petrolíferos da Rússia e do Brasil, nomeadamente reservas provadas, produção, consumo, exportação e importação de petróleo. Conforme os dados apresentados, podemos concluir que se demonstra uma enorme diferença de reservas provadas em ambos os países, pois, enquanto que a Rússia detém 106.2 mil milhões de barris, o Brasil apenas possui 12.8 mil milhões de barris. No entanto, é relevante destacar que a nível de consumo ambos os países possuem valores semelhantes (3.224 mil milhões de barris por dia no caso russo e 3.017 mil milhões de barris por dia no caso brasileiro), apesar da grande distinção na produção de petróleo cru no território brasileiro (2.734 mil milhões de barris por dia) e russo (11.257 mil milhões de barris por dia). Neste sentido, é de esperar que os valores de exportação do petróleo cru sejam muito mais baixos no caso brasileiro do que no caso russo. Os dados de 2016 permitem afirmar que a Rússia exporta 12% de petróleo cru a nível mundial, o que equivale a 75.5B US\$, enquanto que o Brasil exporta apenas 1,6%, que gera 9.55B US\$ de receitas ao Estado. Também é de notar que a nível de importação os valores de 2016 demonstram ser bastante invulgares. O Brasil apresentou valores muito mais altos que a Rússia, a comparar 2.58B US\$ a 54.3M US\$ nomeadamente.

A principal escolha destes países deve-se ao facto de ambos possuírem grande reservas

⁸ Ibid.

de petróleo a nível mundial, para além da já referida característica dos Estados federativos, e têm apostado na centralização do poder, apesar de não ser tão evidente no caso brasileiro. Ao contrário de outros países, também emergentes, ambos os países são grandes exportadores de petróleo e de gás e possuem um setor de produção significativo.

Além disso, ambos os países possuem empresas petrolíferas que atingem o estatuto de NOC, nomeadamente a Rosneft na Rússia e a Petrobras no Brasil, que são objetos de intervenção estatal, direta e indiretamente. Segundo uma lista da Forbes de 2016, tanto a Rosneft como a Petrobras fazem parte da lista das 25 maiores empresas petrolíferas a nível mundial (Rapier, 2016). Rosneft e Petrobras preocupam-se em elaborar planos estratégicos para alcançar melhores resultados, não esquecendo, porém, os mecanismos de transparência e responsabilização, zelando sempre pela sua reputação de competência e pelo seu profissionalismo. Tanto na Rússia como no Brasil, a subida dos presidentes Vladimir Putin, em 2000, e Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, que assinalou o novo milénio, facilitou uma abertura comercial e fluxos de capital maiores através da liberalização do mercado. No entanto, no caso de ambas as presidências, verifica-se também a intervenção do Governo nas indústrias petrolíferas.

Apesar de várias semelhanças partilhadas entre a Rússia e o Brasil, existem também diferenças que não podem ser ignoradas. Mesmo que no início do novo milénio a Rússia e o Brasil se encontrassem no mesmo patamar político e económico, atualmente existe uma enorme divergência entre ambos.

Por fim, no que diz respeito aos índices petrolíferos dos estudos de caso, apresentamos os seguintes dados:

Tabela 2: Índices de petróleo cru na Rússia e no Brasil

	Rússia	Brasil
Reservas provadas* (2017)	106.2 mil milhões de barris	12.8 mil milhões de barris
Produção (2017)	11.257 mil milhões de barris por dia	2.734 mil milhões de barris por dia
Consumo (2017)	3.224 mil milhões de barris por dia	3.017 mil milhões de barris por dia
Exportação (2016)	US\$ 75.5B (12% do total mundial)	US\$ 9.55B (1,6% do total mundial)
Importação (2016)	US\$ 54.3M (0,0088% do total mundial)	US\$ 2.58B (0,42% do total mundial)
*São consideradas reservas provadas as reservas confirmadas através da análise geológica e informações técnicas sobre as quantidades de reserva existentes no país.		

Fonte: tabela realizada pela autora através dos dados recolhidos em BP Statistical Review of World Energy 2018 e apresentados de forma mais detalhada no capítulo 4

METODOLOGIA E DADOS

No âmbito da investigação interpretativista, a análise e recolha de dados serão realizadas através do método qualitativo baseado em fontes primárias e secundárias. Em relação à literatura primária, foram estudados vários documentos das entidades governamentais e de ministérios setoriais, como, por exemplo, o Plano Decenário, Plano Nacional de Energia até 2030-2050, no caso brasileiro, e Estratégia Energética até 2035, no caso russo, bem como várias leis federais, decretos presidenciais e ainda constituições russa e brasileira. Foram ainda consultados documentos oficiais das empresas petrolíferas, como, por exemplo, estratégias, projetos e relatórios⁹.

Além disso, analisamos dados estatísticos, como, por exemplo, relativos à percentagem de ações das companhias petrolíferas Rosneft e Petrobras, o nível de exportação e importação de petróleo cru, dados sobre o consumo, a produção e as reservas de petróleo nos casos do Brasil e da Rússia bem como os preços de petróleo no mercado internacional. Estes dados estatísticos foram retirados dos relatórios oficiais da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), Banco Mundial, Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Económico (OCDE), British Petroleum (BP); Agência Internacional de Energia (AIE/IEA), Evaluate Energy e Agência Central de Inteligência (CIA).

Atendendo às questões impostas nesta dissertação e as conclusões a que pretendemos chegar, o tipo de análise adequado para os estudos dos casos será a abordagem de natureza interpretativa em conjugação com *process-tracing*. *Process-tracing* (Beach e Pederson, 2013) pode envolver casos de comparação (inter e intra-caso) e é fundamentalmente correlacional. Nalguns casos, segue-se um método que implica a classificação dos casos em categorias ou conjuntos difusos que seguem uma lógica comparativa semelhante de forma a demonstrar que os modelos observados refletem uma relação estipulada. A investigação com o *process-tracing* proporciona uma vantagem comparativa na análise empírica de uma grande variedade dos tipos de investigação (Levy, 2008). Para efeitos da presente dissertação, este método permitirá realizar uma descrição detalhada através do relacionamento entre conceitos importantes desta temática. Visto que o fenómeno pode ter diversas explicações, este método ajudará a responder a questões de natureza explicativa do tipo “como” e “porquê” (Coutinho, 2011).

⁹ Tais como: relatórios anuais na área de desenvolvimento sustentável no caso da Rosneft e relato Integrado composto por relatos corporativos, relatórios anuais e documentos de sustentabilidade no caso da Petrobras.

É importante realçar que a investigação sobre o tema escolhido envolveu vários desafios. Alguns dos dados necessários provaram de ser de difícil acesso ou encontraram-se desatualizados. Existe ainda uma certa dissonância em relação ao uso dos conceitos centrais utilizados nesta dissertação, empregues de uma forma diferente nos contributos académicos e no mundo de *policy-making*. Isto é o caso da classificação das empresas em termos da participação do Estado, que pode variar de acordo com o tipo de contributo. Assim, alguns autores referem-se à Rosneft como uma companhia privada, enquanto outros como NOC, no mesmo espaço temporal (Henderson, 2012). A comparação dos dois estudos de caso exigiu ainda a capacidade de investigar em três línguas (para além do português, em inglês e em russo), uma vez que várias fontes primárias só se encontram disponíveis nas suas línguas originais. Em relação aos documentos primários disponíveis só em russo ou em inglês, a tradução para língua portuguesa foi assumida pela autora.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Em termos da sua estrutura, a presente dissertação está subdividida em quatro capítulos, que exploram, em primeiro lugar, a segurança energética na perspetiva histórica; em segunda lugar, Rússia – o caso da Rosneft; em terceiro lugar, Brasil – o caso da Petrobras; e por último, em quarto lugar, apresentam a perspetiva comparada. O presente capítulo, a introdução, fornece a revisão bibliográfica e apresenta conceitos fundamentais que apoiam a presente investigação, para além de identificar a metodologia, a pergunta de investigação, a abordagem analítica e a escolha dos estudos de caso.

O capítulo 1 apresenta uma perspetiva histórica do surgimento das preocupações energéticas desde o século XIX até aos anos 70 do século XX. Neste capítulo, procuramos apresentar um *background* para melhor interpretação de temática escolhida. O surgimento das companhias petrolíferas nacionais (NOCs), enquanto instrumento das novas políticas energéticas, está interrelacionado com o fenómeno de segurança energética também analisada neste capítulo, no seu contexto histórico (após as crises petrolíferas) em particular.

Nos capítulos 2 e 3, faz-se uma análise aos estudos de caso da Rússia e do Brasil e das suas empresas petrolíferas Rosneft e Petrobras. Os estudos de caso são estruturados de forma a que permita, como primeiro passo, explorar a evolução do setor petrolífero na Rússia e no Brasil

separadamente, para entender a contextualização do surgimento das suas empresas petrolíferas e, como segundo passo, realizar uma análise comparada entre os dois estudos de caso. Estes capítulos foram estruturados de maneira similar, de forma a manter consistência na dissertação e para facilitar a futura comparação entre ambos os casos. Assim sendo, estes capítulos focam-se na análise e interpretação da relação dos Estados nacionais com empresas petrolíferas (Rosneft e Petrobras).

O capítulo 4 identificará as diferenças e as semelhanças das políticas estatais petrolíferas dos dois países em causa. Neste capítulo, apresentamos também vários dados estatísticos relevantes para a nossa comparação, tais como índices de importação e exportação de petróleo cru, consumo, produção e reservas. A estrutura desta dissertação foi definida de forma a estudar em primeiro lugar os estudos de caso individualmente e posteriormente analisar os seus dados estatísticos em conjunto, aplicando desta forma o método comparativo.

Finalmente, o último capítulo desta dissertação contará com as principais conclusões desta investigação.

CAPÍTULO 1:

O SETOR ENERGÉTICO NA PERSPETIVA HISTÓRICA

“O petróleo, assim como seus derivados, são recursos naturais de extrema importância para qualquer nação. Além de serem importantes no aspeto energético, também são importantes no aspeto estratégico”
(Pacheco, 2004).

1.1. SURGIMENTO DAS PREOCUPAÇÕES ENERGÉTICAS: DESDE O SÉCULO XIX ATÉ AOS ANOS 70 DO SÉCULO XX

Desde o fim do século XIX que o petróleo é considerado um recurso indispensável para o desenvolvimento económico dos países e tornou-se na principal fonte de demonstração de poder na geopolítica mundial. Tudo começou quando Winston Churchill decidiu apostar, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no petróleo como principal combustível para os navios de guerra britânicos em vez do carvão de forma a manter a sua hegemonia. Apesar de o desejo de Churchill ter sido apenas a vontade de as tropas militares britânicas superarem as tropas alemãs, esta decisão mudou completamente o rumo da história mundial. No entanto, a ideia de Churchill era arriscada devido ao facto de não existirem reservas de petróleo no território nacional. Além disso, para obter o petróleo, o país tinha que recorrer à importação deste recurso energético do Irão, o que não acontecia com o carvão, já que podia ser explorado no País de Gales. O surgimento de novas máquinas e equipamentos militares durante a Primeira Guerra Mundial permitiram demonstrar a importância do petróleo e da sua exploração como um dos principais fatores decisivos na geopolítica mundial. Desta forma, a segurança energética tornou-se na questão principal da estratégia estatal e tem sido o principal problema mundial (Yergin, 2006; Silva, 2007; Denchev, 2010).

No período entre 1940 e 1960, o mercado petrolífero mundial era controlado por um cartel composto por sete empresas anglo-americanas denominado de *seven sisters*¹⁰. Tudo começou em 1928 com a assinatura de um acordo entre *Royal Dutch Shell*, futura *British Petroleum* e futura *Exxon* como forma de eliminar a forte concorrência entre estas empresas através de cooperação e manutenção de proporção de importação do petróleo no Médio Oriente. Sendo um cartel muito bem organizado e de influência enorme, a *seven sisters* conseguiu dominar durante décadas o mercado petrolífero mundial. Além do controlo do mercado, *seven sisters* determinava preços aos países produtores, garantindo desta forma altas taxas de lucro ao seu cartel. Os países produtores de petróleo aperceberam-se que vendiam petróleo a preços muito baixos e adquiriam produtos provenientes de petróleo de empresas que compunham o cartel *seven sisters* a preços muito altos (Denchev, 2010). Como resultado, os países produtores de petróleo criaram em 1960 a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)¹¹, composta inicialmente por Iraque, Irão, Kuwait, Venezuela e Arábia Saudita, países exportadores na altura de cerca de 80% de petróleo mundial (Simonia, 2005; Denchev, 2010).

O registo histórico indica que a OPEP manteve nas últimas décadas uma ação relativamente constante do mercado petrolífero mundial (Brown e Huntington, 2017). Consequentemente, os preços baixos da OPEP e o seu domínio do mercado petrolífero mundial contribuem para a insegurança de recursos petrolíferos mundiais. A fraqueza de preços do petróleo atuais também causa a inquietação sobre a possibilidade do consumo de petróleo mundial. A estabilidade das nações membros da OPEP ajudou a aumentar a estabilidade dos recursos petrolíferos mundiais (Brown e Huntington, 2017).

O sistema de segurança de energia atual surgiu em resposta ao embargo petrolífero árabe em 1973, para assegurar a coordenação dos países industrializados em casos arriscados e evitar conflitos. Neste sentido, foi criada a Agência Internacional de Energia (AIE), que tem por objetivo orientar politicamente os assuntos energéticos dos seus 29 países membros¹². A segurança de energética representa uma condição de segurança da personalidade, sociedade, Estado, economia de ameaças de défice, é também a garantia das suas necessidades energéticas economicamente

¹⁰ *Seven sisters* era composta por: Anglo-Iranian Oil Company, Gulf Oil, Royal Dutch Shell, Standard Oil Company of California, Standard Oil Company of New Jersey, Standard Oil Company of New York e Texaco.

¹¹ Membros atuais da Organização de Países Exportadores de Petróleo: Arábia Saudita, Argélia, Angola, Emirados Árabes Unidos, Equador, Irão, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar, Venezuela.

¹² 29 países membros da Agência Internacional de Energia: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos da América, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia.

disponíveis e de qualidade aceitável, de ameaças de violação de interrupção de abastecimento de recursos energéticos (Titov e Skatov, 2017)

1.2. A SEGURANÇA ENERGÉTICA APÓS AS CRISES PETROLÍFERAS DOS ANOS 70

A Agência Internacional de Energia define a segurança energética como “*the uninterrupted availability of energy sources at an affordable price*”¹³. Além disso, a segurança energética pode ter diversos aspetos. Por um lado, existe a segurança energética a longo prazo, que lida essencialmente com investimentos oportunos para fornecer energia de acordo com desenvolvimentos económicos e necessidades ambientais. Por outro, a segurança energética a curto prazo, que se concentra na capacidade do sistema energético reagir rapidamente a mudanças súbitas no equilíbrio da oferta e da procura.

Como foi dito anteriormente, o mercado petrolífero atual passou por algumas mudanças que o tornaram num negócio global. Desde o declínio da influência dos países-membros da OPEP, temos observado a emergência de novos grupos de países-consumidores. Além disso, os consumidores antigos passaram a ser mais dependentes da importação, ou seja, são cada vez mais os que deixam de produzir petróleo no território nacional e cada vez mais os que recorrem a importação do mesmo (Simonia, 2005). A nível europeu, os esforços para assegurar a segurança energética têm-se diversificado. Por um lado, a União Europeia (UE) não dispõe de recursos energéticos necessários suficientes para assegurar as suas economias desenvolvidas. Por outro lado, apesar dos esforços da UE para liberalizar o setor energético, os governos ainda possuem uma certa autonomia nestes assuntos. Os governos europeus, em conjunto com várias instituições da UE, permitem às suas companhias nacionais concluir diversos contratos internacionais. Por fim, uma política energética efetiva e coerente permitirá à UE manter a sua posição proeminente quanto à cena internacional. A política energética europeia é baseada no reconhecimento que a interdependência é a característica principal que os Estados devem alcançar no mundo contemporâneo. São os diálogos diplomáticos e económicos, e não confrontos militares, que

¹³ Definição completa disponível em: <https://www.iea.org/topics/energysecurity/whatisenergysecurity/>.

provavelmente fortalecerão a sociedade com o desenvolvimento de regiões e segurança energética (Bahgat, 2006; Silva e Rodrigues, 2015).

Do outro lado do Oceano Atlântico, nos Estados Unidos da América (EUA), o furacão Katrina e, posteriormente, o furacão Rita, ocorridos em 2005, demonstraram a vulnerabilidade no âmbito da segurança energética devido a demasiada confiança do governo americano na sua disponibilidade de provisões de petróleo. Estes dois furacões causaram inúmeros estragos na economia energética dos EUA. Mais de 100 plataformas de produção de petróleo e gás foram destruídas, o porto principal de petróleo do país foi encerrado por vários dias, as refinarias permaneceram indisponíveis durante meses, os oleodutos foram parados e vários funcionários foram evacuados. Em suma, estes furacões paralisaram mais de 27% do sistema de produção dos EUA e cerca de 21% do seu sistema de refinação, o que provocou, conseqüentemente, uma subida drástica dos preços de combustível. Os impactos energéticos do Katrina e Rita demonstraram que a confiança demasiada dos EUA na sua política, nos preços de petróleo e nas suas reservas petrolíferas torna-os desamparados perante catástrofes naturais. Além disso, estes furacões vieram suscitar um intenso debate sobre o conceito de segurança energética no século XXI (Chow e Elkind, 2005; Winzer, 2012; Silva e Rodrigues, 2015).

O mundo contemporâneo em muitos aspetos depende do petróleo e dos produtos provenientes dele. Deste modo, não é de estranhar que o petróleo, enquanto produto, esteja relacionado com a estratégia nacional, desenvolvimento da economia e política mundial. A produção, exploração e refinação de petróleo e gás são o maior e o mais lucrativo negócio a nível mundial (Furman, 2004). Durante todo o século passado, acompanhamos o desenvolvimento da esfera petrolífera, desde pequenas empresas a grandes corporações multinacionais e até companhias estatais. O petróleo fornece riqueza aos Estados, tornando-os o epicentro de investimentos internos e externos, e, além disso, fornece-lhes altos rendimentos e proporciona poder político. No entanto, ao mesmo tempo, estes desenvolvimentos nacionais e o controlo do país sobre petróleo podem privilegiar ou desacreditar o próprio Estado (Furman, 2004). O petróleo gerou muitos choques petrolíferos, enquanto alvo de disputas entre empresas ou motivo de guerra entre Estados, que ocorreram no século passado, e tiveram enormes impactos na economia mundial contemporânea. Em 1967, ocorreu a guerra árabe-israelita com a participação da OPEP; em 1980, a quebra das relações diplomáticas entre EUA e o Irão; e, por fim, o aumento geral dos conflitos armados no mundo árabe, com participação dos EUA e UE (Ryzhenko, 2014). Além destes

acontecimentos, as novas realidades como o terrorismo transnacional trouxeram uma nova percepção da questão da segurança energética (Silva, 2007). Atualmente, o mercado petrolífero mundial permanece vulnerável a diversos fatores de risco, inclusive a catástrofes naturais, acidentes técnicos e tensão geopolítica entre Estados. É de esperar que nas próximas décadas o petróleo permaneça uma componente principal da demanda da energia mundial (Silva e Rodrigues, 2015).

O setor energético é considerado a indústria-chave para muitos países mundiais. A indústria energética enquadra-se no plano económico, social e político, isto é, é da indústria energética que depende a segurança nacional e a sua componente económica, o que, consequentemente, gera um interesse dos órgãos estatais por essa área, de forma a criar um controlo estatal. Além disso, o Estado regula de forma rígida esta esfera, uma vez que os ramos da indústria energética são extremamente intensivos de capital, o que exige um financiamento e suporte por parte do Estado. Visto que o petróleo é uma fonte essencial de energia e tendo em conta que a indústria petrolífera ocupa um lugar bastante interessante na estrutura energética mundial, devido às possibilidades que este recurso natural pode fornecer, é importante realçar ainda a importância do conceito de segurança energética que se aplica especialmente a este setor (Antonov, 2000).

As políticas estatais petrolíferas muitas vezes perseguem vários desenvolvimentos e objetivos socioeconómicos, inclusive o aumento das receitas provenientes da exploração do petróleo, promoção do comércio bilateral, autossuficiência energética bem como segurança nacional. Por sua vez, as companhias nacionais petrolíferas são usadas para realizar uma larga gama desses objetivos. Em suma, são utilizadas como um instrumento no exercício da política interna e externa. As prioridades e os objetivos do Estado definem o nível de regulação das companhias petrolíferas, o que, por outro lado, ajuda a explicar a diversidade das políticas perseguidas por governos durante um determinado tempo (Tordo, Tracy e Arfaa, 2011).

O contínuo crescimento da internacionalização e da globalização do setor energético, bem como o aumento da interdependência entre os Estados, demonstram que é impossível assegurar a segurança energética nacional, visto que existe a necessidade de assegurar a segurança energética internacional, tanto a nível regional como global. A segurança energética define-se em muitos aspetos pela situação dos mercados energéticos mundiais (Antonov, 2000).

Logo após a crise petrolífera de 1973, em 1974 a segurança energética passou a ser o foco central da missão da AIE. Atualmente, o mercado petrolífero permanece vulnerável a uma ampla variação de fatores de risco, inclusive a catástrofes naturais, acidentes técnicos e tensão geopolítica. Com este andar, é de prever que o petróleo permaneça como principal componente energética global nas próximas décadas. Para tal, é necessário manter equilíbrio e segurança tanto petrolífera como energética. A capacidade de responder coletivamente em caso de uma perturbação de recursos petrolíferos séria com medidas de resposta de emergência a curto prazo permanece uma das atividades principais da AIE¹⁴.

Segundo Yergin (2006), para manter uma segurança energética forte, os países devem cumprir alguns princípios: em primeiro lugar, os países devem assegurar diversificação de provisão, ou seja, os países devem garantir alternativas de recursos existentes; em segundo lugar, os países devem garantir um sistema de abastecimento de energia que forneça barreiras de proteção contra choques e que possam facilitar a recuperação após perturbações, desta forma criando uma margem de segurança; em terceiro lugar, os países devem reorganizar a realidade de integração, ou seja, é necessário entender que existe apenas um único mercado petrolífero que é composto por um sistema global complexo, que por sua vez deve garantir estabilidade nesse mercado; por último, o quarto princípio afirma a importância de fornecimento de informação sobre mercados mundiais e perspectivas energéticas que devem ser bem delimitadas para um bom funcionamento dos mercados.

“Historicamente, a segurança energética associou-se principalmente aos recursos petrolíferos. Enquanto que o recurso petrolífero permanece, como uma questão-chave, as crescentes complexidades de sistemas energéticos necessitam de uma sistemática e rigorosa compreensão de diversos tipos de vulnerabilidades. As perturbações podem afetar outras fontes de combustível, infraestruturas e mesmo até em setores de uso final de energia”¹⁵.

A segurança energética é uma conjuntura de defesa da sociedade, do Estado e da economia e de ameaças como o déficit e asseguarção das suas necessidades energéticas

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid. Tradução da autora.

economicamente disponíveis através dos recursos energéticos de qualidade, bem como de ameaças no possível incumprimento de abastecimento energético (Titov e Skatov, 2017).

1.3. AS NOC ENQUANTO NOVO INSTRUMENTO DA POLÍTICA ENERGÉTICA

Como foi demonstrado acima, o petróleo tornou-se numa ferramenta de extrema importância para o desenvolvimento dos países devido, essencialmente, às enormes receitas que são geradas através do setor energético. Como resultado, o setor petrolífero passou a depender criticamente da estrutura industrial e dos modelos das propriedades, que pouco a pouco passaram a ser desempenhados pelas companhias nacionais petrolíferas.

Antes de mais, é importante realçar que a literatura sobre as NOCs é bastante limitada, apesar da sua importância, e que os dados analíticos são praticamente inexistentes. De entre os poucos autores, destacamos três obras principais: "*National Oil Companies: evolution, issues, outlook*" de C. McPherson (2003), "*National Oil Companies and Value Creation*" de S. Tordo, B. S. Tracy e N. Arfaa (2011) e "*Rosneft - On the Road to Global Status?*" de J. Henderson (2012).

As NOCs distinguem-se em diversas variáveis muito relevantes, desde o nível da competição no mercado em que operam, o seu perfil comercial ao longo da cadeia de valor e até ao seu grau de orientação comercial e internacionalização. No entanto, entende-se que haja uma tendência para generalizar as NOCs, já que existem certas características nas quais a maioria destas empresas petrolíferas se cruzam, como, por exemplo: prendem-se a um objetivo nacional; procuram alcançar outras metas políticas e económicas diferentes daquelas que simplesmente aumentam o lucro da empresa.

Segundo McPherson (2003), a primeira companhia nacional petrolífera surgiu na década de 1920 aquando da formação da empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), na Argentina, em 1922. Uma década depois, em 1930, surgiu a empresa mexicana Petroleos Mexicanos (Pemex). Contudo, só nos anos 70 é que se verificou um aumento significativo de surgimentos de NOCs, provocados pela onda de nacionalismos e de intervenção estatal nas

propriedades. Anos mais tarde, com o início do novo milênio, verificaram-se duas novas tendências no surgimento de NOCs: agenda econômica e política de liberalização; e a privatização dos mercados, com o aumento constante dos preços de petróleo (McPherson, 2003; Tordo, Tracy e Arfaa, 2011).

Segundo Tordo, Tracy e Arfaa (2011), existem seis argumentos a favor das NOCs, e explicativos das suas formações: em primeiro lugar, o contexto histórico: em muitos países o surgimento das NOCs coincidiu com uma onda de nacionalizações. As empresas privadas foram acusadas de apoiar governos estrangeiros imperialísticos e como consequência tornaram-se opositores do regime nacional. Como tal, para restaurar soberania sobre os recursos naturais, o Estado decidiu criar companhias domésticas para substituir agentes privados e agir como símbolo nacional de independência; em segundo lugar, a importância da indústria petrolífera: nos países onde a produção e/ou o consumo de petróleo e de gás natural constituem uma parcela significativa da economia nacional é de esperar incentivos e envolvimento fortes por parte do Estado e mesmo até controle direto com vista a assegurar vantagens políticas e financeiras do Governo; em terceiro lugar, os benefícios políticos do controle de Estado: na política externa, para garantir a segurança financeira, política ou militar, posicionando o Estado numa postura negociável. Na política interna, permite ao Estado maior controle sobre o setor petrolífero, incluindo tomada de decisões e comerciais; em quarto lugar, a eficiência e monitorização das operações: aumentam o valor da produção e contribuem para eliminar as assimetrias existentes em comparação com agentes privados; em quinto lugar, a maximização das receitas petrolíferas: duas variáveis principais, a soma total da renda criada na indústria petrolífera e a partilha relativa a captura pelo Estado e os seus agentes; e por último, em sexto lugar, o aumento das questões socioeconômicas e prioridades: objetivos não comerciais, melhor explicados mais abaixo neste texto.

Segundo os mesmos autores, existem, no entanto, certas dificuldades que podem ser divididas em oito categorias: o contexto histórico e ideológico; o valor econômico do controle político; as ineficiências operacionais; falta de competição; falha na realização dos objetivos não comerciais e subsídios; fraca governação corporativa; o financiamento das estratégias e exigências pode ter consequências para a sua eficiência e estratégia de mercado, o nível da autonomia orçamental e financeira pode ser caracterizado como baixo, médio e alto; o conflito de interesses e equilíbrio do controle pode também afetar a eficiência do funcionamento das NOCs (Tordo, Tracy e Arfaa, 2011).

Esta mesma análise já tinha sido feita por McPherson (2003), que nos indica uma lista muito semelhante quanto às adversidades que as NOCs encontram. O autor deixa-nos ainda uma série de condutas e sugestões para contrariar essas mesmas dificuldades:

Em primeiro lugar, os baixos níveis de eficiência comercial: a inicial falta de competitividade foi o fator-chave na explicação dos níveis baixos da eficiência comercial das NOCs. Para aumentar a eficiência comercial, McPherson (2003) propõe: publicação de análises comparativas de indicadores-chaves do funcionamento e eficiência financeira entre NOC e IOCs; competição limitada entre NOCs, por um lado, e ilimitada entre NOCs e setor privado, por outro; empresas mistas, não incorporadas nem nas NOC nem nas IOC; exposição de ativos não principais; privatização parcial ou total das NOCs através da venda de uma parte da NOC a um investidor estratégico ou ao público, ou combinação dos dois.

Em segundo lugar, os objetivos não comerciais: frequentemente as NOCs desenvolvem as suas estratégias de forma a ter objetivos não comerciais, ou seja, de interesse mais social, económico ou político, tornando-os como parte das suas agendas na expectativa de criação de emprego; desenvolver de capacidades locais; apoiar infraestruturas sociais; desenvolvimento regional e ainda redistribuição/transfêrencias de rendimento e empréstimo estatal. Estes objetivos, no geral, são da responsabilidade do Governo, no entanto, muitas vezes as próprias NOCs acabam por ajudar na sua execução ou financiamento, como parte das suas obrigações não comerciais para com o Estado, e com prejuízo da sua competitividade comercial (quer com concorrentes internos, quer com o mercado global).

Em terceiro lugar, temos a governação. A fraca governação pode provocar dificuldades na formação e desempenho das NOCs: desde falta de transparência e de responsabilidade à ausência de superintendência comercial e de estruturas de gestão nas empresas. A maior parte das NOCs possui liberdade nas suas ações e está sujeita a pouca pressão por parte do Governo, enquanto seu único acionista, e assim é porque o envolvimento (mesmo que indireto) do Governo no controlo das NOCs pode levar os políticos a: evitar propositadamente esclarecer o posicionamento organizacional da NOC na estrutura do Governo; posicionar políticos dentro das estruturas da empresa sem qualquer tipo de profissionalismo na área; obstruir formação de empresas capitalizadas e independentes bem como negócios comerciais dentro das empresas, etc. Muitas vezes, a intervenção do Governo na governação das NOCs também impede a realização de objetivos comerciais em favor da corrupção. Com vista a regular uma boa governação, o Governo

deve preocupar-se em alcançar responsabilidade e comercialização da NOC.

Em quarto lugar, deve referir-se as necessidades financeiras. Muitas vezes, as NOCs são bastante apelativas para o Estado devido ao capital que geram, mas o petróleo é uma indústria de capital intensivo e as exigências orçamentais de NOCS são muito maiores em comparação com outros setores. Consequentemente, para ter uma esfera energética desenvolvida, esta tem que ser extensiva e eficazmente financiada, normalmente em detrimento de áreas sociais como educação, saúde e transporte. Na tentativa de contrariar isto, as necessidades financeiras da NOC podem ser resolvidas através da privatização parcial ou total da empresa.

Em quinto lugar, o conflito de interesses: um dos objetivos das NOCs é implementar uma política coerente, de forma a regular o setor petrolífero independentemente de outros agentes estatais que possam operar no terreno. Deste modo, é de esperar que haja um certo choque de interesses potenciais entre ministérios do Governo e a NOC. O conflito de interesses pode ser evitado se o Governo tomar uma posição reguladora perante a NOC através de criação de entidades competentes.

Por último, a preparação do terreno para a reforma. O reconhecimento dos desafios pendentes demonstrou a necessidade de preparar uma reforma no setor petrolífero, de forma a reconsiderar o papel e as funções das NOCs.

No que diz respeito à temática desta dissertação, ambas as empresas petrolíferas Petrobras (Brasil) e Rosneft (Rússia), que são o objeto de estudo desta investigação, são classificadas como NOC. No caso brasileiro, a Petrobras, a única companhia estatal petrolífera, criada em 1953, sofreu uma privatização parcial com posterior comercialização. Após a abolição do monopólio, o Governo avançou com a promoção do setor privado e abertura aos investimentos estrangeiros. No caso russo, o Governo procurou controlar os interesses das companhias verticalmente integradas, que surgiram na década de 1990 (entre as quais a Rosneft), num mercado não concorrencial, de forma a proibir grupos de investimentos. No entanto, as dívidas do Governo obrigaram o Estado mais tarde a vender as suas propriedades ao setor privado e a liberalizar o seu mercado.

Apesar de cada uma destas empresas desenvolver as suas próprias estratégias de crescimento, existem certas técnicas comuns a ambas, no que diz respeito ao desenvolvimento potencial das NOCs, como, por exemplo, o objetivo da expansão internacional, a diversificação

através da parceria com IOC e o desenvolvimento técnico necessário para exploração interna e também potencialmente a nível global. Além disso, ambas as NOCs têm revelado esforços na expansão e diversificação do seu negócio, nomeadamente para a exploração do gás natural. A nível de crescimento como corporação governamental, têm apostado também na aquisição das suas próprias ações, procurando assim alargar as suas estruturas e potencialmente reduzir o papel do Estado nas suas operações (Henderson, 2012).

CAPÍTULO 2: RÚSSIA – O CASO DA ROSNEFT

2.1. A EVOLUÇÃO DO SETOR PETROLÍFERO NA RÚSSIA E A INFLUÊNCIA DO ESTADO NESTA ESFERA

“A key component of this power is Russia’s ability to use its oil and gas reserves as foreign policy tools” (Newnham, 2011).

A primeira vez que se mencionou por escrito a existência de petróleo no território russo foi no século XVI. Os viajantes descreviam tribos, que viviam nas margens do rio Ukhta, a norte da região Timano-Pechorsky, e recolhiam uma substância preta da superfície do rio e a utilizavam para fins médicos, como óleos e lubrificantes. O petróleo recolhido do rio Ukhta foi pela primeira vez transportado para Moscovo em 1597. A partir daí foram descobertas várias jazidas de petróleo em diversos pontos do país. Mas só em 1745 é que foi autorizado oficialmente a exploração do petróleo por parte do empresário Fiedor Pryadunov, que posteriormente criou uma indústria de transporte de petróleo para Moscovo e São Petersburgo (Kuzmichev, 2003).

As tendências atuais no desenvolvimento do mercado mundial petrolífero confirmam o crescente aumento das exigências ao negócio petrolífero. Atualmente, a posse de petróleo é um argumento forte na gestão de funções políticas e no exercício das relações internacionais. Rússia é um ator ativo das relações internacionais e possui um vasto território rico em matéria-prima de entre a qual o petróleo e o gás são considerados as principais. A indústria petrolífera da Federação Russa encontra-se estreitamente interligada com a maior parte dos ramos da política e exerce um impacto significativo na economia nacional (Ryzhenko, 2014). Provavelmente, não existem outros dois conceitos que se relacionam tão estreitamente como o petróleo e a política no caso russo.

Um dos objetos da política é o controlo sobre os recursos principais do Estado, principalmente no que diz respeito ao petróleo e ao gás. Deste modo, quem controla o petróleo controla o país. Assim sendo, é inevitável que quem controla o país tende a obter o controlo sobre o petróleo. Por isso, não é de estranhar as frequentes mudanças radicais na elite política russa que se tem notado desde a queda da União Soviética, que levaram, conseqüentemente, a mudanças significativas no setor energético. O futuro dos complexos energéticos não se define apenas por critérios económicos, a política é também um fator chave essencial na esfera petrolífera, mais precisamente a luta entre as elites políticas pelo controlo do poder (Simonov, 2005).

Após a queda da União Soviética em 1991 e até ao início do novo milénio, todos os indicadores económicos, sociais e políticos da Federação Russa encontravam-se num nível extremamente baixo.

Devido ao desmembramento da URSS, era de esperar que a nível político e económico da Rússia os valores diminuíssem drasticamente agravados pela crise económica de 1998. Economicamente, ocorreu uma redução do potencial económico e perda de muitas fontes de rendimento devido ao desmembramento da União. Como consequência, verificou-se uma queda da produção; paragem de investimentos; desmembramento das cooperações e défice. Além disso, houve uma redução no volume de negócios de mercadorias e deterioração na sua estrutura. Tudo isto influenciou a situação económico-social do Estado, provocando desta forma o processo da polarização da população russa¹⁶.

A nível político, a posição geoestratégica da Rússia foi radicalmente modificada, foi destruído o sistema unitário de segurança e de defesa do país; o sistema central foi enfraquecido; as reformas políticas levaram à liquidação do sistema unipartidário e conseqüentemente ao enfraquecimento político; a privatização dos bens do Estado soviético por parte dos oligarcas provocou uma perda de cerca de 90% da riqueza nacional¹⁷.

A nível social, verificou-se uma diminuição aguda do nível da qualidade de vida da população e condições precárias do sistema de saúde levaram a um aumento de mortalidade e, conseqüentemente, a uma crise demográfica no país. Além disso, o sistema de segurança social,

¹⁶ História da Rússia, acessido a 04/05/2018: <http://sarist.narod.ru/tema78.htm>.

¹⁷ Ibid.

bem como a estrutura económica, foram completamente destruídos durante o regime soviético (Escouer, 2010).

Entre 1980 e 1990, quando a queda da União Soviética era inevitável, houve a necessidade de criar condições de transição de investimentos estatais para investimentos privados a todos os níveis de indústria energética (Bessonova, 2009). Em outubro de 1991, o primeiro presidente da recém-formada Federação Russa, Boris Yeltsin, avançou com reformas económicas, sociais e políticas na tentativa de transformar a economia socialista da Rússia numa economia de mercado. Para tal, avançou com programas de privatizações e liberalização económica na expectativa de ganhar poder e apoio das elites políticas. Como resultado, a grande parcela da riqueza nacional caiu nas mãos dos oligarcas russos (Simonov, 2005).

A presidência de Boris Yeltsin foi marcada por uma dolorosa transição para um sistema capitalista na tentativa de alcançar liberalização económica e democratização do Estado. Em vez de atingir este objetivo, o país foi mergulhado em caos e desordem, onde a criminalidade e a corrupção reinavam e onde os diversos conflitos internos ameaçavam a desintegração iminente do Estado recém-formado. A década de 90 foi marcada por privatizações de propriedades estatais na tentativa de financiar o Governo seguida por colapso económico, inflação e inúmeros conflitos políticos e sociais (Simonov, 2005).

Na altura da dissolução da União Soviética, todas as empresas de recursos energéticos pertenciam ao Estado e todos os seus funcionários faziam parte do partido comunista; os seus líderes eram chamados de *diretores vermelhos (red directors¹⁸)* (Aslud, 1999). Devido ao receio de criação de uma nova força política de oposição por parte dos diretores vermelhos com vista à recuperação do regime comunista, foi aprovada uma série de programas de privatizações de bens de Estado, especialmente dos complexos de petróleo e de gás, bem como de outras indústrias lucrativas na economia russa (Reynolds e Kolodziej, 2007).

A privatização da maioria dos bens de Estado (especialmente de empresas de petróleo e de gás) começou em 1992 com a aprovação do Decreto Presidencial 1403, de 17 de novembro de 1992, "*Sobre características especiais de privatização e transformação em sociedades anónimas de entidades estatais petrolíferas de produção e de pesquisa científica, de refinaria e de*

¹⁸ Os diretores vermelhos era um termo utilizado na economia e política russa para designar os membros da elite industrial e administrativa que possuíam influência no regime soviético.

provisão” (“Об особенностях приватизации и преобразования в акционерные общества государственных предприятий, производственных и научно - производственных объединений нефтяной, нефтеперерабатывающей промышленности и нефтепродуктообеспечения”¹⁹). Este decreto, assinado por Boris Yeltsin, tornou oficial as privatizações das principais indústrias do país através de um processo de venda de empresas e instituições do setor público, que integravam patrimônio do Estado, para o setor privado (Simonov, 2005; Hederson, 2012). O Governo da Federação Russa, tendo em conta a política anti-monopólio e o apoio de novas estruturas económicas, declarou o seguinte:

“Transformar até ao dia 31 de dezembro de 1992 as empresas estatais, de produção e associações de produção científica sobre a exploração, refinação e transporte de petróleo e seus derivados, segundo os Anexos 1, 2 e 3, em companhias de ações, na ordem estabelecida pela situação sobre a comercialização das indústrias estatais em conjunto com a transformação simultânea em sociedades anónimas abertas aprovadas pelo Decreto Presidencial da Federação Russa de 1 de julho de 1992, N 721 ‘Sobre medidas organizacionais de transformação de empresas estatais, associações voluntárias de empresas estatais em sociedades anónimas’ tendo em conta características estabelecidas pelo Decreto presente”²⁰.

Como resultado deste Decreto Presidencial, a Rosneft tornou-se detentora de pacotes de ações de 259 empresas de produção e de associações científicas de produção e exploração e refinação do petróleo, transformadas em sociedades anónimas.

Com intuito de valorizar as novas estruturas económicas, foram aprovados pelo Governo da Federação Russa vários documentos constituintes, entre as quais:

Documento da “empresa estatal ‘Rosneft’ para gestão comercial com prazo de 3 anos sobre o pacote de ações de sociedades anónimas de propriedade federal, criadas sob a transformação das indústrias e associações, especificadas no Anexo 1 deste Decreto, até à formação destas em companhias petrolíferas independentes. O pacote de ações referido será transferido para a empresa estatal ‘Rosneft’ pelo Comité Estatal da Federação Russa sobre a gestão das propriedades estatais através do contrato”²¹.

¹⁹Tradução da autora.

²⁰Tradução da autora.

²¹ Tradução da autora.

Além disso, este Decreto Presidencial favoreceu também a comunidade acionista caracterizada por três companhias petrolíferas verticalmente integradas: Lukoil, Yukos, Surgutneftegaz e uma entidade estatal, a Rosneft (Poussenkova, 2007):

“Companhias anónimas - companhias petrolíferas ‘Langepas – Uraj – Kogalymneft’ (Lukoil), Yukos e Surgutneftegaz, devem ser submetidas no capital autorizado de 38 por cento das ações das comunidades acionistas, criadas a partir das transformações de empresas e associações, especificadas no Anexo 2. As ações introduzidas no capital autorizado das companhias petrolíferas referidas são ordinárias”²².

Segundo o Anexo 2 do Decreto Presidencial 1403, de 1992, a Lukoil, a Yukos e a Surgutneftegaz passaram a ser detentoras de 42 pacotes de ações (Lukoil – 18; Yukos – 12; Surgutneftegaz – 12), que foram transformados em capitais autorizados inseridos nos seus fundos, de indústrias de produção e de associações científicas de produção e exploração e refinação do petróleo, transformadas em sociedades anónimas.

As estratégias destas companhias permitiram com que fossem criadas entidades de várias associações de produção, exploração, refinação e marketing que pudessem controlar as 301 empresas existentes no território russo. A primeira etapa de privatização do setor petrolífero foi marcada por um programa nacional de privatização gerido por Comitê Estatal para a Gestão da Propriedade do Estado (*Государственный комитет Российской Федерации по управлению государственным имуществом*). Nesta fase inicial, as elites tentaram obter, oficialmente, controlo sobre os ativos estatais e fortalecer o seu controlo sobre o processo de gestão dos recursos financeiros da indústria petrolífera. Além disso, esta elite procurou excluir a influência do governo no sistema de controlo de novas companhias petrolíferas. Entre 1995 e 1998, o Governo promoveu concursos de privatização dos setores energéticos devido a fraqueza do Estado a nível económico (Simonov, 2005; Reynolds e Kolodziej, 2007).

A segunda etapa de privatização do setor energético russo foi marcada pelo programa de empréstimos de ações e pela aquisição de créditos bancários a troca de parcelas de propriedades estatais geridas por Boris Yeltsin na tentativa de financiar a sua campanha presidencial em 1996. Deste modo, Boris Yeltsin, em busca de fundos para a sua campanha, ganhou influência e apoio

²² Tradução da autora.

junto das elites russas e dos meios de comunicação. Como resultado, o governo russo perdeu muitas das suas propriedades e deparou-se com uma dívida externa alta (Simonov, 2005).

A subida de Vladimir Putin ao poder em 2000 provocou inúmeras transformações, cujas consequências se têm demonstrado essencialmente na esfera política e no setor petrolífero. O período de governação de Vladimir Putin é considerado crítico para o ramo petrolífero russo devido a inúmeras divisões de propriedade e novas fusões, e, além disso, surgiram novos atores que provocaram o declínio dos líderes antigos (Simonov, 2005; Engel, 2017). Só a partir de 2000 é que o país começou a recuperar lentamente as suas posições. A queda do regime soviético demonstrou a fraca governação desta união e a ineficácia do Estado na gestão das propriedades estatais, bem como no desenvolvimento de diversos setores públicos e no aproveitamento das receitas nacionais (Bessonova, 2009).

Foram formados dois grupos políticos de influência. Por um lado, “*staromoskovskie*”, também conhecidos por “família”, apoiavam a política de Governo de Boris Yeltsin e as suas privatizações. Em oposição, formou-se outro grupo de influência com origem em São Petersburgo, os “*piterskiye*”. Esta nova elite apoiava Vladimir Putin e demonstrava ambições sérias na esfera económica e política russa (Simonov, 2005). Através do apoio dos “*piterskiye*”, Vladimir Putin procurou fortalecer o papel estatal na economia nacional, especialmente no setor energético. Para tal, foi necessário que o Estado formasse uma companhia petrolífera suficientemente poderosa para contrabalançar as influências das corporações privadas dos oligarcas (Tsygankov, 2005). Em relação aos oligarcas, Vladimir Putin estabeleceu novas regras de jogo, radicalmente diferentes daquelas que prevaleceram durante a era de Yeltsin. Vladimir Putin obrigou os oligarcas a afastarem-se da política; em troca disso, Putin permitiu-lhes guardar os seus impérios de negócios (Rutland, 2009).

Depois da transição da economia russa de uma economia do controlo para uma economia de mercado e após a privatização do setor petrolífero durante a década de 1990, a maioria da produção de petróleo da Rússia encontra-se sob administração de sujeitos privados. As companhias petrolíferas, favorecidas pelo aumento dos preços de combustíveis e pelo aumento da procura de petróleo a nível global, são um dos contribuidores principais para o crescimento da economia russa. Contudo, o petróleo, bem como todos os outros recursos energéticos na Rússia, depara-se com certos problemas, como, por exemplo, na estrutura de regulação, preços internos baixos, fraco desenvolvimento, recursos limitados, capacidade reduzida de acesso e entrega de petróleo,

desenvolvimento insuficiente das infraestruturas de apoio a mobilização de reservas de óleo (Bhar e Nikolova, 2010).

Os programas de privatização de indústrias que se seguiram após a queda da União Soviética em 1991, a crise financeira de 1998 e a posterior desvalorização da moeda nacional foram algumas das causas do declínio da produção na indústria petrolífera russa. No entanto, a subida dos preços de petróleo, a implementação de novas tecnologias no país, a renovação dos antigos campos petrolíferos e as mudanças no Governo marcaram o início de recuperação da esfera energética russa (Pirog, 2007a).

A exportação energética sempre foi o motor principal do crescimento económico russo devido ao crescimento significativo de produção de petróleo e gás e do aumento dos preços mundiais do petróleo e de gás. No entanto, este tipo de crescimento torna a economia russa dependente das exportações de gás natural e de petróleo e, conseqüentemente, vulnerável às alterações dos preços do petróleo a nível mundial. O Governo russo tem-se movido no sentido de controlar os recursos energéticos do país e tentar usar esse controlo para exercer influência em outras áreas (Pirog, 2007a). Apesar de a Rússia ter características únicas para se tornar num líder mundial, as dificuldades de implementação de novidades tecnológicas, a insuficiência financeira e a imperfeição nas relações de produção trazem inúmeros obstáculos a isso. Além disso, os dados geográficos da Rússia e as reservas de minerais fósseis poderiam favorecer o controlo do mercado petrolífero a nível mundial, o que favoreceria, por sua vez, o desenvolvimento e o domínio de novas relações comerciais com Japão, Estados Unidos da América e Ásia. No entanto, os altos preços de exploração e de produção de petróleo, os baixos níveis ecológicos e de refinação de petróleo e a qualidade de petróleo reduzem imenso a eficiência do setor petrolífero russo (Ryzhenko, 2014).

A Federação Russa, apesar de ter herdado o lugar da União Soviética nas organizações mundiais, viu o seu papel e a sua posição no mundo sofrerem algumas alterações e houve necessidade de se reafirmar politicamente e economicamente no palco das relações internacionais (Ryzhenko, 2014).

O desenvolvimento da indústria petrolífera russa começou no início do século XXI e gerou o retorno da centralização do poder e do aumento da intervenção estatal na economia, o que, conseqüentemente, influenciou as condições e as características desta área. A indústria petrolífera russa atual vê-se obrigada a resolver problemas provenientes da herança soviética e ao mesmo tempo tem de lidar com os desafios do mercado mundial contemporâneo (Bessonova, 2009).

Considerando o facto que nas últimas décadas a Federação Russa se ter tornado num participante ativo na indústria de exploração e extração de petróleo, é de esperar que o futuro desenvolvimento dos processos inovadores da produção de petróleo dependa da sua política (Turitzyn, 2015).

A Constituição da Federação Russa implementou uma profunda mudança na vida política do país. Introduziu eleições competitivas, livres e, principalmente, a substituição do sistema de partido único para o pluripartidarismo. Além disso, declara que a Rússia é um Estado soberano e a pessoa, os seus direitos e a sua liberdade são os valores máximos. Contudo, o único parágrafo que de forma ligeira e subentendida refere-se a esfera energética é o seguinte:

“O artigo 9.º da Constituição da Federação Russa:

- 1. Solo e outros recursos naturais são usados e protegidos na Federação Russa como base da vida e da atividade dos povos que vivem no território respetivo.*
- 2. Solo e outros recursos naturais podem encontrar-se sob propriedade privada, estatal, municipal ou em outra forma”²³.*

Deste modo, a interpretação deste artigo seria a seguinte: a exploração do subsolo é tanto propriedade do Estado como da população que la habita, ou seja, igualdade de direitos sobre o solo.

²³ Tradução da autora.

2.2. ROSNEFT – A PRINCIPAL COMPANHIA ESTATAL PETROLÍFERA

A história de Rosneft como uma instituição começou em 1993, quando se estabeleceu como uma empresa estatal baseada nos ativos anteriormente mantidos por Rosneftegaz²⁴, uma *holding* estatal no setor de petróleo e de gás. Dois anos depois, a 1 de abril de 1995, tornou-se numa entidade corporativa legalmente definida quando foi transformada numa *open joint-stock company*²⁵ através do Decreto Presidencial 327 "Sobre medidas principais de melhoria de atividades de companhias petrolíferas" (*О первоочередных мерах по совершенствованию деятельности нефтяных компаний*).

Tendo em conta como objetivo principal o desenvolvimento e a melhoria da gestão do setor petrolífero, a segurança económica da Federação Russa, o aumento da eficácia operacional das companhias petrolíferas e das sociedades anónimas, relacionadas com a produção, refinação e distribuição de óleo e gás, entre outras decisões, este Decreto Presidencial afirma o seguinte:

“Com objetivo de melhorar a gestão do complexo petrolífero e estabelecer segurança económica da Federação Russa (...) é declarado o seguinte:

4. Transformar a empresa estatal ‘Rosneft’ em sociedade anónima de tipo aberto – denominada a partir de agora de Companhia Petrolífera ‘Rosneft’ (NK Rosneft) em ordem, prevista no ponto a do artigo 4, e dos artigos 6 e 8 do Decreto Presidencial da Federação Russa, de 17 de novembro de 1992, N1403”²⁶.

Esta decisão foi aprovada mais tarde pelo Governo russo através do Decreto 971, de 29 de setembro de 1995, que oficialmente proporcionava a criação de uma sociedade anónima aberta “Companhia Petrolífera Rosneft”, cujo acionista principal seria o Estado, representado pela Rosneftegaz²⁷ (Poussenkova, 2007). Contudo, a origem dos seus ativos remonta para o período soviético, quando foram formadas muitas das suas filiais. A singularidade inicial da Rosneft no

²⁴ Rosneftegaz é uma companhia petrolífera estatal russa que gera a indústria de óleo e gás. Criada em 2004 como uma sociedade anónima, é detentora de cerca de 75,26% de ações da Rosneft e 10,74% de ações de Gazprom. Artigo sobre Rosneftegaz disponível em: <https://lenta.ru/lib/14168174/>.

²⁵ Uma open joint stock company é uma companhia que tem capacidade de comercializar publicamente as suas ações e que se podem vender sem a permissão de outros acionistas e não se encontram sujeitas a quaisquer limitações.

²⁶ Tradução da autora.

²⁷ Os acionistas da Rosneft são os seguintes: 50,00000001% pertence a AO Rosneftegaz (que é 100% estatal), 19,75% pertence a BP Russian Investments Limited, 19,5% de QHG Oil Ventures Pte. Ltd., apenas uma ação (menos que 0,01%) pertence ao Estado representado por Agente Federal de Gestão de Propriedade do Estado e cerca de 10,74% encontram-se em circulação livre. No total, são 10 598 177 817 ações. Dados de 1 de setembro de 2017 encontram-se disponíveis em: www.rosneft.ru.

mundo de companhias petrolíferas nacionais baseia-se no facto de esta empresa não se ter criado com o propósito de estabelecer presença estatal nas primeiras etapas do seu desenvolvimento, mas que, posteriormente, emergiu como uma conglomeração de ativos maduros que necessitaram que alguma presença do governo assegurasse um nível adequado de controlo e administração (Henderson, 2012).

Deste modo, a Rosneft tornou-se na maior companhia petrolífera do país, controlando mais de metade da produção de petróleo nacional. A nova entidade estatal Rosneft, que atuou como um gerente de confiança dos interesses do Estado no setor petrolífero nacional, tinha como função principal administrar 259 empresas petrolíferas de 301 existentes no território nacional; além disso, a Rosneft tinha a responsabilidade de estabelecer uma ordem na indústria petrolífera que se encontrava desorganizada após a queda da União Soviética (Henderson, 2012). Em 1993, a Rosneft contava com mais de 60% de produção petrolífera nacional, o que lhe proporcionava diversidade geográfica e diversidade de funções. Contudo, a enorme complexidade da companhia a nível geográfico e de estruturas de gestão, agravadas com a situação económica frágil prevalente na Rússia, pôs o futuro desta entidade em questão. Como consequência, entre 1993 e 1995, a Rosneft foi obrigada a ceder a maioria dos seus ativos principais para os oligarcas, o que provocou uma queda na produção, alinhada ao esvaziamento da base de recursos e ainda a um nível extremamente baixo de capacidade de refinação de petróleo. Além disso, a crise financeira de 1998 ameaçou a sua estrutura operacional e provocou enormes dificuldades económicas (Henderson, 2012; Poussenkova, 2007).

Estes acontecimentos levaram a um período de estagnação para a Rosneft, não só devido a problemas operacionais que levaram ao declínio operacional da empresa mas também devido a disputas internas na administração da companhia. Além disso, a perda de vários ativos e os preços baixos de petróleo no mercado comprimiram a rentabilidade e o investimento da Rosneft. Mesmo assim, a Rosneft conseguiu evitar a sua privatização na década de 1990 devido a resistência do seu presidente, Alexander Putilov²⁸, que posteriormente foi demitido do cargo, precisamente por causa da sua resistência à privatização da empresa (Henderson, 2012). Em 1998, foi nomeado novo presidente da Rosneft, Sergei Bogdanchikov²⁹, que conseguiu reconstruir a empresa que se

²⁸ Aleksandr Putilov foi presidente da Rosneft entre 1993 e 1998. Em 1993, Putilov foi nomeado através da decisão do governo da Federação Russa para presidente da companhia petrolífera estatal Rosneft. Alguns anos mais tarde, em 1998, Putilov foi obrigado a demitir-se do seu cargo presidencial por ordem do governo. Ver: <https://neftegaz.ru/persons/view/239-Putilov-Aleksandr>.

²⁹ Sergey Bogdanchikov foi presidente da Rosneft entre 1998 e 2010. Ver: <https://lenta.ru/lib/14163939/>.

estava a desintegrar completamente. A sua liderança permitiu recuperar rapidamente as posições da empresa outrora perdidas. Além disso, Sergei Bogdanchikov procurou criar laços de influência dentro do Governo, para que a sua empresa pudesse contar com o apoio estatal (Poussenkova, 2007). Com o apoio do novo presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, a Rosneft recebeu liberdade de administração e começou a consolidar os ativos perdidos nos anos 1990. Em 2000, a Rosneft pela primeira vez tornou-se lucrativa e, no ano seguinte, participou na recuperação das minas de produção na República de Chechénia. Em 2001, começou a explorar Sakhalin-1, Sakhalin-3 e Sakhalin-5. Entre 2002 e 2004, a Rosneft conseguiu tomar controlo sobre companhias “*Severnaya Neft*” e “*Eniseineft*”³⁰. A nível internacional, a Rosneft assinou vários contratos, alargando desta forma os seus horizontes. Em março de 2001, a Rosneft, em conjunto com *Stroytransgaz*, assinou um contrato de investigação, produção e desenvolvimento do bloco 245-Sul com a companhia petrolífera estatal *Sonatrach*, que representava o Governo de Argélia. Em dezembro de 2002, a Rosneft em conjunto com *Colombia Energy*, foi aprovada para realizar exploração nas reservas de petróleo na província de Sur Oriente, situada no sul da Colômbia. Em 2003, Gazprom, Rosneft e Surgutneftegaz formaram um consórcio com vista a explorar e desenvolver as jazidas de petróleo e gás e criar um sistema de fornecimento de gás aos consumidores, na zona da Sibéria Oriental e no Oriente. Em 2004, a Rosneft comprou ativos à empresa petrolífera Yukos, que declarou falência devido a problemas judiciais, num contexto político controverso. Entre diversos ativos, a Rosneft comprou na mesma altura o seu ativo mais lucrativo atualmente, a Yuganskneftegaz.

Num curto período de tempo, a Rosneft aumentou a eficácia da sua gestão corporativa através deste percurso de consolidação de ativos de exploração e produção de petróleo. Tudo isto permitiu à Rosneft, por um lado, liderar o mercado petrolífero russo e, por outro lado, aumentar as reservas petrolíferas nacionais e o volume de exploração de petróleo³¹.

Além disso, a Rosneft possui diversos contratos com a *China National Unites Oil*. O primeiro contrato foi assinado em fevereiro de 2009, em que a Rosneft deverá fornecer 15 milhões de toneladas de petróleo à China no período entre 2011 e 2030.³² O segundo contrato foi assinado

³⁰ Ver: <https://lenta.ru/lib/14166182/>.

³¹ Site oficial da Rosneft: <https://www.rosneft.ru/about/history/>.

³² Parceiros da Rosneft em 2015: China National Oil Corporation (China), Trafigura (Holanda), Orlen (Polónia), Glencore (Suíça), Total (Suíça), Shell (Reino Unido), Trumpet (Irlanda), Vitol (Holanda), Unipet (China), ENI (Itália), Rosneft Trading (Suíça), Mercuria Energy (Suíça), Naftan (Bielorrússia), Grupa Lotus (Polónia), Nippon Oil (Japão). Disponível em: <http://www.forbes.ru/biznes-photogallery/334973-vsya-kremlevskaya-neft-forbes-sostavil-spisok-kontragentov-rosnefti>.

em 2013, em que a Rosneft compromete-se a fornecer mais 325 milhões de toneladas de petróleo à China durante 25 anos consecutivos (Fadeeva, 2017).

Em 2012, Igor Sechin foi nomeado diretor da Rosneft. Em 2013, sob sua liderança, a companhia petrolífera estatal Rosneft tornou-se num ator dominante da indústria energética russa após a sua aquisição dos ativos da *Tyumenskaya Neftyanaya Kompaniya* (TNK-BP) em 2012 (Forbes, 2009; Harding, 2012). A estratégia de negócios aplicada pela Rosneft, sob liderança de Igor Sechin, com intuito de se tornar líder no mercado, engloba em si a formação de parcerias com grandes corporações petrolíferas do ocidente; prevê um grande potencial em campos virgens da Sibéria de Leste, bem como em campos já explorados, onde a produção começou a diminuir, mas com apoio de novas tecnologias tornou-se possível realizar uma exploração horizontal mais complexa, podendo extrair muito mais recurso energético (Baev, 2014).

Além disso, em 2014, com apoio da Exxon Mobil, a companhia petrolífera Rosneft explorou novos campos no mar Kara (“Pobeda”), bem como abriu novas províncias petrolíferas na região de Kara; além disso, iniciou-se no mesmo ano a exploração da primeira maior plataforma de perfuração do mundo, “Berkut”, no mar de Okhotsk; mais ainda, deu-se início também à extração de petróleo através de equipamento único de perfuração no campo de “Yastreb”, em Sakhalin, em Cayvo do Norte. A Rosneft, sob o controle de Igor Sechin, tornou-se na campeã da indústria petrolífera russa, realizando uma série de aquisições e assinando uma série de negócios com os líderes ocidentais. A participação ativa do Sechin na arena internacional e a sua capacidade de minimizar os problemas da Rosneft favoreceram o apoio da capitalização do mercado da companhia. Além disso, a benevolência de Putin foi, em certo ponto, também a chave para o êxito desta estratégia de negócios (Baev, 2014).

Desde 2004 que a Rosneft se tornou na maior IPO da Rússia, e desde 2006 na quinta maior a nível mundial. Inicialmente conhecida como apenas uma companhia exclusiva na esfera petrolífera, rapidamente ganhou popularidade e influência nos meios de comunicação de massa internacionais e na comunidade global de investimento. Atualmente, a Rosneft representa um fenómeno único na indústria petrolífera russa (Poussenkova, 2007).

2.3. POLÍTICA ESTATAL PETROLÍFERA DA RÚSSIA NO SÉCULO XXI

“A liderança russa, que posiciona o país como uma superpotência energética e guardiã da segurança energética global, promove e apoia ativamente a Rosneft nas suas expansões, visto que deseja ter a sua própria empresa petrolífera” (Poussenkova, 2007).

2.3.1. A POLÍTICA PETROLÍFERA DE VLADIMIR PUTIN

A 31 de dezembro de 1999, Boris Yeltsin resignou o cargo de presidente e Vladimir Putin tornou-se presidente da Federação Russa. Durante o seu primeiro mandato (2000-2004), Vladimir Putin destacou essencialmente a importância do setor de petróleo e de gás para a economia russa, procurando ao mesmo tempo aumentar o controlo do governo nesta esfera energética. Desde que Vladimir Putin foi eleito presidente da Federação Russa, foram preparados, sob a sua administração, dois documentos essenciais sobre a definição da política energética do país. Ambos os documentos possuem o título de “Estratégia energética da Rússia para o período até 2020”. A primeira “Estratégia – 2020” foi assinada em 2000, a segunda em 2003. Estas estratégias abrangem não só o setor do petróleo e gás, mas também do carvão e da energia hidroelétrica. A estratégia atual, Estratégia 2030, expandiu o seu horizonte por um tempo mais prolongado, atendendo aos novos desafios e prioridades do desenvolvimento do país³³. A Estratégia 2020 foi considerada realizada e a maioria dos seus pontos foram aprovados como bem-sucedidos.

Como já foi referido, as grandes empresas privadas russas assumiram uma posição forte na indústria energética russa. Entre elas, foram as criadas nos anos 90, como, por exemplo, *Lukoil*, *Sibneft*, *Gazprom*, *Yukos*, que acabaram por atingir consideráveis níveis de influência e participação na política nacional. As lideranças russas consideravam necessário estabelecer uma certa ordem

³³ Artigo de Olcott, M. 2005. "Vladimir Putin i nefyanaya politika Rossii" (Tradução livre: *Vladimir Putin e política petrolífera da Rússia*). Disponível em: <http://inosmi.ru/inrussia/20051209/224207.html>.

nas relações governamentais com os grandes negócios. Para tal, em 2002, o governo russo fez modificações na Lei Federal sobre “*Concorrência e a restrição da atividade monopolizada dos produtos de mercado*”. Além disso, no início de 2003, entrou em vigor um novo sistema fiscal para os complexos de exploração de recursos naturais e exportação de matéria-prima. Deste modo, aumentou significativamente a regulação da atividade de monopólios na esfera energética por parte do Estado.

No entanto, para garantir a sustentabilidade das medidas tomadas, foi necessário assegurar a resolução de potenciais problemas e garantir a boa aplicabilidade da lei. Um dos exemplos mais polémicos foi o caso da empresa petrolífera *Yukos*³⁴. Entre 2003 e 2004, os líderes da companhia petrolífera *Yukos* foram acusados de falta de pagamento de impostos. Além disso, Mikhail Khodorkovsky, fundador da *Yukos*, apoiava abertamente forças políticas de oposição a Vladimir Putin e ameaçou diretamente a intervenção do Governo russo na indústria energética nacional. Como resultado, Mikhail Khodorkovsky foi detido em 2003 sob acusação de violação de sete artigos do Código Criminal da Federação Russa, essencialmente sobre a evasão do pagamento individual do imposto de rendimento e do imposto da corporação, a não execução da decisão judicial, bem como da falsificação dos documentos e roubo³⁵. *Yukos* viu-se obrigada a declarar falência e a maioria dos ativos petrolíferos da *Yukos*, inclusive a sua companhia de mineração principal *Yuganskneftegaz*, foi vendida em leilão para a empresa estatal petrolífera *Rosneft* (Kramer, 2007; Hanson, 2009; Rutland, 2009; Newnham, 2011).

Outra das medidas implementadas pelo Governo russo foi a criação do Fundo de Estabilização da Federação Russa³⁶ em 2004, ou simplesmente o Fundo. Este Fundo tinha por objetivo principal servir de instrumento importante na absorção da liquidez excessiva, reduzindo a pressão inflacionária e isolando a economia da volatilidade do lucro de exportação de matéria-prima. O Fundo acumula receitas dos impostos recolhidos a partir da exportação de petróleo e dos impostos das operações de mineração de petróleo (Bhar e Nikolova, 2010). Além disso, o Fundo fomenta a estabilidade durante o desenvolvimento económico do país através de instrumentos que lhe permitem controlar a liquidez excessiva, reduzir a pressão inflacionária, reduzir a dependência

³⁴ Ver: <http://www.ngfr.ru/library.html?yukos>.

³⁵ Ver: <https://www.kommersant.ru/gallery/2224152>.

³⁶ O Fundo da Estabilização da Federação Russa, ou simplesmente o Fundo, foi fundado a 1 de janeiro de 2004 como parte do orçamento federal e tem como objetivo principal equilibrar o orçamento federal durante a redução do preço do petróleo abaixo da norma. Artigo de Kudrin A. sobre o Fundo, disponível em: <https://akudrin.ru/achievements/stabfond>.

da economia nacional de possíveis flutuações de preços de matéria-prima no mercado mundial (Bhar e Nikolova, 2010).

Além disso, segundo o Decreto Presidencial da Federação Russa 1009, de 4 de agosto de 2004, *“Sobre a aprovação da lista de empresas estratégicas e sociedades anónimas estratégicas”* (*“Об утверждении перечня стратегических предприятий и стратегических акционерных обществ”*)³⁷, a companhia petrolífera Rosneft foi incluída na lista de empresas estratégicas com ativos estatais. O referido Decreto estipula que as empresas incluídas na lista não podem ser privatizadas enquanto o Estado possuir ativos destas mesmas empresas. Além disso, o estatuto da empresa estratégica, para o Estado russo, fornece-lhe condições especiais no mercado. No entanto, a 7 de dezembro de 2004, o Decreto Presidencial número 1502, sobre *“Modificação da lista das empresas estratégicas e companhias anónimas estratégicas aprovadas pelo Decreto Presidencial da Federação Russa, no dia 4 de agosto de 2004, N 1009”* (*“О внесении изменений в перечень стратегических предприятий и стратегических акционерных обществ, утвержденный Указом Президента Российской Федерации от 4 августа 2004 г. N 1009”*)³⁸, excluiu a Rosneft da lista de empresas estratégicas do país devido a uma possível privatização da empresa. Contudo, em 2007, o governo da Federação Russa voltou a incluir a Rosneft na lista de empresas estratégicas do país.

Segundo Olcott (2004), o Presidente Vladimir Putin não tinha aspirações de usar o seu poder político simplesmente para abrir as portas ao investimento estrangeiro na indústria de petróleo e de gás russa. Vladimir Putin pretende reorganizar a indústria petrolífera e de gás russa para realçar o poder do Estado russo. Só depois desta reorganização estiver concluída e a capacidade do Estado russo de defender os seus interesses nacionais no setor energético se afirmar, é que o Governo russo estará disposto a convidar empresas ocidentais a participar no seu mercado. Além disso, o governo russo procura maximizar o papel do petróleo e gás na Rússia enquanto política externa e ao mesmo tempo constrói planos de cooperação energética com EUA, Japão, China e Europa Ocidental. As prioridades de presidente russo focam-se essencialmente em adquirir ordem na esfera energética russa. Vladimir Putin acredita na necessidade de garantir proteção legal a propriedade privada que deveria existir no mercado, no entanto, a propriedade privada não será prioridade na agenda do Estado.

³⁷ Tradução da autora.

³⁸ Tradução da autora.

A dimensão da cooperação com as empresas ocidentais na estratégia de Vladimir Putin estava intrinsecamente relacionada, desde o início, com o objetivo de se afastar do isolacionismo criado na era soviética, e transformar a Rússia num membro apto da comunidade internacional. No entanto, Vladimir Putin tem sublinhado que a Rússia não se irá juntar à comunidade internacional à custa da sua soberania e atributos de grande poder, das suas capacidades materiais e humanas ou do seu território (Tsygankov, 2005).

A estratégia de Vladimir Putin concentra-se em volta de três elementos essenciais, a concentração do poder político dentro da Rússia, a promoção da cooperação com os países de Ocidente e a projeção da influência russa em países ex-soviéticos. Ao mesmo tempo, a sua estratégia não procura alcançar ambições imperiais através da sua projeção pragmática do seu poder político, económico e cultural. Além disso, se a Rússia estiver a transformar-se no sentido de desenvolver uma identidade civilizacional viável, haverá necessidade de reconfirmar o seu compromisso democrático e institucional, não só a nível geopolítico e das suas metas na política externa. Embora o êxito de Rússia também se tenha demonstrado a nível internacional, a ausência do compromisso democrático renovado na sua perspetiva civilizacional está em perigo de tornar-se refém de interesses estreitamente definidos e dirigidos pelo Estado (Tsygankov, 2005; Tsygankov, 2006).

Durante a presidência de Vladimir Putin, diversos fatores favoreceram o desenvolvimento da sua influência não só a nível interno, mas também a nível externo. Por um lado, o período entre 2000 e 2008 foi muito favorável para o mercado energético mundial, especialmente no que diz respeito aos preços de petróleo e gás. Em 2008, o petróleo chegou a alcançar média de 97,3 dólares americanos, mais concretamente em janeiro, numa altura em que o preço era de 91,5 dólares, aumentando até 140,44 em junho, e descendo posteriormente até 40,11 em dezembro³⁹. Foi durante esse período que a companhia estatal petrolífera Rosneft conseguiu alcançar os resultados extraordinários referidos anteriormente. Por outro lado, a administração de Vladimir Putin moveu-se no sentido de obter controlo do setor energético nacional e, mais precisamente, aumentar o seu controlo nos ativos de petróleo e de gás. Isso permitiu à Rússia interligar o seu poder económico com objetivos estatais.

Pouco a pouco, a Rússia alcançou liberdade na utilização dos seus complexos energéticos

³⁹ Preços do petróleo, acedidos a 03/02/2019: <https://www.calc.ru/dinamika-Brent.html>.

no sentido de promover novas regras ao mercado mundial devido a poucas alternativas disponíveis aos consumidores. Os Estados consumidores não podem simplesmente recusar negociar com a Rússia e sancionar os produtos energéticos de que tanto necessitam (Newnham, 2011).

No início de 2014, verificou-se um crescimento económico fraco, em parte devido à crise contínua na Ucrânia e às posteriores sanções do lado ocidental, além das flutuações dos preços de petróleo no mercado mundial e que também influenciam o crescimento económico da Rússia (Tuzova e Qayum, 2016). Em dezembro de 2014, o Governo da Federação Russa introduziu uma emenda na sua legislação sobre a taxaço de petróleo. Esta “manobra fiscal” fez subir o imposto de extração do recurso e, por outro lado, reduzir o imposto de exportação (Fjaertoft e Lunden, 2015). À primeira vista, esta reforma parece retificar duas lacunas principais da taxaço de negócio petrolífero russo. Por um lado, otimiza o setor de refinaria, criando estímulos para refinar matéria-prima a produtos de petróleo inferiores. Por outro lado, encerra os negócios que complicavam o desenvolvimento do setor petrolífero durante muitos anos (Fjaertoft e Lunden, 2015).

Como um dos maiores fornecedores, transportadores e consumidores de energia do mundo, a Federação Russa é um ator de energia muito importante cujas escolhas e políticas afetam outros países. No entanto, muitos questionam até que ponto esta política irá transformar-se numa política ameaçadora nas relações internacionais onde o poder energético será utilizado como um instrumento de política externa para alcançar as suas metas nacionais (Kropatcheva, 2014).

Temos o exemplo da União Europeia que persegue políticas mais ativas, destinadas para a redução da sua dependência da Rússia, há mais razões de discordâncias e até está em conflito entre os dois. De outro lado, a Rússia também se inclina a mais cooperação, para adquirir novas tecnologias ocidentais necessárias para a modernização da sua produção de energia. A cooperação com a China também entra prática para a Rússia, interessada na segurança da exigência, mas também para elites políticas antiocidentais russas. Por isso, apesar do potencial crescente de competição e discordâncias, por causa de capacidades de poder de enfraquecimento de Rússia, pode inclinar-se a cooperar com atores de energia ocidentais e não ocidentais diferentes (Silva, 2007; Kropatcheva, 2014).

Entre 1995 e 2000, a Rússia tomou medidas importantes em relação a reformas do setor energético, contudo, muitas das metas definidas não foram realizadas devido a má execução da económica nacional no total (AIE, 2002).

2.4. ESTRATÉGIA ENERGÉTICA – 2035

A segurança energética na Rússia está focada no uso eficaz e racional dos seus recursos energéticos naturais e no potencial do setor energético, de forma a assegurar um desenvolvimento estável da economia nacional e do setor energético, bem como aumentar a qualidade de vida da população. Neste contexto, foi elaborada a Estratégia de Energia da Federação Russa até 2035, através do Decreto Presidencial N683, de 31 de dezembro de 2015: “Sobre a Estratégia da Segurança Nacional da Federação Russa” (*“Энергетическая стратегия России на период до 2035 года”*)⁴⁰. Segundo a Estratégia até 2035, as realizações para alcançar um setor energético de boa qualidade seguem as seguintes invariáveis: sequência de ações estatais na realização de pontos estratégicos importantes na orientação do desenvolvimento energético; o interesse na criação de companhias energéticas fortes e firmes, que representem apropriadamente a Rússia no mercado externo e sejam capazes de fomentar o bom funcionamento de mercados internos competitivos; validade e previsão da regulação estatal dirigida a estimular a iniciativa da propriedade privada na área de realização dos objetivos da política estatal, inclusive na esfera de investimento. Além disso, os principais orientadores estratégicos da política estatal energética a longo prazo são: segurança energética; eficácia da economia energética; eficácia do orçamento energético; segurança ecológica energética.

Neste sentido, o decreto presidencial “Sobre a Estratégia da Defesa Nacional da Federação Russa” define que umas das principais direções, com vista a garantir a segurança nacional na esfera económica, inclui o aumento do nível de segurança energética através do crescimento eficaz energético e económico, da competitividade das companhias energéticas nacionais e produtores de recursos energéticos, da prevenção do défice de combustível e recursos energéticos, da criação de reservas estratégicas do combustível, da produção de equipamento necessário, da garantia do funcionamento estável dos sistemas energéticos e de aquecimento (Titov e Skatov, 2017).

A doutrina da segurança energética da Federação Russa define o sistema dos princípios, objetivos e medidas na esfera de segurança energética, bem como a intervenção necessária por parte dos órgãos administrativos públicos e da sociedade nas questões de segurança energética na Rússia e suas regiões. Este documento define diversos conceitos como: primeiro, a segurança

⁴⁰ Tradução da autora.

energética global, que é uma condição essencial para o fornecimento básico e um desenvolvimento sustentável da comunidade internacional; segunda, a segurança energética nacional, que é parte da segurança nacional do país que depende do fator energético, que por sua vez proporciona qualidade apresentada pela rentabilidade e confiança; quantidade através do volume de mercadoria; e organização dos abastecimentos energéticos necessários aos consumidores; terceiro, a segurança energética regional, que representa a complexidade do abastecimento energético em todo o território federal russo.

Neste sentido, a Estratégia até 2035 realçou as seguintes ameaças à segurança energética: em primeiro lugar, a economia interna encontra-se dependente económico e financeiramente do estado do complexo energético do Estado e da política económica do país, como, por exemplo, baixo nível de investimentos, deterioramento da condição das matérias-primas nas indústrias energéticas e nucleares, dependência da importação de equipamentos e ausência de programas de racionamento energético; em segundo, a questão sociopolítica que engloba ameaças decorrentes de conflitos de diversos grupos sociais e forças políticas, como, por exemplo, conflitos étnicos, disputas sobre emprego nas indústrias energéticas, e até atos terroristas; terceiro, ameaças causadas por tecnologias, isto é, acidentes nas indústrias energéticas que podem implicar consequências negativas na população e no meio ambiente, bem como ameaça ao abastecimento energético; quarto, as catástrofes naturais, como, por exemplo, terremotos, inundações, furacões, etc., sendo as temperaturas anormais e anomalias eletromagnéticas externas outro tipo de ameaças importantes de realçar; quinto, gestão da política e economia externa, ou seja, desafios com os quais a Rússia se depara no exercício das relações internacionais.

Considerando estas ameaças, a Estratégia até 2035 elaborou uma série de tarefas na expectativa de solucionar os desafios evidenciados: primeiro, modernização da indústria energética através do fornecimento de tecnologias modernas; segundo, ascensão da eficiência da economia nacional; terceiro, investigação de novos campos de exploração de forma a providenciar produção e consumo racional dos recursos não renováveis; quarto, melhorar a qualidade de autossuficiência das regiões por recursos energéticos e combustíveis através do desenvolvimento de esfera energética local e promoção de pequenas empresas nacionais; quinto, fortalecer as posições da Rússia nos mercados internacionais especialmente na exportação dos recursos energéticos e de combustível, bem como de equipamento e novas tecnologias.

De todas as tarefas e ameaças enumeradas, foram formuladas medidas para caucionar a segurança energética e prevenir as ameaças económicas e políticas através de diversos mecanismos mencionados na Estratégia até 2035: primeiro, criação de condições de crescimento de investimentos para modernizar indústria energética; segundo, modificação da lei fiscal com vista a racionalizar a carga fiscal sobre a esfera energética e introdução de impostos diferenciados; terceiro, estimulação por parte do Estado em exploração de novos campos de trabalho com intuito de aumentar o volume das reservas energéticas; quarto, modernização total dos sistemas documentados na esfera energética; quinto, favorecimento de empresas nacionais de produção de equipamentos e fornecedores de serviços nacionais.

Por fim, de forma a prevenir as ameaças sociopolíticas, foram adotadas as seguintes medidas: primeiro, reforço do controlo sobre as atividades das empresas que operam em esferas energéticas estratégicas; segundo, desenvolvimento e realização de atividades de prevenção de crimes e divergências em locais considerados estratégicos; terceiro, melhoria da atividade de prevenção de crimes; quarto, aumento do nível de controlo sobre o estado financeiro e económico das empresas energéticas com vista a evitar greves e conflitos; quinto, estabelecimento de supervisão sobre esfera de segurança industrial nas indústrias energéticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender melhor a trajetória da política estatal petrolífera russa no século XXI, não podemos deixar de referir os antecedentes que envolveram a Rússia após a queda da URSS. Com vista a explicar as medidas adotadas pelo Governo de Vladimir Putin, é necessário destacar alguns pontos importantes ocorridos na década de 1990. Devido à sua fraqueza política e económica, para a Rússia, o período entre 1990 e 2000 foi marcado pelas privatizações das propriedades estatais, principalmente no setor energético, na esperança de obter credibilidade e financiamento por parte das elites oligarcas. As privatizações, geridas pelo Comité Estatal para a Gestão das Propriedades do Estado, foram oficializadas em 1992 com o Decreto Presidencial n.º 1403, que também favoreceu a comunidade acionista caracterizada por três companhias petrolíferas verticalmente integradas (Lukoil, Yukos e Surgutneftegaz) e uma entidade estatal, Rosneft, através da facilitação da aquisição de vários pacotes de ações de outras empresas energéticas. A privatização dos bens de Estado e a criação de novas sociedades anónimas na esfera petrolífera tinha como objetivo aumentar a efetividade do funcionamento da indústria petrolífera, bem como garantir abastecimento da população de provisões necessárias de petróleo e produtos provenientes de petróleo.

Paralelamente às atividades do Estado na esfera energética, a Rosneft também sofria alterações na sua estrutura. Em 1991, o antigo Ministério da Indústria de Petróleo e de Gás da URSS foi dissolvido e foi criada com base nos seus bens a companhia petrolífera Rosneft. Em 1993, a Rosneft foi oficialmente aprovada como empresa estatal petrolífera. Posteriormente, através do Decreto Presidencial 327, de 1 de abril de 1995, com o objetivo de desenvolver e melhorar a gestão do setor petrolífero, a segurança económica da Rússia e aumentar a eficácia operacional das companhias petrolíferas e das sociedades anónimas, a Rosneft foi transformada numa *open joint stock company*, ou seja, numa companhia petrolífera de capital aberto cujo acionista principal seria o Estado representado por Rosneftegaz.

Com o início do novo milénio, apesar de adotar uma política de intervenção estatal, de promoção da cooperação e da projeção da influência em países vizinhos, bem como centralização de poder, o Governo de Vladimir Putin destacou a importância do setor energético para o desenvolvimento e prosperidade económica e política do Estado russo. Movendo-se nesse sentido,

o objetivo do Governo seria então o controlo sobre os seus recursos, promoção da geopolítica e desenvolvimento da prioridade estratégica do país.

Finalmente, recordemos a pergunta de investigação e com o intuito de responder à mesma podemos chegar às seguintes conclusões: em primeiro lugar, a política estatal petrolífera russa destaca-se essencialmente pela legislação adotada pelo Governo ao longo dos anos na tentativa de regular a esfera energética. De entre todas, destacamos a Estratégia 2035, a qual define que uma das principais direções para assegurar a segurança nacional na esfera económica a longo prazo é o aumento do nível de segurança energética que engloba: estabilidade no fornecimento interno de energia; crescimento de eficiência energética e económica; competitividade das companhias e produtores energéticos nacionais; prevenção de défice de combustível e de recursos energéticos; criação de reservas estratégicas; produção de equipamento necessário (Titov e Skatov, 2017). Em segundo lugar, a prioridade estratégica atribuída ao petróleo pode ser caracterizada fundamentalmente como demonstração de soberania nacional e só depois interesse económico, isto reflete-se essencialmente nas posições adotadas pelo Governo russo. Por fim, a companhia estatal petrolífera Rosneft viu-se obrigada a subjugar os seus interesses de forma a corresponder as ambições do Governo russo.

Com isto, podemos traçar o seguinte quadro interpretativo desta narrativa. Como foi dito anteriormente, verificou-se uma experiência maioritariamente nociva devido às mudanças económicas e políticas provocadas pela queda do regime soviético e agravado pela crise económica de 1998. Como consequência, surgiu uma necessidade urgente em reorganizar e reafirmar o seu poder energético não só a nível nacional como internacional. Para tal, o Governo russo escolheu a Rosneft como entidade estatal, apesar de alguma concorrência interna, para defender os interesses energéticos do Estado no setor petrolífero nacional e utilizar a sua primazia nacional como instrumento da geopolítica. No entanto, o Governo russo procurou alcançar uma eficácia da prosperidade energética do país com participação discreta do Estado em assuntos energéticos através da eliminação da concorrência política e económica mais inconveniente. Ainda assim, procurou não intervir diretamente nos assuntos energéticos, mas, sim, alcançar um equilíbrio entre o Estado e as entidades de interesse nacional. A Rosneft foi uma das apostas da política estatal petrolífera russa. Através da Rosneft, o Governo russo procurou afirmar o seu estatuto e definir o seu papel internacional através do uso das suas reservas petrolíferas como instrumento da política.

O setor petrolífero da Rússia desempenha um papel essencial no desenvolvimento económico do país bem como na sua segurança energética. Além disso, a Rosneft é considerada uma empresa estratégica do país. Em 2012, a Rússia foi o segundo maior exportador de petróleo do mundo e o maior exportador entre os países não membros da OPEP, mas também é o quinto maior consumidor de petróleo a nível mundial. A produção de petróleo na Rússia está atualmente a níveis altos em comparação com a sua história de exploração. Além disso, a indústria petrolífera russa necessita de novos investimentos e atualizações na tecnologia. As principais empresas energéticas russas conhecem este desafio e já se começam a movimentar no sentido de se tornarem mais independentes na expectativa de aumento dos seus investimentos (Agência Internacional de Energia, 2014).

Alguns dos grandes produtores petrolíferos sofrem de consequências de reformas institucionais substanciais. Estas afetam a sua produção e a sua capacidade de exportação, apesar de as suas reservas serem recuperáveis. Um dos exemplos é a Rússia. A Rússia é um dos maiores produtores de petróleo a nível mundial. A renacionalização da indústria russa limita o investimento estrangeiro no país, que é considerado indispensável para a economia russa e para o desenvolvimento petrolífero, mas também resultará num desenvolvimento arriscado da indústria petrolífera russa (Reynolds e Kolodziej, 2007). A Rússia considera-se exposta a diversos riscos que são acompanhados pela revolução global na esfera energética e, conseqüentemente, não consegue aproveitar oportunidades apesar da sua combinação única de recursos naturais e experiência na sua exploração. Ao que parece, a Rússia, com o Governo de Vladimir Putin, entrou numa fase de equilíbrio económico, e o desenvolvimento e boa realização do setor energético é um dos fatores-chave da durabilidade desta tendência. No entanto, certos problemas se intensificaram no setor energético russo, que foram provocados pelo sistema de tomada de decisão em matérias-primas, como é o caso de setores de petróleo e gás, nas quais o presidente russo, Vladimir Putin, atua como um árbitro supremo no triângulo flexível formado pelo governo e duas empresas gigantes líderes no mercado russo: Gazprom e Rosneft (Baev, 2014).

CAPÍTULO 3: BRASIL – O CASO DA PETROBRAS

3.1. A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA NO BRASIL E A INFLUÊNCIA DO ESTADO NESTA ESFERA ENERGÉTICA

Assim como no caso russo, “*de maneira simplificada, pode-se dividir a história da exploração no Brasil em fases diretamente ligadas à legislação do petróleo*” (Lucchesi, 1998). O petróleo no território brasileiro só foi oficialmente descoberto em 1939, no Estado da Bahia, apesar de diversas sondagens realizadas no século XIX (sendo a primeira exploração pioneira realizada em 1864). Contudo, o setor petrolífero era ainda uma iniciativa embrionária no país, o que tornava Brasil dependente de empresas privadas multinacionais. Como consequência, surgiram no país diversos debates polarizados: uns defendiam a monopolização do petróleo pelo Estado, enquanto outros apoiavam a participação das empresas multinacionais na esfera energética do país (Rody, 2017).

A primeira iniciativa consistente do Estado brasileiro na regulação do setor petrolífero ocorreu em 1938 através da criação do Decreto-Lei nº 395, do Conselho Nacional de Petróleo (CNP) (Dias e Quaglino, 1993).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, surgiu no país uma grande movimentação a favor da nacionalização deste setor. Apesar de o país continuar a importar grande parte do petróleo, o movimento que defendia a nacionalização através da campanha “o petróleo é nosso”⁴¹ começou a ganhar mais poder, pois o controlo deste recurso energético significava controlo sobre a soberania nacional. Como consequência, a 3 de outubro de 1953 foi instituída a Sociedade Anónima de Petrobras através da Lei Governamental n.º 2.004 “*Sobre Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anónima, e dá outras providências*”. Assinada pelo presidente

⁴¹ Artigo do Jornal Globo, publicado a 17/03/2013, “Campanha 'O Petróleo é nosso' mobilizou o Brasil no final da década de 40”, disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/campanha-petroleo-nosso-mobilizou-brasil-no-final-da-decada-de-40-10401791#ixzz5mikg3xbd>

brasileiro Getúlio Vargas, esta lei “...encerrou um ciclo de três décadas de intensas disputas políticas e ideológicas em torno da discussão de proposições destinadas a estabelecer as formas e os limites da participação do Estado, do capital estrangeiro e do setor empresarial privado nacional nas atividades petrolíferas no Brasil” (Morais, 2013).

A criação de uma empresa nacional foi necessária para garantir o monopólio nesta esfera, visto que não existiam empresas nacionais com recursos financeiros e tecnológicos necessários suficientes para a extração do petróleo no território brasileiro⁴². Deste modo, a criação de uma sociedade por ações, que pudesse exercer o monopólio das atividades de exploração, produção, refino e transporte de petróleo e derivados, deveria acelerar as suas ações e ampliar a exploração e a produção de petróleo, construir e operacionalizar novas refinarias e aumentar a produção nacional de combustível (Morais, 2013).

A construção da independência petrolífera do Brasil começou na década de 1930 quando ainda se realizavam pesquisas sobre a existência ou não de petróleo no território brasileiro. Nesse sentido, foi criado o CNP com vista a regular a exploração do petróleo e, posteriormente, a Petrobras. No entanto, a tão desejada independência só começou a ser realmente formada a partir dos anos 1990. Durante anos, o setor energético brasileiro foi um setor reservado a empresas nacionais, sendo administrado pelo governo através da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) (Almeida, 2009), só em 1997 é que o Brasil abandona finalmente o monopólio estatal exclusivo e o nacionalismo exacerbado, deixando deste modo entrar o capital estrangeiro no país (Almeida, 2008).

Com o fim da Guerra Fria em 1989, a política externa brasileira toma duas posições. Por um lado, hemisférica-bilateral e por outro global-multilateral (Pecequillo, 2008). Nos anos 1990, muitos setores, como, por exemplo, o setor elétrico, de telecomunicações, gás natural e petróleo, foram privatizados, nos quais o Estado passou a ter um papel mais de regulador do que de produtor. A política industrial aplicada pelo governo brasileiro procurava desenvolver um ambiente que facilitasse o aumento do investimento público e privado através da regulação estatal (Almeida, 2009).

A política externa brasileira apresentou essencialmente três objetivos na busca de maior autonomia no palco internacional: em primeiro lugar, a consolidação e expansão da esfera

⁴² Ver: <http://www.politize.com.br/petroleo-importancia-politica/#estatal>.

industrial entre 1967 e 1973; em segundo lugar, o desenvolvimento dos setores estratégicos da economia entre 1974 e 1979; e, por fim, a conquista de tecnologias de ponta e exportação de serviços de engenharia nos anos 90. Contudo, desde sempre, a prioridade do Governo brasileiro foi o desenvolvimento económico do país (Bernal-Meza-2002). Assim sendo, os anos 1990 foram marcados pela abertura comercial e financeira do país, por privatizações de indústrias e de infraestruturas que caracterizaram uma mudança do papel do Estado. No entanto, as diversas tentativas de estabelecer políticas industriais viáveis nos anos 90 fracassaram devido à falta de mecanismos de coordenação, o que provocou, conseqüentemente, guerras fiscais entre os Estados da República Federativa devido a disputas por investimentos privados (Barbi e Silva, 2008).

Em 1995, o Governo brasileiro decidiu prosseguir com a política de desmonopolização da indústria energética nacional com o objetivo de atrair novos investimentos para a esfera de petróleo e de gás. Como resultado, em novembro de 1995, é aprovada a emenda constitucional n.º 9/95 ao artigo n.º 177, onde é declarado que “*a União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei*”. Deste modo, foi concedido ao governo o direito de realizar acordos com empresas privadas e estrangeiras sobre exploração e produção de petróleo e de gás em terra e na zona costeira do Brasil e a Petrobras tornou-se autónoma nas suas prioridades de mercado e no reajuste dos preços de petróleo nacional (Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider, 2013).

A promulgação da Lei n.º 9.478/97, a 6 de agosto de 1997, conhecida como a nova Lei do Petróleo no Brasil, revogou a Lei n.º 2.004, de 1953 (Lei do Petróleo), e tinha por objetivo extinguir por completo o monopólio estatal sobre o petróleo e atividades relacionadas sobre a exploração, produção, refinaria e transporte de petróleo no Brasil, permitindo desta forma que outras empresas além da Petrobras pudessem atuar na esfera petrolífera mediante a autorização da União. A Lei do Petróleo alterou substancialmente a forma de atuação do Estado no setor de petróleo. Esta lei permitiu à União contratar empresas, nacionais e internacionais, estatais ou privadas, para realização de atividades anteriormente monopolizadas pelo Estado. Desta forma, além da Petrobras, outras empresas passaram a poder participar na produção, exploração, refinação, importação e exportação do petróleo e seus derivados básicos. Com esta lei, o regime de monopólio estatal antes praticado foi substituído por uma abertura à concorrência. Em suma,

o Governo brasileiro, outrora produtor e provedor, passa a ter um papel apenas de regulador e fiscalizador (Ferreira, 2009; Hernandez-Perez, 2011; Rodrigues, 2013).

Essa mesma lei (Lei de Petróleo n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997) instituiu a formação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) como órgão de assessoria e consulta do Presidente da República na esfera petrolífera e a Agência Nacional de Petróleo (ANP)⁴³ como órgão regulador da indústria petrolífera com responsabilidade de definir diretrizes para a participação dos complexos privados no setor energético. Desta forma, a Petrobras deixou de liderar o monopólio do setor petrolífero brasileiro, no entanto, continuou a ser a maior companhia petrolífera do país.

Em suma, essa Lei do Petróleo previa a promoção da aquisição de bens e serviços locais na tentativa de desenvolver a economia nacional e não privilegiar os produtos estrangeiros. A CNPE tem por objetivo principal promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do país, assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do país; rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do país; estabelecer diretrizes para programas específicos, bem como para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno; sugerir a adoção de medidas necessárias para garantir o atendimento à demanda nacional de energia elétrica tendo em vista o seu caráter estratégico e de interesse público. A ANP, por sua vez, é uma entidade estatal que tem por função a regulação da indústria de petróleo, gás e biocombustível, tendo desta forma poder de realizar contratos e controle econômico sobre esta indústria. Além disso, a ANP é responsável pelo bom cumprimento de normas de segurança e pela aplicação da legislação em vigor (Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider, 2013; Rodrigues, 2013).

Em 2003, foi criado o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) com o objetivo de aumentar a participação de fornecedores locais na cadeia de *off-shore*. Mais tarde, em 2007, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (CAP), que propôs maiores investimentos na infraestrutura energética, em particular nos setores de petróleo e de gás (Ramírez - Cendrero e Paz, 2017). No mesmo ano, foi descoberta a maior jazida de petróleo e de gás natural na camada de pré-sal na Bacia de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. A extração de petróleo da camada pré-sal em território brasileiro iniciou-se em 2008 pela empresa petrolífera estatal Petrobras. A Lei Federal n.º 12.351/2010 sobre pré-sal *“dispõe sobre*

⁴³ Site oficial da Agência Nacional de Petróleo: <http://www.anp.gov.br/>.

a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos”. A descoberta dos primeiros campos de petróleo nas camadas de pré-sal representou um marco importante na evolução tecnológica e produtiva do país, mais ainda permitiu um desenvolvimento da produção comercial nessa área geológica (Morais, 2013).

Em dezembro de 2010, foi aprovada a Lei n.º 12.351, conhecida como a Lei do Pré-Sal, esta lei definiu um regime de repartição de produção em vez do regime de concessão anteriormente estabelecido. Enquanto que durante o regime de concessão as companhias assumiam o risco de exploração e produção, no regime de repartição de produção este risco passou a ser compartilhado entre duas ou mais empresas sendo uma delas pública, permitindo que o Estado mantenha o seu controlo sobre exploração e produção do petróleo (Ramírez - Cendrero e Paz, 2017).

Em novembro de 2013, o Brasil foi o país destacado no relatório divulgado pela AIE, que prevê que, graças ao petróleo encontrado na camada de pré-sal, o Brasil venha a transformar-se num dos países com maior exportação de petróleo a nível mundial. Num futuro próximo, o Brasil será um dos mais importantes produtores energéticos mundiais.

Atualmente, a exploração do petróleo é regulada pela própria Constituição da República Federal do Brasil, que traça as principais diretrizes da matéria, e pelas Leis 9.478/1997 (Lei do Petróleo), 12.304/2010 e 12.351/2010 (Alkimim, n/d).

O artigo 20.º da Constituição da República Federal do Brasil define que:

“São bens do União: (...) V – o recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; (...) IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo” no entanto, no mesmo artigo é sublinhado que “§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respetivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.”

O artigo 176.º da Constituição brasileira acresce que o petróleo existente no subsolo do território

brasileiro (terrestre ou marítimo) pertence à União, que deverá explorá-lo através de concessões tendo em vista o regime da livre iniciativa:

“art.º 176.º: As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.”

No entanto, o artigo 177.º define que:

“Constituem monopólio da União: I – a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; II – a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro; III – a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores; IV – o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem; V – a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do caput do art. 21 desta Constituição Federal”. Contudo, segundo o artigo 45.º, “Ficam excluídas do monopólio estabelecido pelo art. 177, II, da Constituição as refinarias em funcionamento no País amparadas pelo art. 43 e nas condições do art. 45 da Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953. Parágrafo único. Ficam ressalvados da vedação do art. 177, § 1º, os contratos de risco feitos com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), para pesquisa de petróleo, que estejam em vigor na data da promulgação da Constituição.” Deste modo, o monopólio está mantido nas mãos da União, cabendo ao poder central tomar decisões sobre qualquer tipo de atividade relacionado com estes recursos fósseis.

A Lei n.º 12.304, de 2 de agosto de 2010:

“autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências”. Segundo o artigo 4.º desta lei, compete à PPSA “praticar todos os atos necessários à gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de

Minas e Energia” (art.º 4.º - I); “praticar todos os atos necessários à gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União” (art.º 4.º - II); “analisar dados sísmicos fornecidos pela ANP e pelos contratados sob o regime de partilha de produção” (art.º 4.º - III); “representar a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que as jazidas da área do pré-sal e das áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha de produção” (art.º 4.º - IV); “exercer outras atividades necessárias ao cumprimento de seu objeto social, conforme definido no seu estatuto” (art.º 4.º - V).

Por fim, a Lei n.º 12.351, de 22 de dezembro de 2010:

“dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências”. Além disso nesta lei declara-se o seguinte “O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), considerando o interesse nacional, oferecerá à Petrobras a preferência para ser operador dos blocos a serem contratados sob o regime de partilha de produção” (art.º 4.º).

3.2. PETROBRAS – A COMPANHIA ESTATAL PETROLÍFERA

O petróleo no Brasil é frequentemente associado à empresa de capital aberto, cujo acionista maioritário é o Estado brasileiro, a Petrobras. A empresa petrolífera estatal de economia mista, Petróleo Brasileiro S.A., ou simplesmente Petrobras, foi instituída em 1953 pela Lei n.º 2004 sobre a política nacional de petróleo. *“A Petrobras foi criada, após longa campanha popular, para servir de base à indústria do petróleo no Brasil e para exercer, em nome da União, o monopólio de exploração, produção, refino, transporte e comercialização do petróleo e seus derivados”* (Lucchesi, 1998). Assinada pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, esta lei tinha por objetivo estabelecer o monopólio estatal na esfera petrolífera através da criação de uma empresa de capital aberto, a Petrobras, cujo acionista principal e maioritário seria o Governo brasileiro. Esta companhia foi formada com objetivo essencial de exploração, produção, refinação, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados descobertos no território nacional. A Petrobras é uma empresa estatal que se encontra envolvida na política industrial mediante investimentos próprios, inclusive de pesquisa e desenvolvimento, bem como através da política governamental exigida no contexto nacional pela necessidade de aquisição de bens e serviços para o Estado (Almeida, 2008; Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider, 2013).

Segundo Celso Lucchesi (1998), o período de exclusividade da Petrobras pode ser caracterizado por quatro fases: primeira fase (1954-1968) caracterizada essencialmente pela criação da Petrobras e pela presença de técnicos brasileiros e estrangeiros nos campos de Recôncavo e na Amazônia; segunda fase (1969-1974) foi marcada pelas primeiras descobertas na Bacia do Espírito Santo, pelo avanço para o mar, pela ocorrência do primeiro choque petrolífero em 1956, pela criação de um braço internacional da Petrobras, e pela descoberta de Bacia de Campos em 1974. Além disso, os técnicos brasileiros passam a ter acesso a metodologias e tecnologias de exploração e produção mais recentes, bem como passam a contar com contratação frequente de consultores estrangeiros; durante a terceira fase (1975-1984), o campo de exploração marítimo localizado em Bacia de Campos confirma o seu potencial na exploração de petróleo, o que leva a empresa a considerar o avanço na exploração das águas profundas com ajuda da sísmica tridimensional que revolucionou e acelerou a exploração no mar. Nesta mesma fase, ocorre o segundo choque petrolífero; por fim, na quarta fase (1985-1997) deste período, a exploração sísmica tridimensional passou a ser a mais importante ferramenta de exploração de

petróleo em águas profundas; foram descobertos novos campos de exploração em águas profundas e iniciaram a perfuração nas águas ultraprofundas. Esta fase finalizou-se com a promulgação da Lei do Petróleo em 1997 (Lei n.º 9.478/97) que extinguiu por completo o monopólio estatal da Petrobras sobre a indústria petrolífera.

Desde a sua criação que a Petrobras foi desenvolvendo as suas capacidades básicas e de gestão financeira para que através dessas capacidades fosse possível criar processos financeiros com melhorias e com perspectivas de produzir novas inovações (Oliveira e Rubiano, n/d). Pouco a pouco, a Petrobras consolidou-se de forma a fortalecer o desenvolvimento de atividades técnicas básicas na esfera de gestão financeira. Além disso, a Petrobras empenhou-se no desenvolvimento das suas capacidades inovadoras para sustentar a utilização de novas ferramentas tecnológicas (Souza e Figueiredo, 2013). O governo federal usou a Petrobras para combater a inflação através da limitação de preços, o que reduz a capacidade da empresa de autofinanciar o seu programa de investimentos. Contudo, a Petrobras tem ocultado certas informações ao próprio Governo e até feito oposição às suas decisões políticas, por exemplo, sobre parcerias com empresas estrangeiras de petróleo na década de 1970 e a liberalização do mercado (Almeida, Lima-de-Oliveira, Schneider, 2013). A liberalização da indústria de petróleo e gás no Brasil, através da quebra do monopólio estatal nesta esfera, não significou que a companhia petrolífera Petrobras perdeu a sua influência nesta esfera. Aliás, a Petrobras manteve a sua hegemonia nacional, assumindo um papel muito importante no mercado regional e continuou a ser o ator principal no setor petrolífero brasileiro (Antolín e Cendrardo, 2013).

Apesar de em 1999 o Governo de Fernando Henrique Cardoso ter vendido alguns dos ativos da Petrobras, o Estado ficou com cerca de 40% do capital total da empresa e pouco mais que 54% de ações autorizadas a votar. Apesar desta semiprivatização, os governos recentes continuaram a interferir na estratégia da companhia de realizar a sua funcionalidade à política energética total: primeiro por meio da intensificação do programa de investimento de exploração e, depois das descobertas de pré-sal, por meio da intensificação de investimentos em direção à industrialização do setor de petróleo e de gás. O facto de o governo ter descido os seus ativos da Petrobras não significa que, se a empresa explorar os poços, o petróleo deixará de ser do Brasil. Ao aceitar o sistema de partilha, o país pode equacionar a necessidade dos vultosos investimentos necessários para se financiar a extração do petróleo. A Petrobras continua a participar em todas as atividades relacionadas com o setor petrolífero, bem como continua a ser influenciada pela

política (Barbi e Silva, 2008; Paz, 2014).

Com o início do novo milênio, vários cargos de diretoria na Petrobras foram bastante politizados, essencialmente pelo Partido Trabalhador (PT). Muitos dos líderes da Petrobras possuíam fortes ligações políticas não só no governo mas também no PT. José Eduardo Dutra (2003-2005) e José Sérgio Gabrielli (2005-2012) são alguns dos exemplos (Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider, 2013). No entanto, a estrutura administrativa da Petrobras permite-lhe manter uma certa autonomia em relação à interferência política (Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider, 2013). Assim sendo, em 2007, a Petrobras foi capaz de produzir inovações nos processos de gestão financeira e elaborar novos tipos e níveis de capacidades não tecnológicas.

Este desenvolvimento de inovações na gestão financeira na Petrobras permitiu que esta empresa pudesse responder às demandas dos fluxos produtivos e acompanhar outras empresas no contexto de países em desenvolvimento (Souza e Figueiredo, 2013). Em 2008, o Governo Brasileiro concedeu à Petrobras um estatuto especial. Esta aprovação permitiu ao BNDES realizar empréstimos a qualquer subsidiária petrolífera, além das que são controladas pela holding da Petrobras. Em suma, esta medida aumentou a possibilidade do BNDES realizar não só empréstimos mas também investimentos (Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider, 2013). Para tal, a Petrobras deveria desenvolver relações com fornecedores nacionais e auxiliar as empresas a cumprirem normas internas a nível petrolífero em relação à aquisição de bens e serviços. Além disso, o governo exigiu que a Petrobras elaborasse um plano regional de investimento mais agressivo para um melhor desenvolvimento regional na esfera energética (Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider, 2013).

Devido às descobertas realizadas nos últimos anos na Bacia de Santos, que apresenta reservatórios com excelentes características de porosidade e permeabilidade em conjunto com excelentes geradores e solo eficiente nesta camada de sal existe um acúmulo grande de petróleo de primeira qualidade na camada geológica do pré-sal, esta área de exploração e produção passou a ser considerada uma das mais promissoras do Brasil que permitirão aumentar significativamente as reservas brasileiras e as exportações de petróleo (Morais, 2013; Alvarenga, 2016). Em 2006, o primeiro poço exploratório perfurado na secção de pré-sal na Bacia de Santos comprovou a existência de um sistema petrolífero atuante naquela porção de bacia, abrindo perspectivas para o novo play exploratório da Bacia de Santos. A descoberta do pré-sal modificou profundamente o cenário exploratório brasileiro, dando origem a um novo marco regulatório para as áreas do pré-

sal das Bacias de Campos e de Santos (Leis 12.276/10, 12.304/10 e 12.351/10) (Fernandez e Santos, 2017).

Em 2000, foi lançado o terceiro Programa Tecnológico da Petrobras em Sistemas de Exploração em Águas Ultraprofundas (PROCAP-3000), que tinha por objetivo explorar e perfurar os poços do pré-sal que se encontram até 3000 metros de profundidade. A primeira edição deste programa foi formulada em 1986, para viabilizar a produção de novos campos de petróleo situados em águas com profundidade até 1000 metros. A segunda edição foi lançada em 1992 com o objetivo de alcançar até 2000 metros de profundidade (Morais, 2013).

A descoberta de jazidas de petróleo no pré-sal no Estado de São Paulo trouxe mudanças às funções da Petrobras que foram aprovadas pelo Governo em 2010, através da complementação à Lei do Petróleo assinada em 1997, pela Lei n.º 12.351/2010, que ficou conhecida como a Lei do Pré-Sal. Esta nova legislação estabeleceu que a Petrobras viria a ser a única operadora nos campos de petróleo do pré-sal brasileiro. Assim sendo, a Petrobras seria utilizada como instrumento da política industrial e regional, garantindo desta forma o monopólio da Petrobras nas operações em blocos ainda não leiloados (Almeida, 2009; Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider, 2013). A exploração do petróleo do pré-sal poderia vir a ser uma excelente oportunidade para o Brasil avançar em políticas de desenvolvimento económico e de reduzir as desigualdades regionais e sociais que se têm verificado no Brasil (Barbi e Silva, 2008).

A aposta na autossuficiência no petróleo é uma política tradicional no setor energético. Contudo, para que seja bem realizada, existe a necessidade de reduzir gastos financeiros com a importação e de gerir melhor a receita nacional para que haja possibilidade de libertar recursos para outros fins economicamente mais produtivos e que poderiam favorecer produtos e serviços para exportação (Goldemberg e Moreira, 2005; Antolín e Cendrero, 2013). Por outro lado, o aumento bem-sucedido na produção de petróleo e de gás resulta de inovações tecnológicas desenvolvidas pela Petrobras. Para superar este desafio tecnológico, a Petrobras desenvolveu tecnologia adaptada para exploração de petróleo em jazidas de águas profundas. De facto, para que uma empresa pública estatal obtenha sucesso, é necessário investir continuamente nela, tornando acessível a descoberta de novos campos petrolíferos em território nacional (Goldemberg e Moreira, 2005; Lima e Silva 2012). Contudo, a Petrobras tem necessidade de reclassificar as suas reservas do pré-sal e aumentar os seus esforços exploratórios a nível nacional devido à necessidade de grandes investimentos para extrair o petróleo a grandes profundidades. Isto

sublinha a importância de uma avaliação exata dos recursos petrolíferos do país. Além disso, as previsões nacionais de produção de petróleo são importantes para definir políticas energéticas, em particular em relação à segurança de energia, investimentos, exploração, produção, refinação e diversificação do abastecimento de energia (Szklo, Machado e Schaeffer, 2006).

O Plano Estratégico 2000-2010 previa a transformação definitiva da Petrobras numa companhia transnacional. De facto, a partir de 1999, a internacionalização passou a ser o foco central das atividades da empresa (Ferreira, 2009).

Em 2014, a Petrobras e outras grandes empresas e agentes privados foram alvo de investigação por parte da Polícia Federal, que recebeu uma denúncia de um empresário que afirmava que um grupo de *doleiros*⁴⁴ tentara lavar dinheiro na sua empresa. Com o evoluir das investigações, foram identificados quatro grupos chefiados por *doleiros*. Além disso, também foi descoberto que esses grupos utilizavam uma rede de lavandarias e postos de combustíveis para realizar os seus esquemas (Venaglia, 2018). Desde 2014 que a Petrobras se encontra envolvida num conjunto de investigações sobre esquemas de corrupção, essencialmente lavagem e desvio de dinheiro, que envolve políticos e grandes empresários. Esta operação ficou conhecida como “Operação Lava Jato” e visava apurar um esquema de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida. O suborno caracterizado através do esquema financeiro com a participação de grandes empreiteiras organizadas em cartel que pagavam subornos a altos executivos da Petrobras e a outros agentes públicos era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo “*doleiros*” investigados na primeira etapa. A Polícia Federal considera este processo como a maior investigação de corrupção da história do Brasil, que atualmente ainda não se encontra concluído (Barros, 2015; Cioccarri, 2015).

⁴⁴ Doleiro é uma figura que atua no mercado paralelo de câmbio e o elo entre o dinheiro ilegal e o beneficiário de crimes e desvios.

3.3. POLÍTICA ESTATAL PETROLÍFERA BRASILEIRA NOS FINAIS DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

“A partir de 2003, quando o Partido Trabalhador chegou ao poder, as sucessivas administrações usaram a Petrobras novamente como um instrumento de política industrial”

(Almeida, Lima-de-Oliveira, Schneider, 2013).

3.3.1. AS PRESIDÊNCIAS DE FERNANDO COLLOR (1990-1992), ITAMAR FRANCO (1992-1995) E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2003)

Fernando Collor, 32.º Presidente da República Federativa do Brasil (1990-1992), tinha uma visão unipolar do mundo, com os Estados Unidos exercendo o papel de potência hegemónica e associando força militar a força económica. O seu sucessor, Itamar Franco, percebeu que o mundo caminhava para uma *“dissociação hegemónica”* (Bernal-Meza, 2002) e procurou desta forma realizar uma política de aproximação com outras potências. Esta mesma linha é seguida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que procurava aprofundar a política neoliberal de carácter internacional, ou seja, via a necessidade de o Brasil realizar a sua política externa através da participação mais ativa no cenário internacional, principalmente através do Mercosul (Bernal-Meza, 2002). Em suma, o Governo de Fernando Henrique Cardoso aprofundou a agenda dos governos anteriores com uma especial atenção para as relações internacionais e mercado mundial. Contudo, a sua presidência coincidiu com a crise internacional que se fez sentir em diversos países, como México (1994) e Rússia (1998), e, inclusive, em continentes, na Ásia (1997). Esta crise chegou ao Brasil em 1999 e provocou uma forte desvalorização da moeda nacional, abalando desta forma a estabilidade económica do país (Bernal-Meza, 2002). A liberalização económica, promovida nos anos 1990, pelos governos de Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, travou os planos expansionistas da Petrobras.

A quebra do monopólio em 1997 caracterizou uma das maiores mudanças ocorridas no setor petrolífero. Isto tudo possibilitou a livre concorrência e participação de novas empresas no

mercado nacional de exploração, produção, refinação e distribuição de derivados. Além disso, um conjunto de mudanças institucionais ocorreu, sobretudo a criação de novos agentes e instrumentos de financiamento (Lima e Silva, 2012). Foi durante a presidência de Fernando Cardoso que o Brasil intensificou os investimentos de exploração e criou programas de investimento para alcançar a autossuficiência energética. Mas só durante o Governo de Lula da Silva é que o Estado brasileiro finalmente conseguiu tornar-se relativamente autossuficiente devido às descobertas de petróleo nas camadas do pré-sal. Durante este período, a Petrobras assumiu uma nova estratégia caracterizada essencialmente pela promoção de refinação e de combustíveis biológicos (Ramírez - Cendrero e Paz, 2017).

3.3.2. A PRESIDÊNCIA DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2011)

O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, inaugurado em 2003, contempla em si as estratégias internacionais aplicadas por sucessivos governos brasileiros anteriores, mais precisamente pelos governos entre 1930 e 2002. Por um lado, a vertente desenvolvimentista que apostou na abertura do mercado e no sistema produtivo na tentativa de obter maior proteção ao mercado nacional com o fim de induzir a sua expansão pelo empreendimento nacional ou estrangeiro. Por outro, a corrente de pensamento monetarista que possuía caráter neoliberal de regionalismo aberto. Esta corrente apoiava a necessidade de o Estado intervir na economia nacional, promovendo a estabilidade económica. E, por fim, a ideologia do paradigma do Estado logístico que junta em si o liberalismo externo com o desenvolvimentismo interno, de modo a fundir a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latino-americano. Deste modo, esta estratégia apostava na globalização e na participação do Brasil na ordem do sistema ocidental (Cervo, 2003). O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva concentrou-se desde o início na necessidade de modificação administrativa nacional. Como o próprio presidente afirmou durante a sua inauguração em 2003:

“Modificação: isto é a palavra-chave; isto foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro” (Lula da Silva citado por Vigevani e Cepaluni, 2007).

A estratégia essencial da administração de Lula focava-se no campo de negociações de

comércio internacional e na procura de aprofundamento de coordenação política com países emergentes, principalmente com Índia, África do Sul, Rússia e China. Além disso, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva destacou-se essencialmente por elementos de modificação através de implementação de instrumentos de desenvolvimento económico, de preservação e de aumento de autonomia nacional, na tentativa de superar o nível subdesenvolvido do país e da procura de parceiros estratégicos no Sul, para ganhar mais poder de negociação no mercado internacional (Vigevani e Cepaluni, 2007). No caso da Petrobras, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva intensificou o processo de internacionalização da companhia, estimulando uma presença mais forte da mesma em países de África, no Golfo do México e no Médio Oriente (Lima e Silva, 2012). Além disso, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva defende a reconstrução de uma relação especial com os EUA, em oposição a uma suposta separação que se teria instalado devido às aproximações com as nações emergentes e países menos desenvolvidos na África, Ásia, Médio Oriente e América do Sul (Pecequilo, 2008). A estratégia de política externa elaborada pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e implementada por Celso Amorim como ministro das Relações Exteriores e Samuel Pinheiro Guimarães na secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores, defendeu uma agenda brasileira baseada na combinação dos eixos horizontais e verticais, inclusive, a negociação frente ao eixo vertical e aos EUA (Pecequilo, 2008).

Com as descobertas realizadas no pré-sal do Estado de São Paulo, o governo brasileiro aumentou ainda mais a sua política de usar a Petrobras como uma ferramenta de desenvolvimento da política industrial. A posição que o Governo de Lula adotou foi a de promoção da Petrobras como uma empresa capaz de competir com empresas privadas e de se expandir internacionalmente. Além disso, a Petrobras foi pressionada pelo governo em perseguir metas de desenvolvimento regional e social (Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider, 2013).

3.3.3. A PRESIDÊNCIA DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

O Governo de Dilma Rousseff (2011-2016) tencionava continuar com a estratégia aplicada pelo governo anterior de Lula da Silva. Deste modo, durante a sua presidência, a Dilma Rousseff promoveu o reforço da política social com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais e tornar

programas e fundos governamentais mais acessíveis à população. A nível da política externa, o governo da Dilma delimitou como prioridade da sua política o desenvolvimento de relações bilaterais. Além disso, procurou intensificar a cooperação com vista a uma integração regional mais estreita e, por fim, tentou aumentar a influência do Brasil nas organizações internacionais. Contudo, o Governo da Dilma foi marcado pelo escândalo político relacionado com a corrupção que envolvia a companhia estatal petrolífera Petrobras e pelo seu processo de *impeachment* em 2016.

Em janeiro de 2014, entrou em vigor a Lei Anticorrupção n.º 12.846, que:

“Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências”.

A vigência dessa nova lei pode ser interpretada como uma provocação do combate legal à corrupção no Brasil, o que estimulou a prevenção de atos ilícitos nas empresas. Um dos casos mais polémicos foi o caso da “Operação Lava Jato”, onde a empresa petrolífera Petrobras esteve envolvida.

A “Operação Lava Jato” teve início em março de 2014 e traduziu-se num grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro, que envolveu a companhia petrolífera Petrobras, grandes empreiteiras do país e diversos políticos. O nome do caso, “Operação Lava Jato”, deveu-se ao facto de ter sido utilizada uma rede de postos de combustíveis e de centro de lavagem de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas, que posteriormente levou à Petrobras e aos políticos envolvidos (Cioccarri, 2015). A primeira investigação demonstrou a participação de quatro “*doleiros*” que comandavam quatro núcleos que trocavam informações e práticas ilícitas entre si. Entre os presos, os quatro “*doleiros*”: Nelma Kodama, Raul Srouf, Alberto Youssef e Carlos Habib Chater. O Ministério Público Federal acredita que nesse esquema, que durou pelo menos dez anos, grandes empreiteiras, como, por exemplo, Camargo Corrêa, OAS, e Odebrecht, organizavam-se em cartel e pagavam propinas, entre 1% e 5% do montante total de contratos, a altos executivos da Petrobras e outros agentes públicos. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo “*doleiros*” investigados na primeira etapa. Mais ainda, desconfiam que as empreiteiras concorrerem entre si, em licitações, para conseguir os contratos da Petrobras, e que a companhia estatal contrataria a empresa que aceitasse fazer a obra pelo menor preço. Desta forma, o cartel formado por estas empreiteiras visava substituir uma concorrência real por uma

concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas, nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflacionado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. O cartel tinha até um regulamento, para definir como as obras seriam distribuídas⁴⁵ (Barros, 2015; Ciocari, 2015).

Como consequência, a 34.^a Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Vana Rousseff, foi destituída do posto em 31 de agosto de 2016, por meio de um processo de *impeachment*. O processo de *impeachment* teve início a 2 de dezembro de 2015, após a queixa apresentada pelo procurador de Justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal:

“DENÚNCIA em face da Presidente da República, Sra. DILMA VANA ROUSSEFF, haja vista a prática de crime de responsabilidade⁴⁶, conforme as razões de fato e direito a seguir descritas, requerendo seja decretada a perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública, pelo prazo de oito anos”⁴⁷.

⁴⁵Ministério Público Federal sobre o Caso *Lava Jato*, disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>.

⁴⁶ Crime de responsabilidade está previsto no artigo 85 da Constituição Federal. Além disso, a Lei 1.079, de 1950, também se refere a este tipo de crime.

⁴⁷ Impeachment da Dilma Rousseff: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>.

3.4. O PLANO NACIONAL DE ENERGIA – 2030

Uma das agências governamentais responsáveis pela gestão da política energética do Brasil é o Ministério de Minas e Energia (MME), criado em 1960, posteriormente extinto em 1990 e recriado em 1992. O MME é responsável pelas áreas de geologia, recursos minerais e energéticos; aproveitamento da energia hidráulica; mineração e metalurgia; petróleo, combustível e energia elétrica e nuclear. O MME é composto por: Planejamento e Desenvolvimento Energético; de Energia Elétrica; de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis; e Geologia, Mineração e Transformação Mineral; bem como possui um Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. Além disso, em 2004, foi criada a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) vinculada pelo MME, que passou a realizar estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético. Mais ainda, a MME interage com as empresas Eletrobras e a Petrobras.

Em 2007, o MME em conjunto com a EPE elaboraram o Plano Nacional de Energia 2030 que consiste numa pesquisa de planejamento integrado dos recursos energéticos brasileiros (eletricidade, petróleo e seus derivados, gás natural, derivados de cana) com vista a estabelecer uma estratégia para aumentar a oferta de energia econômica e sustentável. O PNE é o primeiro documento estratégico de elaboração complexa que visa definir objetivos claros na gestão do setor energético do país. Além disso, procura-se responder ao aumento da necessidade energética a longo prazo, devido ao crescimento populacional brasileiro. No entanto, esta procura promove também outras fontes de energia alternativas, mais baratas, menos poluentes e renováveis. Deste modo, o PNE tornou-se no instrumento fundamental para o país, na medida em que avalia as tendências na produção e no consumo de energias e define as estratégias alternativas para a expansão das ofertas energéticas a longo prazo. O PNE é composto por uma série de estudos temáticos que procuram fornecer elementos para uma melhor formulação de políticas energéticas tendo em conta os recursos disponíveis.

O PNE 2030 foi o estudo pioneiro realizado por uma entidade governamental. Pela primeira vez no Brasil, desenvolveu-se um estudo de planejamento a longo prazo no âmbito da esfera energética, realçando não só a questão da energia elétrica como também outros recursos energéticos, nomeadamente petróleo, gás natural e biomassa. O PNE surgiu como uma referência

a uma nova e tão esperada etapa na recuperação do processo de planejamento energético nacional, bem como na consolidação do estatuto dos seus recursos energéticos.

O estudo sobre o petróleo e derivados que faz parte do PNE 2030 procurou definir um panorama atual e futuro das reservas do petróleo no Brasil e no mundo, delimitando desta forma a importância dos custos de oferta e as restrições socioambientais durante as extrações do petróleo.

“O presente volume encontra-se dividido em cinco Notas Técnicas enumeradas a seguir:
1. Inventário dos recursos e reservas de petróleo no Brasil; 2. Centros de transformação: estrutura de produção, refino e transporte de petróleo e derivados/ logística e tecnologia;
3. Geração termelétrica a partir de derivados de petróleo: caracterização técnico-econômica; 4. Geração termelétrica a partir de derivados de petróleo: potencial de geração;
5. Geração termelétrica a partir de derivados de petróleo: avaliação dos impactos socioambientais.”

Em 2006, o Brasil tornou-se autossuficiente em produção de petróleo e o PNE destacou essencialmente que cerca de 92% de reservas provadas e localizadas em território brasileiro encontram-se em campos marítimos, tornando a variável ambiental ainda mais significativa no processo de extração e produção de petróleo no Brasil, havendo necessidade de controle legislativo bastante completo nesta área. Através do uso de novos métodos de extração de petróleo (método da Curva de Hubbert, por exemplo), o PNE 2030 prevê que Brasil atingirá o pico da sua produção em 2018, mas que em 2025 o Brasil poderá voltar a tornar-se dependente da importação de petróleo bruto devido à procura interna. Para evitar tal situação, o governo brasileiro decidiu analisar e planejar melhor a estratégia sobre a sua possível dependência petrolífera.

Desde a sua criação que o PNE 2030 tem demonstrado a sua importância através do impacto que tem causado nos últimos anos, desde a sua aplicação em diversas áreas governamentais como referência para um cenário económico e energético a longo prazo, até ao seu uso como referência e fonte de informação para diversos estudos sobre o setor energético.

Diante a sua importância, e em resposta aos acontecimentos mais recentes, tais como a catástrofe de Fukushima, *shale gas* nos EUA, o prolongamento da crise de 2008, e a crescente preocupação com as mudanças climáticas, iniciou-se em 2018 a realização de um segundo estudo da colaboração MME/EPE – Plano Nacional de Energia 2050. O PNE 2050 surge da necessidade

de formular um novo horizonte e reforçar a segurança energética com intuito de antecipar as possíveis inovações e eventos que possam afetar significativamente a sociedade e a esfera energética. O novo plano até 2050 prevê a possibilidade de mudanças de natureza tecnológica, económica, socioeconómica, surgimento de recursos energéticos alternativos, focando-se uma vez mais numa trajetória possível a longo prazo. De um modo geral, o PNE 2050 serve para antecipar as tendências que gerem novas oportunidades e provoquem ameaças que necessitem de um posicionamento estratégico a longo prazo e planos de ação a curto prazo (como, por exemplo, o Plano Decenal de Energia, PDE) (PNE, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Petrobras foi criada para servir de base à indústria do petróleo no Brasil e para exercer, em nome da União, o monopólio de exploração, produção, refino, transporte e comercialização do petróleo e seus derivados. Quando a Petrobras foi criada, o Brasil carecia de uma indústria petrolífera. A Petrobras foi pioneira no desenvolvimento desta indústria através de investimento tecnológico e de capitais humanos. Isto tudo permitiu um desenvolvimento nacional da indústria petrolífera e à companhia estatal petrolífera construir uma vantagem competitiva forte e reduziu os seus próprios custos operacionais, permanecendo no núcleo estratégico de negócios de Petrobras. A liberalização do setor petrolífero em 1997 permitiu ao país acelerar a exploração e o desenvolvimento dos seus recursos de petróleo. Ao mesmo tempo, manteve o controlo firme do setor pela regulação e a participação direta da Petrobras. Essencialmente devido à sua tecnologia superior na área petrolífera, a Petrobras continuou a desempenhar um papel importante na exploração das bacias de petróleo, podendo usufruir de concessões maiores e manter o seu interesse na maior parte de outras concessões. Por outro lado, a liberdade de ações da Petrobras deve-se ao facto de o Governo brasileiro ter objetivos políticos, tais como estimular a exploração e a produção dos recursos de petróleo no país de forma a permanecer autossuficientes na produção de petróleo e reduzir importações de gás natural, e aumentar a contribuição do setor para o desenvolvimento económico local (Tordo, Tracy, Arfaa, 2011).

As alterações legislativas em relação à extração de petróleo e alocação das receitas da sua exploração demonstram vínculos entre o desafio tecnológico de extração de petróleo em águas profundas e desenvolvimento de tecnologia nacional. Estes vínculos fazem parte de uma política industrial composta por opções macroeconómicas feitas pelo Estado e com a capacidade de desenvolvimento tecnológico já existente (Barbi e Silva, 2008). A Petrobras e as suas procuras relacionadas com a exploração de petróleo em costa marítima e os seus sistemas de transporte e logística possuem um grau de articulação nacional muito grande que influencia muitas regiões. Além disso, o crescimento económico de países asiáticos oferece uma oportunidade extraordinária ao Brasil, enquanto país abundante em recursos naturais, o que lhe permite construir uma nova relação económica no mercado mundial (Barbi e Silva, 2008).

Além disso, o Brasil tentou aproveitar a sua liderança regional para realizar os seus

objetivos nacionais. Contudo, apesar de possuir certa liderança regional, na prática deparou-se com uma resistência por parte dos seus potenciais seguidores. No entanto, atualmente, o Brasil é reconhecido como uma potência emergente por outras grandes potências mundiais. Paradoxalmente, o Brasil deparou-se com uma má combinação de fracasso de liderança regional e emergência no palco mundial acompanhado pelo reconhecimento global (Malamud, 2011). Embora a integração sub-regional da América do Sul numa possível coligação política e económica não tenha deixado de ser uma meta, atualmente, não representa uma prioridade do Estado (Malamud, 2011). Mais ainda, o papel do Brasil neste “futuro novo mundo” continua a ser pouco evidente (Vigevani e Cepaluni, 2007).

A política externa brasileira segue, essencialmente, duas vertentes principais: participação ativa no ordenamento mundial e transformar-se num ator central no cenário internacional, tomando como referência o Mercosul e a sua construção de parcerias estratégicas, tais como aquela que estabeleceu com a UE (Ferreira-Pereira, 2016). Neste sentido, o Brasil é uma potência líder na América Latina, devido ao seu peso geoeconómico e à dimensão do seu mercado interno, e uma potência emergente a nível mundial (Bernal-Meza, 2002). Deste modo, a política industrial brasileira tem promovido a criação de empresas nacionais, preferência pelos produtos nacionais e criação e fortalecimento de grupos nacionais através da participação não só do BNDES mas também através de fundos estatais e até mesmo parcerias com a Petrobras (Almeida, 2009).

Segundo o *World Energy Outlook* de 2013, elaborado pela AIE, a posição do governo brasileiro em relação à política energética tem correspondido positivamente aos desafios energéticos mundiais. As grandes reservas de petróleo submarino e as novas descobertas do gás proporcionaram ao Brasil um estatuto de “*world’s foremost oil and gas provinces*”. Além disso, as recentes descobertas do pré-sal iniciaram alterações no próprio sistema de regulamentação, concedendo à Petrobras um papel fortalecido em áreas mais estratégicas. Estas novas modificações no setor energético abriram novas oportunidades de exploração de recursos energéticos no território brasileiro. O Brasil ocupa, de muitos modos, uma posição invejável no sistema de energia mundial. Os seus recursos energéticos são vastos, variados e mais do que suficientes para responder às necessidades do país. O Brasil já confrontou alguns dos desafios nacionais mais urgentes, tais como, por exemplo, o acesso à eletricidade em quase todas as casas brasileiras e a expansão do sistema energético com vista a apoiar a economia nacional.

CAPÍTULO 4:

RÚSSIA E BRASIL NUMA PERSPETIVA COMPARADA

Tendo em conta os capítulos anteriores e aplicando como pontos de comparação a evolução inicial, o contexto de seguimento e o contexto político e a redefinição do interesse nacional, vamos procurar encontrar pontos comuns entre os estudos de caso brasileiro e russo. Apesar das diferenças culturais e históricas, Brasil e Rússia têm vários aspetos em comum, especialmente em relação ao desempenho económico das últimas duas décadas. Contudo, continuam a ser duas realidades totalmente distintas.

4.1. A EVOLUÇÃO INICIAL E CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA

Tabela 3: Evolução inicial e contextualização do desenvolvimento da indústria petrolífera na Rússia e no Brasil

Rússia	Brasil
Experiência maioritariamente negativa e de curto prazo: mudanças económicas e políticas; crise de 1998; necessidade urgente em reorganizar e reafirmar o seu poder energético nacional.	Experiência neutral: evolução gradual dos seus objetivos energéticos.
Contexto de operacionalização da companhia é muito concorrencial.	Contexto de operacionalização da companhia é pouco/nada concorrencial.
Rosneft, enquanto entidade estatal, atuou como um gerente de confiança dos interesses do Estado no setor petrolífero nacional.	

A história da exploração petrolífera russa remonta a meados do século XIX, apesar de ter raízes que remontam ao século XVI. A partir daí, a indústria petrolífera tem-se desenvolvido e encontrado novos terrenos de exploração. Sendo um “ouro negro”, é natural o desejo de posse

deste recurso natural. Isto leva-nos a justificar as diversas disputas, quer internas quer externas, quer territoriais, quer económico-políticas, que têm ocorrido nas últimas décadas.

Com a queda da URSS em 1991, a Rússia superou o seu sistema unipartidário, liberalizou a sua economia e tornou-se numa República Federativa. A transição para o capitalismo provocou, a nível económico: diminuição do poder económico devido a perda de muitas das suas fontes de rendimento; défice; aumento da inflação; a nível social: pobreza; crise demográfica e desigualdade social; a nível político: liquidação do sistema de partido único que foi acompanhado pelo enfraquecimento geral da política devido a perda de propriedades do Estado (Simonov, 2005; Bessonova, 2009; Henderson, 2012).

Durante o comunismo, praticamente todas as empresas que eram estatais, em poucos anos, foram privatizadas. A maioria delas foi parar às mãos dos influentes políticos, os oligarcas. A proximidade destes últimos com o então presidente Boris Yeltsin permitiu-lhes usurpar empresas estratégicas do setor energético sem graves consequências. O Decreto Presidencial 1403, de 1992, iniciou o processo de privatização dos bens do Estado, tornando-o de certa forma legal: “On the special characteristics of privatization and corporatization of public enterprises and production and research and scientific associations in the petroleum products refining and supply industries”. No ano seguinte, em 1993, foi estabelecida a Rosneft. Dois anos depois, em 1995, esta empresa estatal tornou-se numa entidade corporativa legalmente definida (*open joint-stock company*) através do Decreto Presidencial 327 “*Sobre medidas principais de melhoria de atividades de companhias petrolíferas.*”

Após a queda da URSS, a Rússia viu-se imersa num ambiente de caos político e económico. Devido a isso, e à urgente necessidade de organizar o país, a Rússia mostrou-se incapaz perante as potências ocidentais que se preocuparam em ocupar rapidamente a sua antiga esfera de influência, nomeadamente países vizinhos, ex-repúblicas soviéticas. Consequentemente, esta expansão fragilizou a posição externa da geopolítica russa.

No caso brasileiro, o petróleo no seu território só foi oficialmente descoberto em 1939, no Estado da Bahia, apesar de diversas sondagens realizadas no século XIX (sendo a primeira exploração pioneira realizada em 1864). Contudo, o setor petrolífero era ainda uma iniciativa embrionária no país, o que tornava o Brasil dependente de empresas privadas multinacionais

(Rody, 2017). No entanto, a primeira iniciativa firme do governo brasileiro na regulação do setor petrolífero ocorreu em 1938, com a criação CNP (com vista a regular a exploração do petróleo e, posteriormente, a Petrobras) através do Decreto-Lei n.º 395 (Dias e Quaglini, 1993).

A Sociedade Anónima de Petrobras só foi instituída em 1953 através da Lei Governamental n.º 2.004 “*Sobre Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anónima, e dá outras providências*” (Morais, 2013). Com a criação da Petrobras, estabeleceu-se no país o monopólio completo da esfera energética por parte do Estado. Só em 1997, com a promulgação da Lei n.º 9.478/97, a 6 de agosto de 1997, conhecida como a nova Lei do Petróleo (que revogou a Lei n.º 2.004, de 1953, Lei do Petróleo), é que o Brasil abandona finalmente o monopólio estatal exclusivo e o nacionalismo exacerbado, deixando deste modo entrar o capital estrangeiro no país (Almeida, 2008; Almeida, 2009).

Em suma, a exploração do petróleo na Rússia começou em meados do século XIX, enquanto que no Brasil só começou a ser explorado a partir de 1939. Na Rússia, a empresa estatal petrolífera de carácter privado Rosneft foi oficialmente estabelecida em 1995, sofrendo algumas alterações na sua estrutura e composição ao longo das últimas décadas; enquanto que, no Brasil, a empresa estatal petrolífera Petrobras S.A. surgiu em 1953 e passou a ser logo detentora do monopólio estatal da esfera energética do país (abolido em 1997), portanto, ao contrário do caso russo, em que se verificava constante concorrência quer por parte de agentes privados quer por agentes públicos. Apesar de no caso russo a exploração petrolífera se ter iniciado mais cedo, o desenvolvimento da indústria petrolífera nos finais do século XX e início do século XXI tem demonstrado um processo acelerado acompanhado de pressão interna do país; do outro lado, o desenvolvimento da indústria petrolífera brasileira ao longo do século XX e até à primeira década do século XXI tem sido marcado por um ambiente relativamente calmo e sem precedentes extraordinários.

4.2. O CONTEXTO POLÍTICO E A REDEFINIÇÃO DO INTERESSE NACIONAL

Tabela 4: Contexto de surgimento das empresas estatais petrolíferas da Rússia e do Brasil

Rússia	Brasil
<p>1991: queda da URSS; privatização dos bens do Estado (Decreto Presidencial 1403, de 1992); formação da empresa estatal petrolífera Rosneftegaz do antigo Ministério de Indústria Petrolífera e de Gás da URSS.</p> <p>1993: formação da empresa estatal petrolífera Rosneft baseada nos ativos anteriormente mantidos por Rosneftegaz (holding estatal).</p> <p>1995: Rosneft – <i>open joint-stock company</i>, criação de uma sociedade anónima aberta “Companhia Petrolífera Rosneft”, cujo acionista principal seria o Estado, representado pela Rosneftegaz.</p> <p>Rosneft: companhia petrolífera, cujo pacote principal de ações pertence à Rosneftegaz, que, por sua vez, pertence totalmente ao Estado russo.</p>	<p>1938: criação do Conselho Nacional de Petróleo como vista a regular o setor petrolífero.</p> <p>Décadas de disputas ideológicas e políticas.</p> <p>1953: criação da Sociedade Anónima Petrobras – empresa nacional petrolífera (lei governamental 2 004).</p> <p>Nacionalização do setor petrolífero exclusivo a empresas nacionais administradas pelo governo através da Petrobras e do BNDS.</p> <p>1997: desmonopolização da indústria energética (nova Lei do Petróleo, Lei n.º 9.478/97).</p> <p>Petrobras: maior companhia petrolífera brasileira controlada pelo Estado brasileiro.</p>

Tabela 5: Redefinição do interesse nacional da Rússia e do Brasil

Rússia	Brasil
<p>Em primeiro lugar, aumentou-se a eficiência e participação, maioritariamente indireta, do Estado na esfera energética. Pouco a pouco, o controlo foi aumentando e procedeu-se a uma "limpeza" dos oligarcas opositores ao Estado. Por fim, estabeleceu-se um equilíbrio entre o Estado e os agentes privados.</p> <p>Rosneft – cada vez mais do interesse nacional enquanto parte da política estatal.</p> <p>“Abertura” ao mercado internacional enquanto interesse nacional exclusivamente.</p> <p>Esfera política não foi muito politizada, sempre se procurou manter equilíbrio entre negócios e política.</p> <p>Necessidade de afirmar o seu estatuto e definir o seu papel internacional.</p> <p>Usar as reservas de petróleo como parte dos instrumentos da política externa.</p> <p>País reemergente.</p>	<p>Petrobras enquanto vítima da fusão dos interesses políticos, existe uma mistura de interesses políticos e interesses nacionais que levaram a corrupção, utilização da Petrobras como instrumento político.</p> <p>Esfera política totalmente politizada, corrupção: Operação Lava Jato.</p> <p>Desejo de participar no mercado internacional enquanto recurso democrático e não na necessidade de afirmar o seu papel internacional e hegemonia energética.</p> <p>País emergente.</p>

No caso russo, o contexto político foi essencialmente marcado pelo presidente Vladimir Putin. Com vista a resgatar a Rússia da enorme decadência pós-soviética, as imediatas prioridades definidas por ele foram a reanimação da economia e a eliminação da concorrência oligarca na esfera política. Devido às consequências provocadas pela queda da URSS, em 1998, o Estado russo viu-se obrigado a declarar falência. A partir daí, com novo ânimo e novas caras na política, a Rússia começou a recuperar pouco a pouco as suas posições na geopolítica mundial e na esfera energética nacional. O novo presidente, Vladimir Putin, conseguiu estabelecer no país a tão

esperada estabilidade. Além disto, desde 1999 a 2009, o produto interno bruto do país aumentou cerca de 70%.

Os altos preços de petróleo contribuíram imenso para a reorganização do país. Enquanto durante os anos 1990 o preço por barril chegou a marcar 12 dólares, em 2008, aumentou o seu valor dez vezes. A crise de 2008/2009 demonstrou, claramente, a dependência extrema da Rússia da exportação do petróleo e do gás natural.

Desde que foi eleito presidente da Federação Russa pela primeira vez, em 2000, Vladimir Putin tomou iniciativas para tentar recuperar a economia e restaurar a força internacional do país. Primeiramente, tratou de retomar o controlo estatal sobre as empresas que tinham sido privatizadas anteriormente. Além disto, o presidente russo passou a privilegiar a exportação de recursos naturais, tornando desta forma a Rússia num dos grandes produtores mundiais de petróleo e de gás da atualidade. Ao mesmo tempo, Vladimir Putin acreditava na necessidade de promover as empresas petrolíferas russas tanto estatais como privadas.

Na evolução da política energética brasileira durante o período estudado, distinguem-se várias presidências. Os governos entre 1990 e 2003 (de Collor, de Franco e de Cardoso) procuraram gradualmente exercer uma política de aproximação com outras potências, com intuito de participar mais ativamente no cenário internacional. Basicamente, estes três governos deram continuidade às políticas dos governos anteriores, sem nunca na realidade as terminar (Bernal-Meza, 2002). O ponto mais evidente deste período foi a abolição do monopólio estatal em 1997, que possibilitou a livre concorrência e participação de novas empresas no mercado nacional de exploração, produção, refinação e distribuição de derivados (Lima e Silva, 2012).

O Governo de Lula da Silva (2003-2011) contemplava em si todos os governos anteriormente referidos, no entanto, a sua política apoiava a necessidade do Estado intervir na economia nacional promovendo a estabilidade económica (Cervo, 2003). No caso da Petrobras, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva intensificou o processo de internacionalização da companhia, estimulando uma presença mais incisiva da mesma em países de África, no Golfo do México e no Médio Oriente (Lima e Silva, 2012). O ponto marcante da sua presidência foi as descobertas de jazidas de petróleo nas camadas do pré-sal no Estado de São Paulo. Estas descobertas permitiram ao governo gerar mais investimentos e abrir em parte o mercado nacional aos investimentos internacionais. Outra posição que o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva adotou foi a de promoção

da Petrobras como uma empresa capaz de competir com empresas privadas e de se expandir internacionalmente. Além disso, a Petrobras foi pressionada pelo governo em perseguir metas de desenvolvimento regional e social (Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider, 2013).

Por fim, o Governo de Dilma Rousseff (2011-2016) tencionava continuar com a estratégia aplicada pelo seu antecessor. O Governo de Dilma Rousseff reforçou a política social na esperança de diminuir as desigualdades sociais, tornando os programas e fundos governamentais mais acessíveis à população. O marco importante da sua presidência foi o escândalo político relacionado com a corrupção que envolveu a Petrobras. Consequentemente, Dilma viu-se obrigada a realizar um *impeachment* em 2016.

Deste modo, podemos concluir que a evolução inicial e o posterior desenvolvimento da indústria petrolífera no contexto político tiveram resultados bastante distintos nos dois estudos de caso. Por um lado, no caso russo, verificou-se uma experiência predominantemente negativa ocorrida durante a recuperação das consequências pós-soviéticas. No entanto, após a subida de Vladimir Putin ao poder, notou-se uma estabilização da política e da economia nacional.

Por outro lado, o caso brasileiro foi marcado por um processo bastante extenso e neutro, se formos a contar desde a formação da Petrobras e a sua participação na esfera política. Apesar de várias mudanças do governo, o Estado brasileiro tentou promover a sua indústria petrolífera, porém, o governo brasileiro continua a ter a tendência de utilizar a Petrobras como seu monopólio estatal, esquecendo-se da existência de outras entidades públicas e privadas que também desejam participar na exploração petrolífera do Brasil, principalmente agora após a descoberta das jazidas na camada do pré-sal.

O Governo de Vladimir Putin descreve-se como essencialmente defensor dos valores tradicionais e da identidade nacional russa e, além disso, Vladimir Putin procura defender o papel preponderante do Estado na economia e especialmente na esfera energética, com vista a alcançar o estatuto de superpotência e ter uma geopolítica firme. Desde 2000, Vladimir Putin permanece na chefia do país, quer enquanto presidente da Federação Russa, quer durante os seus mandatos como primeiro-ministro (Poussenkova, 2007).

Nos primeiros anos de presidência, Vladimir Putin procurou guiar o país no sentido de recuperar o papel de ator global que tinha perdido com a queda da URSS. Durante o seu primeiro

mandato, verificou-se uma eficiência e participação do Estado, que pouco a pouco foi-se transformando em controlo (Poussenkova, 2007). Apesar de a Rússia ter características únicas para se tornar num líder mundial, as dificuldades de implementação de novidades tecnológicas, a insuficiência financeira e a imperfeição nas relações de produção trazem inúmeros obstáculos a isso (Pirog, 2007).

Nos dois casos, a política petrolífera tem-se demonstrado como um indicador principal das tendências nacionais. No entanto, no caso russo, é claro um aumento crescente do interesse nacional exercido através da política estatal petrolífera. Vladimir Putin procurou posicionar a Rosneft como parte do interesse nacional. Além disso, a Rosneft demonstra uma abertura ao mercado internacional, que também é do interesse nacional. Apesar de a Rosneft defender abertamente os interesses nacionais, esta empresa não se encontra politizada pelo governo russo. Inicialmente, Vladimir Putin não tinha controlo sobre as empresas privadas, posteriormente, com aplicação de diversas medidas, Vladimir Putin conseguiu sobrepor o controlo estatal sobre as companhias privadas. No entanto, atualmente, existe um equilíbrio entre os agentes privados e o Estado russo. Em suma, a conceção dos interesses nacionais define o seu papel na arena internacional.

No caso brasileiro, sendo uma potência emergente no mercado internacional, o Brasil mostrou uma tendência a participar no mercado interno, mas, devido à ausência de qualquer tipo de concorrência ameaçadora, não sentiu necessidade de se tornar o centro da esfera energética. Devido a essa liberdade, a Petrobras usa frequentemente a desculpa da abertura ao mundo para deixar a corrupção política fluir mais discretamente. Deste modo, o Brasil aposta nos recursos democráticos e, apesar das políticas presidenciais, na não abertura do mercado. Além disso, atualmente, a empresa estatal brasileira Petrobras S.A. está a ser alvo de investigação devido à polémica ocorrida em 2014, que envolveu diversos esquemas de corrupção e de lavagem de dinheiro. Um caso deste género nunca aconteceria na Rússia, pelo menos não tão publicamente. Em ambos os casos se sublinha a importância de uma avaliação exata dos recursos energéticos do país.

4.3. ÍNDICE PETROLÍFERO DA RÚSSIA E DO BRASIL

Para encerrar este capítulo de forma concisa, coerente e com vista a estabelecer uma visão comparada mais nítida dos mercados petrolíferos russo e brasileiro, procedemos a uma análise de dados recolhidos pelo *BP Statistical Review of World Energy 2018*, mais concretamente dos seguintes indicadores: reservas comprovadas existentes no território brasileiro e russo nos finais de 1997, 2007, 2016 e 2017; produção e consumo diário de petróleo no Brasil e na Rússia entre os anos 2007 a 2017. Além disso, vamos comparar as exportações e importações da Rússia e do Brasil entre 2000 e 2016. Países importantes, no entanto, assimétricos em relação um ao outro.

Para começar, apresentamos a média anual dos preços de petróleo Brent entre 2000 e 2017:

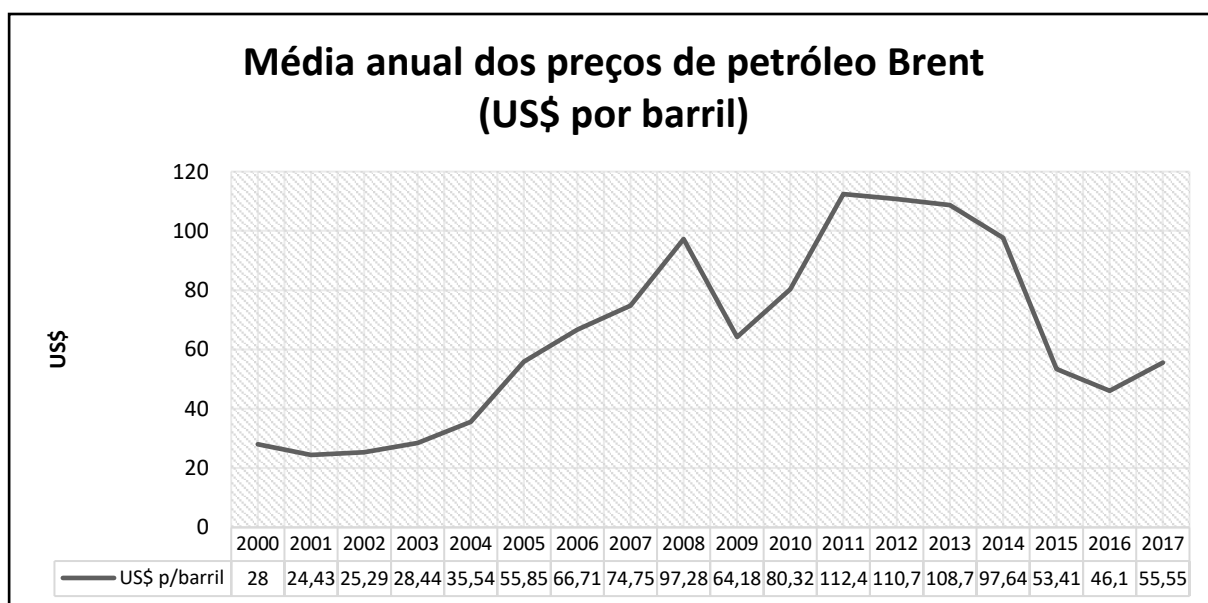


Gráfico 1: Média anual dos preços de petróleo Brent (US\$ por barril) entre 2000 e 2017

Este gráfico é interessante, pois demonstra um ciclo de crescimento e recessão que encontraremos espelhado em todas as tabelas e análises de indicadores mais adiante neste capítulo. Esse ciclo inicia-se em 2000 com aumento do valor do barril de petróleo mais ou menos constante até 2008, depois vemos uma queda abrupta e novamente subida rápida até um ponto de valor máximo, seguido de um novo declínio acentuado desde 2013 a 2016.

4.3.1. RESERVAS, PRODUÇÃO E CONSUMO

A seguir, é apresentado um breve panorama das reservas do petróleo provado no território russo e brasileiro:

Tabela 6: Reservas de petróleo provadas na Rússia e no Brasil entre 1997 e 2017 (em mil milhões de barris)

	Brasil	Rússia
No final de 1997	7.1	113.1
No final de 2007	12.6	106.2
No final de 2016	12.6	106.4
No final de 2017	12.8	106.2

Fonte: Oil - BP Statistical Review of World Energy 2018

Como se pode perceber, através da tabela 6 podemos verificar que há uma diferença enorme nas quantidades totais de petróleo existente no território do Brasil e da Rússia, independentemente do ano. No entanto, é de notar que a Rússia foi diminuindo o seu número: de 113.1 milhares de milhões de barris em 1997 para 106.4 milhares de milhões de barris em 2016; enquanto que no caso brasileiro os valores têm aumentado: de 7.1 milhares de milhões de barris em 1997 para 12.6 milhares de milhões de barris em 2016, com tendência a aumentar em 2017. O aumento duplicado das reservas de petróleo brasileiro deveu-se ao facto de em 2006 terem sido descobertas as jazidas no pré-sal da Bacia dos Santos. No entanto, é de estranhar a estagnação desse valor durante a década seguinte.

Tabela 7: Produção de petróleo na Rússia e no Brasil entre 2007 e 2017
(em milhares de barris por dia)

	Brasil	Rússia
2007	1831	10062
2008	1897	9969
2009	2029	10157
2010	2137	10383
2011	2179	10538
2012	2145	10660
2013	2110	10809
2014	2341	10860
2015	2525	11009
2016	2608	11269
2017	2734	11257
*Includes crude oil, shale oil, oil sands and NGLs (natural gas liquids – the liquid content of natural gas where this is recovered separately. Excludes liquid fuels from other sources such as biomass and derivatives of coal and natural gas.		

Fonte: Oil - BP Statistical Review of World Energy 2018

Quando se analisa o índice de produção de petróleo na Rússia e no Brasil apresentados na tabela 7, o padrão que se verifica é o seguinte: a produção dos barris de petróleo tem aumentado de ano para o ano no caso brasileiro, com exceção dos anos 2012 e 2013 quando o indicador baixou ligeiramente. No entanto, no caso russo, podemos notar que apesar do crescimento anual, em comparação com o caso brasileiro, o aumento destes números tem sido bastante baixo nos últimos anos.

Tabela 8: Consumo de petróleo na Rússia e no Brasil entre 2007 e 2017 (em milhares de barris por dia)

	Brasil	Rússia
2007	2308	2780
2008	2481	2861
2009	2498	2775
2010	2716	2878
2011	2839	3074
2012	2915	3119
2013	3124	3135
2014	3142	3301
2015	3181	3162
2016	3013	3193
2017	3017	3224
*Inland demand plus international aviation and marine bunkers and refinery fuel and loss. Consumption of biogasoline (such as ethanol), biodiesel and derivatives of coal and natural gas are also included.		

Fonte: Oil - BP Statistical Review of World Energy 2018

A tabela 8 apresenta-nos valores de consumo diário de barris de petróleo. Neste caso, podemos verificar que o Brasil alcançou o ponto máximo em 2015, no valor de 3181 milhares de milhões de barris consumidos diariamente. O ano de 2016 apresentou uma baixa de 68 milhares de milhões de barris. No caso russo, o ponto máximo foi verificado em 2014, contando com consumo diário de 3301 milhares de milhões de barris de petróleo. Embora os valores tenham descido no ano seguinte, podemos verificar um crescimento constante de consumo de barris de petróleo, podendo ultrapassar em breve o número máximo marcado em 2014. É de notar que, apesar de a Rússia produzir quase o triplo de barris de petróleo que o Brasil, os valores de consumo diário são bastante similares.

Ao compararmos as duas tabelas de consumo e de produção, podemos concluir que a Rússia produz muito mais do que consome e, desta forma, tem a possibilidade de exportar petróleo cru. No caso brasileiro, verificamos que o Brasil consome mais do que produz, tornando-se em parte dependente das importações de petróleo cru.

4.3.2. EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

Tabela 9: Exportação do petróleo cru na Rússia e no Brasil entre 2000 e 2016

Ano	Rússia		Brasil		Valor total mundial
	Porcentagem em relação ao total mundial	Valor de exportação	Porcentagem em relação ao total mundial	Valor de exportação	
2000	7,1 %	\$26.8B	0,051%	\$193M	\$376B
2001	8,3%	\$26.6B	0,28%	\$887M	\$322B
2002	9,0%	\$31B	0,52%	\$1.81B	\$345B
2003	9,7%	\$38.8B	0,59%	\$2.34B	\$399B
2004	9,2%	\$59B	0,42%	\$2.69B	\$641B
2005	11%	\$87.3B	0,56%	\$4.51B	\$802B
2006	11%	\$105B	0,73%	\$7.15B	\$982B
2007	11%	\$121B	0,83%	\$8.93B	\$1.08T
2008	9,7%	\$165B	0,89%	\$15B	\$1.69T
2009	10%	\$103B	1,0%	\$10.4B	\$1.01T
2010	10%	\$138B	1,3%	\$17.6B	\$1.37T
2011	9,8%	\$185B	1,2%	\$22.9B	\$1.89T
2012	9,7%	\$185B	1.1%	\$20.7B	\$1.91T
2013	9,7%	\$179B	0,72%	\$13.2B	\$1.84T
2014	11%	\$156B	1,2%	\$16.4B	\$1.38T
2015	12%	\$90.1B	1,6%	\$11.8B	\$740B
2016	12%	\$75.5B	1,6%	\$9.55B	\$616B

Legenda: M - Million = 1 000 000; B – Billion = 1 000 000 000; T – Trillion = 1 000 000 000 000

Fonte: tabela elaborada pela autora através dos dados recolhidos em: <https://atlas.media.mit.edu/>

Tabela 10: Importação de petróleo cru na Rússia e no Brasil entre 2000 e 2016

Ano	Rússia		Brasil		Valor total mundial
	Porcentagem em relação ao total mundial	Valor de importação	Porcentagem em relação ao total mundial	Valor de importação	
2000	0,17%	\$628M	1,1%	\$3.97B	\$377B
2001	0,16%	\$508M	0,91%	\$2.94B	\$321B
2002	0,13%	\$439M	0,93%	\$3.2B	\$345B
2003	0,12%	\$499M	0,95%	\$3.78B	\$399B
2004	0,084%	\$540M	0,95%	\$6.12B	\$642B
2005	0,048%	\$383M	0,99%	\$7.95B	\$805B
2006	0,066%	\$652M	0,98%	\$9.64B	\$983B
2007	0,061%	\$659M	0,99%	\$10.7B	\$1080B
2008	0,052%	\$877M	0,99%	\$16.7B	\$1690B
2009	0,034%	\$347M	0,84%	\$8.51B	\$1020B
2010	0,024%	\$333M	0,66%	\$9.03B	\$1370B
2011	0,0025%	\$47M	0,71%	\$13.5B	\$1890B
2012	0,0034%	\$65.2M	0,66%	\$12.6B	\$1910B
2013	0,0024%	\$44.2M	0,80%	\$14.7B	\$1840B
2014	0,016%	\$219M	1,0%	\$14B	\$1380B
2015	0,085%	\$630M	0,89%	\$6.55B	\$740B
2016	0,0088%	\$54.3M	0,42%	\$2.58B	\$616B

Legenda: M - Million = 1 000 000; B - Billion = 1 000 000 000; T - Trillion = 1 000 000 000 000

Fonte: tabela elaborada pela autora através dos dados recolhidos em: <https://atlas.media.mit.edu/>

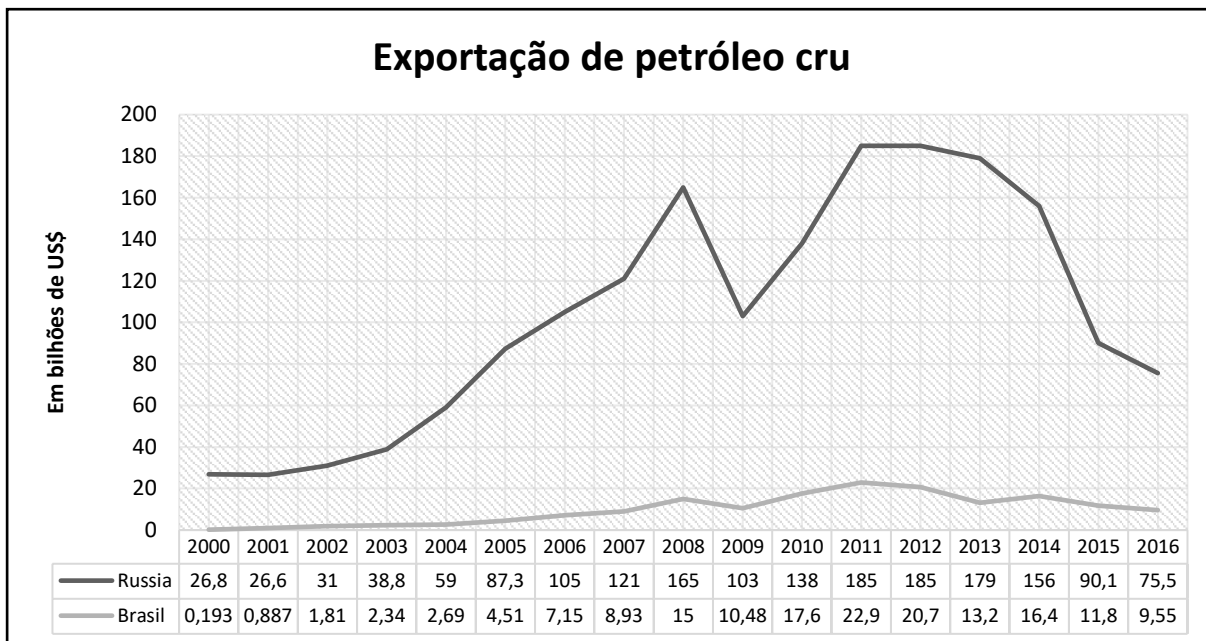


Gráfico 2: Exportação de petróleo cru da Rússia e do Brasil entre 2000 e 2016 (em milhões de US\$)

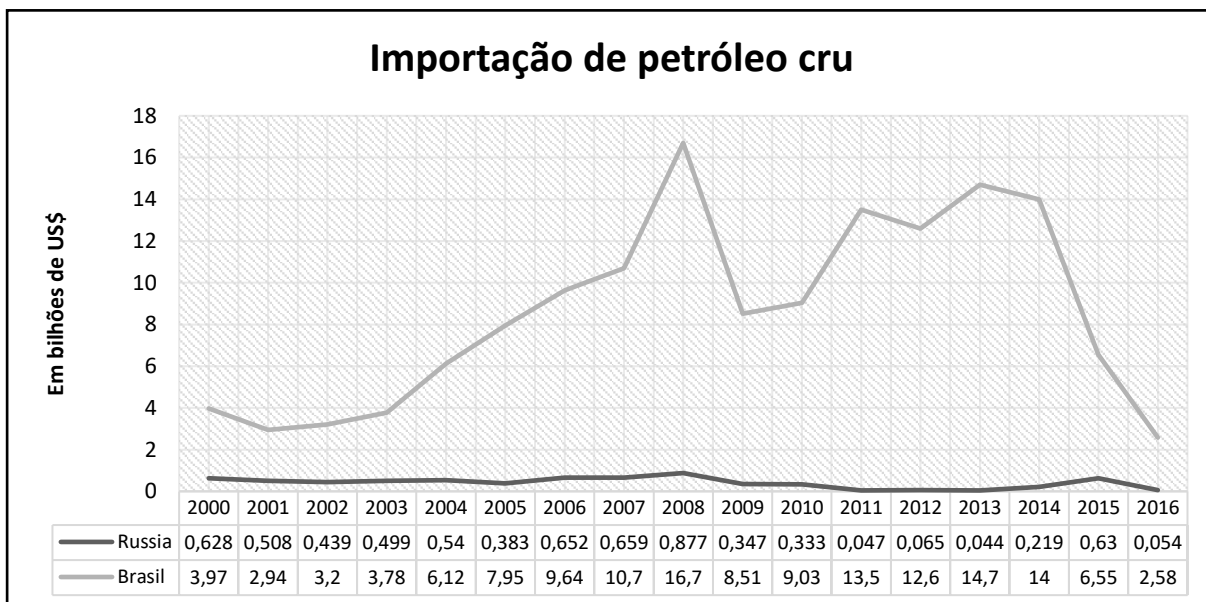


Gráfico 3: Importação de petróleo cru da Rússia e do Brasil entre 2000 e 2016 (em bilhões de US\$)

A análise dos dados sobre as exportações de ambos os países revela algumas assimetrias

no ritmo de desenvolvimento de cada um. Tanto a Rússia como o Brasil cresceram neste indicador, mas enquanto que o aumento russo foi de 290,00% de 26 bilhões de dólares em valor exportado para 75 bilhões entre 2000 e 2016, no Brasil o aumento foi de aproximadamente 49.500,00%, ou seja, de 160 milhões para 9.55 bilhões de dólares, no mesmo período de tempo.

Como já foi mencionado, existiram durante este período várias flutuações no valor do barril de petróleo, e há que ter isso em conta quando se analisam os dados das exportações, pois estes são baseados no valor monetário das exportações, e não na quantidade de matéria-prima.

Encontramos na mesma tabela o valor percentual do impacto que cada um destes países teve no mercado global de exportações, e embora mesmo aí se notem os efeitos da crise de 2008, podemos afirmar que ambos os países têm apresentado um crescimento mais ou menos constante, muito significativo no caso brasileiro.

A tabela e gráfico sobre o valor das importações é mais difícil de interpretar, pois aparentemente não faz sentido um país que exporta uma quantidade tão grande de petróleo como a Rússia se ver obrigado a importar essa mesma matéria-prima.

Neste caso, temos de considerar que a Rússia tem por costume importar produtos dos restantes países da ex-URSS, como meio de fomentar as boas relações e promover o seu desenvolvimento económico, o que poderá justificar parte destas importações. Estes valores também poderão estar ligados a jogadas negociais ou vínculos contratuais, inevitáveis nesta esfera económica.

Independentemente disso, podemos facilmente observar que a Rússia manteve as suas importações mais ou menos constantes (quando comparadas com as variações de ano para ano no caso brasileiro) e com uma franca redução entre 2000 e 2016 (baixando as importações de 628 milhões para 54.3 milhões, o que corresponde a 0.17% do mercado global de importações no ano 2000 e a 0,0088% em 2016).

O caso brasileiro é mais fácil de interpretar. Observamos que a sua quota no mercado global de importações andou sempre muito perto do 1% entre 2000 e 2008, e a partir daí tem importado cada vez menos quantidade de petróleo, embora o aumento do valor do petróleo entre 2011 e 2013 faça aumentar o custo total dessas importações.

Comparando diretamente ambos os países, podemos ver que em 2000 o Brasil importou

uma quantidade cerca de 6,3 vezes maior que o valor registado na Rússia, e em 2016 essa diferença foi muito maior, cerca de 48 vezes maior. Esta grande diferença deve-se a um valor de importação quase nulo por parte da Rússia, e não tanto por um crescimento considerável nas importações brasileiras. De facto, se observarmos o valor total de importações brasileiras em 2000 e 2016, bem como os valores do barril de petróleo nesses mesmos anos, conseguiremos ver que a quantidade física de petróleo importado é praticamente a mesma de um ano para o outro.

Em termos da correlação importações-exportações, destaca-se a principal diferença entre os países: em primeiro lugar, a posição da Rússia no mercado petrolífero mundial é fundamentalmente diferente da posição brasileira; em segundo lugar, existe um crescimento incremental das exportações (que nem sempre se traduz no crescimento em termos das receitas, devido a variação do preço de petróleo) que reflete a importância da dimensão petrolífera para a Rússia e Brasil.

4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório, perante tudo o que foi apresentado neste capítulo, a diferença entre a gestão das políticas estatais petrolíferas na Rússia e no Brasil. As distinções entre as posições dos governos são representadas através das prioridades económicas e políticas e da caracterização das companhias estatais petrolíferas de cada um. Para que isso fosse possível, tanto as questões conceptuais e de teorias como a evolução inicial, o contexto de seguimento e o contexto político e a redefinição do interesse nacional, quanto o contexto histórico do surgimento das companhias estatais petrolífera foram essenciais para que fosse possível definir as prioridades estratégicas da Rússia e do Brasil. A definição das suas estratégias energéticas e da importância das NOCs torna-se chave na análise da relação entre os Estados e as suas companhias petrolíferas.

Quanto ao foco que cada Governo deu neste período de 2000 a 2016 para a adoção das suas políticas energéticas, deve-se destacar que o Brasil, desde Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), passou a dar maior prioridade à questão da integração no cenário internacional e à abertura do mercado, redefinindo a composição do bloco no poder e contribuindo para o desenvolvimento cada vez mais liberal do país. No caso russo, destacamos essencialmente o Governo de Vladimir Putin (2000-2008 e 2012-2016), que pretendeu transformar o sistema económico russo num sistema competitivo, eficaz e socialmente justo, que fornecesse um desenvolvimento político estável e que fosse a garantia principal para uma sociedade democrática e fundamento para um Estado forte. Neste sentido, a Rússia adotou uma postura pragmática no que diz respeito ao seu envolvimento em todos os processos internacionais.

Em relação à análise dos dados estatísticos, verificamos a seguinte tendência. No índice de produção de petróleo na Rússia e no Brasil, o padrão que se verificou foi o aumento gradual em ambos os casos com uma ligeira diferença. Os valores de consumo diário de barris de petróleo também demonstraram um crescimento constante em ambos os casos. É de notar que apesar de a Rússia produzir quase o triplo de barris de petróleo que o Brasil, os valores de consumo diário são bastante similares. Ao compararmos os dois indicadores, de consumo e de produção, podemos concluir que a Rússia produz muito mais do que consome, desta forma tem a possibilidade de exportar mais o petróleo cru. No caso brasileiro, verificamos que o Brasil consome mais do que produz, tornando-se em parte dependente das importações de petróleo cru. Nas reservas de petróleo provado nos territórios brasileiro e russo, verificou-se uma diferença enorme

nas quantidades totais de petróleo existente.

Em termos da correlação importações-exportações, destaca-se a principal diferença entre os países: em primeiro lugar, a posição da Rússia no mercado petrolífero mundial é fundamentalmente diferente da posição brasileira; em segundo lugar, existe um crescimento incremental das exportações (que nem sempre se traduz no crescimento em termos das receitas, devido a variação do preço de petróleo) que reflete a importância da dimensão petrolífera para a Rússia e Brasil. A análise dos dados sobre as exportações de ambos os países revelam algumas assimetrias no ritmo de desenvolvimento de cada um. Tanto a Rússia como o Brasil cresceram neste indicador, mas enquanto que o aumento russo foi de 290,00%, no Brasil o aumento foi de aproximadamente 49.500,00%, no mesmo período de tempo. Isto deveu-se ao facto de durante este período terem existido várias flutuações nos preços do barril de petróleo, e há que ter isso em conta quando se analisam os dados das exportações, pois estes são baseados no valor monetário das exportações, e não na quantidade de matéria-prima. A diferença de importação entre os dois países deve-se a um valor de importação quase nulo por parte da Rússia, e não tanto por um crescimento considerável nas importações brasileiras.

Neste sentido, este capítulo permitiu-nos realizar uma comparação mais estreita entre os dois estudos de caso através não só da síntese dos principais acontecimentos, mas também da análise de dados estatísticos relativos ao consumo, produção e reservas de petróleo bem como a exportação e importação de petróleo nestes países, fornecendo deste modo dados necessários para definição das prioridades estratégicas da Rússia e do Brasil.

Nota-se, portanto, que esta análise comparativa entre as políticas estatais petrolíferas da Rússia e do Brasil no período de 2000 e 2016 alcançou os seus objetivos e respondeu à sua pergunta de partida ao elucidar de que forma as políticas estatais petrolíferas se expressam na prioridade estratégica atribuída ao petróleo e com que consequências para as empresas-chave, através do protagonismo dado às empresas estatais pelos Estados em pontos convergentes nas políticas estatais petrolíferas visivelmente distintas. No entanto, mesmo nas questões divergentes, vemos posições que são intrínsecas à formação específica de cada prioridade estratégica concreta.

CONCLUSÃO

A presente investigação teve como objetivo analisar as políticas estatais petrolíferas da Rússia e do Brasil. Considerando o tema desta investigação “A Política estatal petrolífera da Rússia e do Brasil no século XXI: os casos da Rosneft e Petrobras”, relembra-se a pergunta de investigação formulada no início do nosso trabalho:

De que forma as políticas estatais petrolíferas, que se desenvolvem no contexto de próxima interação entre os Estados e as empresas privadas, se posicionam quanto à prioridade estratégica atribuída ao petróleo no caso da Rússia e do Brasil, e com que consequências para as empresas-chave, nomeadamente Rosneft e Petrobras?

Recordando a hipótese sobre as prioridades estratégicas de cada estudo de caso, pretendeu-se demonstrar a importância da relação entre o Estado e os agentes privados através da análise da configuração das políticas petrolíferas na Rússia e no Brasil em perspetiva histórica e comparada, tendo como foco as empresas Rosneft e Petrobras, que desempenham um papel político e económico importante em cada um dos respetivos países.

Tabela 11: Prioridades estratégicas atribuídas à esfera petrolífera da Rússia e do Brasil

	Desenvolvimento económico (alto)	Desenvolvimento económico (baixo)
Soberania nacional (alta)	—	Rússia
Soberania nacional (baixa)	Brasil	—

Fonte: tabela elaborada pela autora

No caso da prioridade estratégica definida pela ênfase no desenvolvimento económico, a política energética é representada como impulsionador da evolução e do crescimento económico do país através da inserção de cooperação estreita entre os atores envolventes. A política energética é vista como uma possibilidade para o país de se tornar um ator internacional (mais) importante, mediante a sua participação na economia internacional. Por outro lado, quando a prioridade estratégica é caracterizada pelo modelo de políticas energéticas centradas na soberania nacional, a prioridade estratégica assume como sua principal responsabilidade a estabilidade e o controlo

sobre a política interna. Neste sentido, o governo atua como ator principal que gera a diplomacia energética através dos recursos energéticos nacionais como instrumento da política externa.

Na hipótese elaborada, a Rússia assume a sua prioridade estratégica como essencialmente relacionada com a ênfase na soberania nacional, aliada ao baixo nível de interesse do desenvolvimento económico. Por sua vez, o Brasil define a sua prioridade estratégica como desenvolvimento económico e de baixa importância para a soberania nacional.

De modo mais geral, a análise das políticas estatais petrolíferas da Rússia e do Brasil demonstram a importância que o petróleo representa tanto para a economia como para a política dos países.

O primeiro capítulo relativo à perspectiva histórica do setor energético aborda o surgimento das preocupações energéticas provocadas essencialmente pelas crises petrolíferas dos anos 70 e pela necessidade de atuar de acordo com o objetivo de promover a segurança energética. Como tal, a problemática da segurança energética favoreceu a criação das NOCs enquanto novo instrumento da política energética.

Desde o fim do século XIX que o petróleo é considerado um recurso indispensável para o desenvolvimento económico dos países e a posse de jazidas ou o acesso às mesmas tornou-se até numa das principais fontes de demonstração de poder no panorama geopolítico mundial. A sua importância para as nações é imensa, pois é a partir do petróleo e seus derivados que as várias indústrias (inclusivamente as do setor energético, que, embora não usem diretamente este combustível fóssil, necessitam dele indiretamente para o transporte de outras matérias-primas fundamentais ao setor) são capazes de transportar, transformar e produzir. Contudo, além da evolução tecnológica e do florescimento das economias nacionais e mercados globais, o petróleo também trouxe disputas, conflitos e até guerras, das quais não faltam exemplos recentes.

Diversos acontecimentos ocorridos nos últimos dois séculos traçaram o conceito de petróleo como recurso, a sua extração como atividade e a sua armazenagem como meio de controlar os fluxos de oferta/procura. Uma das alterações estratégicas mais relevantes ocorreu durante a crise petrolífera dos anos 70, da qual surgiram os conceitos modernos de segurança energética que hoje em dia se conhecem. Foi em 1973, durante a crise petrolífera, que a AIE surgiu com as primeiras medidas estruturadas de segurança energética, na esperança de garantir condições minimamente estáveis no caso de quebras na produção da indústria petrolífera ou na

sua procura, bem como nos consequentes desequilíbrios dos preços de mercado.

As medidas de segurança energética preveem a criação de margens e de *stocks* para ajudar os países consumidores a combater as eventuais quebras no mercado petrolífero, tal como preveem a criação e manutenção de certas condições e indicações de produção/valor para criar estabilidade nos países produtores/expedidores de petróleo. É importante criar estabilidade de forma transversal dentro deste sistema, já que tanto as causas naturais como as humanas podem destabilizá-lo e causar repercussões de enorme magnitude a nível global. Para os países expedidores, o petróleo é o recurso que lhes permite ter independência económica e política perante outros Estados, logo não é de estranhar que o controlo do petróleo, enquanto produto, esteja relacionado com a estratégia nacional, desenvolvimento económico e político.

No entanto, mesmo dentro de um determinado país produtor de petróleo, existe uma constante disputa e dualidade entre o controlo público ou o controlo privado da sua exploração, já que a autoridade e o poder cada vez mais tendem a ser atribuídos a quem controla a riqueza e os recursos. Logo, quem controla o petróleo controla o país. Como se verificou, os governos têm necessidade desse controlo, mas nem sempre a capacidade de gerir corretamente o setor petrolífero, e medidas criativas de divisão e gestão têm de ser implementadas.

Nos capítulos segundo e terceiro, apresentamos um conjunto de considerações importantes sobre cada estudo de caso. Neste sentido, no segundo capítulo estudamos a evolução do setor petrolífero na Rússia e a influência do Estado nesta esfera energética; e analisamos a Rosneft enquanto principal companhia estatal petrolífera. Por fim, exploramos a política estatal petrolífera da Rússia no século XXI, dando atenção especial à Estratégia Energética 2035. O capítulo sobre o Brasil foi elaborado de uma forma semelhante ao da Rússia. Nesta sequência, procuramos explorar a evolução do setor petrolífero no Brasil e a participação do governo nesta esfera; estudamos a importância da companhia estatal petrolífera Petrobras para o Estado; e analisamos a política estatal petrolífera brasileira focando-se essencialmente no Plano Nacional de Energia 2030.

Como verificamos no segundo capítulo, no caso russo, apesar de o Estado tentar controlar a sua empresa estatal, a Rosneft, reorganizada em 1995, o controlo foi realizado de uma forma muito discreta. O mercado, liberalizado desde 1991, após a queda da URSS, fez com que existisse concorrência, quer interna quer externa, que determinou o rumo e o ritmo do desenvolvimento da

Rosneft, permitindo também uma aposta na inovação. A exportação energética foi sempre o motor principal do crescimento económico russo, que, devido ao crescimento significativo de produção de petróleo e gás natural e do aumento dos preços mundiais de ambos, beneficiou os cofres do Estado através da respetiva colheita de impostos às duas grandes empresas Gazprom e Rosneft. A promoção de um mercado mais livre levou a um crescimento rápido, eficiente e com pouco espaço para corrupção.

Há que salientar, no entanto, que, gradualmente, o governo russo tem demonstrado interesse em aumentar o seu controlo direto na indústria de petróleo nacional e tentar desse modo alavancar também a sua influência na área nas relações com outros países, uma vez que a regulação da exportação do petróleo para os países vizinhos constitui um argumento político importante no diálogo com estes parceiros. Com a presidência de Vladimir Putin, a Rússia finalmente entrou num período de estabilidade económica que lhe permitiu desenvolver e promover o seu setor energético, onde, apesar de não existir intervenção direta do Estado, o governo atua como um árbitro supremo no triângulo formado pelo governo e as duas empresas gigantes líderes no mercado russo, Gazprom e Rosneft.

No caso russo, tem-se promovido, cada vez mais, a nacionalização do setor energético, como forma de governação; e o governo tenta evitar investimentos estrangeiros apesar da tentativa de liberalização do mercado nacional. Para a Rússia, é importante reafirmar o controlo do Estado sobre os recursos estratégicos e garantir a primazia de lucro sobre os oleodutos principais e sobre os canais de exportação dos seus produtos nos mercados internacionais. Durante a primeira década do século XXI, a Rússia demonstrou um grande crescimento e controlo das suas indústrias energéticas, tornando os campos petrolíferos russos centrais no mercado internacional. No entanto, o seu desenvolvimento declinou por causa de riscos políticos, investimentos insuficientes, dúvidas sobre a política governamental, obstáculos reguladores, e diversos desafios geológicos em algumas regiões do país. Neste sentido, a política energética russa está focada no uso eficaz e racional dos seus recursos energéticos naturais e do potencial do seu setor energético com vista a assegurar o desenvolvimento estável da economia e uma boa qualidade de vida da sua população. Como resultado, a Estratégia da Defesa Nacional da Federação Russa visa assegurar a segurança nacional na esfera económica com uma perspetiva a longo prazo e aumentar o seu nível de segurança energética (Titov e Skatov, 2017).

Além disso, foram emergindo fontes alternativas de recursos energéticos no mercado internacional, como foi o caso de Brasil (Yergin, 2006). No caso brasileiro, a tendência do Estado consiste em apostar na modernização das indústrias nacionais e facilitar a entrada do investimento estrangeiro, considerado crítico para o desenvolvimento de novas tecnologias, deste modo evitando a monopolização do setor energético. Para o Brasil, a sua segurança energética apresenta uma questão fundamental na construção de condições necessárias para que o governo brasileiro possa exercer a defesa, controlo e vigilância das suas águas e do seu território com o intuito de proteger as suas reservas de petróleo e gás. A descoberta de grandes reservas de petróleo e gás nas camadas de pré-sal realçou ainda mais a necessidade de destacar o conceito de segurança energética devido às inseguridades na sua extração. Além disso, o Brasil pretende, através da sua segurança energética, participar ainda mais no palco internacional, como, por exemplo, através das BRICS, apostando nas suas riquezas naturais e energéticas (Paiva, 2012).

Considerando o caso brasileiro, que iniciou o processo de desenvolvimento da indústria petrolífera em 1953 com a criação da empresa estatal Petrobras, destacou-se a política de controlo total da Petrobras por parte do Estado, que atuou sem qualquer concorrência até 1997, altura em que o Brasil abriu o mercado nacional ao investimento externo.

Apesar da grande capacidade técnica e tecnológica, a posição monopolista e a falta de concorrência sentida pela Petrobras levaram a um desenvolvimento lento, quase estagnado durante uma grande parte do século XX. Quando finalmente o panorama mudou, em 1997, com a abertura dos mercados, a natureza pública da empresa e o seu envolvimento demasiado próximo com o sistema político brasileiro, bastante corrupto e com vários governos problemáticos nos últimos 20 anos, não permitiu uma trajetória da evolução que se viu no caso russo.

Em 2006, uma oportunidade importante surgiu com a descoberta dos novos depósitos de petróleo na camada de pré-sal na Bacia dos Santos, mas mais uma vez o controlo e preferência do Estado sobre a Petrobras levou a que só esta empresa tivesse inicialmente acesso à exploração deste recurso naquele local, algo que atrasou e desacreditou investidores externos, que poderiam ter contribuído para a manutenção de um mercado competitivo e saudável.

A análise demonstrou, portanto, que os dois países escolhidos adotaram políticas estatais ligeiramente diferentes, o que se traduz na forma como a esfera energética é descrita em legislações, como, por exemplo, na Estratégia Energética 2035, no caso russo, e Plano Nacional

de Energia 2030, no caso brasileiro; na relação que o Estado tem para com as empresas estatais petrolíferas; e, finalmente, no objetivo final das políticas estatais petrolíferas. No caso russo, verificou-se um aumento da importância da soberania nacional e da tendência de a Rússia se identificar como *great energy power*. Por outro lado, no caso brasileiro, verificou-se uma abertura do mercado e liberdade econômica acompanhada pelo aumento de investidores estrangeiros e modernização da esfera energética.

Nesta perspectiva, o Governo russo demonstrou a tendência em controlar politicamente as suas NOCs, ou seja, para a Rússia, a imagem da soberania nacional sobrepõe-se ao seu desenvolvimento econômico. Por outro lado, o Governo brasileiro atribuiu uma evidente autonomia às NOCs no que diz respeito ao seu desenvolvimento econômico. Em relação à soberania nacional, o Brasil demonstrou ter esse indicador de valor baixo devido à desorganização presente nas estruturas políticas do Estado e à primazia atribuída ao fator econômico do país.

Tabela 12: Síntese da prioridade estratégica atribuída ao setor petrolífero

Rússia	Brasil
<ul style="list-style-type: none"> • Soberania nacional. • Estabilidade e controle sobre a política interna. • Participação do Governo na esfera energética. • Recursos energéticos como instrumento da política externa. <p>Recursos energéticos como algo intrinsecamente ligado à segurança e soberania nacional, controle estratégico, relações de “dependência petrolífera” (Borda, 2016).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento econômico. • Política energética como impulsionador da evolução e do crescimento econômico. • Aplicação da lógica do mercado às políticas energéticas. • Postura cooperativa em relação a outros atores. • Eficácia energética e atração de investidores. • Modernização do setor energético. <p>A política energética é vista como uma possibilidade para o país de se tornar um ator internacional (mais) importante, mediante a sua abertura de mercado e participação na economia internacional.</p>

Fonte: tabela elaborada pela autora

Tabela 13: Síntese das políticas estatais petrolíferas definidas por documentos oficiais

Rússia	Brasil
<p style="text-align: center;">Estratégia Energética 2035</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uso eficaz e racional dos recursos energéticos naturais. • Assegurar desenvolvimento estável da economia nacional e do setor energético. • Participação estatal na realização de pontos estratégicos relativos ao desenvolvimento energético. • Interesse em criação de companhias energéticas fortes e firmes que representem apropriadamente a Rússia no mercado externo. • Bom funcionamento de mercados internos competitivos. • Validade e previsão da regulação estatal dirigida a estimular iniciativa da propriedade privada na área de realização dos objetivos da política estatal. • Além disso, os principais orientadores estratégicos da política estatal energética a longo prazo são: segurança energética, eficácia da economia energética, eficácia do orçamento energético, segurança ecológica energética. 	<p style="text-align: center;">Plano Nacional de Energia 2030</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa de planeamento integrado dos recursos energéticos brasileiros com vista a estabelecer uma estratégia para aumentar a oferta de energia económica e sustentável. • Procurar responder ao aumento da necessidade energética a longo prazo, devido ao crescimento populacional brasileiro. • Promoção de fontes de energia alternativas, mais baratas, menos poluentes e renováveis. • Avaliação das tendências na produção e no consumo de energias e definição de estratégias alternativas para a expansão das ofertas energéticas a longo prazo. • Aplicação de novos métodos de extração de petróleo. • Reforço da segurança energética. • Delimitação da importância dos custos de oferta e as restrições socioambientais durante as extrações do petróleo. • Recuperação do processo de planeamento energético nacional, bem como na consolidação do estatuto dos seus recursos energéticos.

Fonte: tabela elaborada pela autora

Perante tudo que foi apresentado nesta investigação e tendo em conta os objetivos e a pergunta de investigação desta dissertação, as distinções entre as posições dos Governo russo e brasileiro são representadas através das prioridades económicas e políticas e da caracterização das companhias estatais petrolíferas de cada um. Para que isso fosse possível, tanto as questões

conceptuais e de teorias como a evolução inicial, o contexto de surgimento e o contexto político e a redefinição do interesse nacional, quanto o contexto histórico do surgimento das companhias estatais petrolíferas foram essenciais para que fosse possível definir as prioridades estratégicas da Rússia e do Brasil. A definição das suas estratégias energéticas e da importância de NOCs torna-se chave na análise da relação entre os Estados e as suas companhias petrolíferas.

Posto isto, na análise de como Brasil e Rússia evoluíram ao longo do tempo, as informações permitem-nos desenvolver uma classificação que engloba os conceitos que estão na base da nossa hipótese inicial.

Tabela 14: Prioridades estratégicas da Rússia e do Brasil

	Desenvolvimento económico (alto)	Desenvolvimento económico (baixo)
Soberania nacional (alta)	Governança controlo –parcerias	Governança – controlo
Soberania nacional (baixa)	Governança com a autonomia da NOC	Governança <i>laissez-faire</i>

Fonte: tabela elaborada pela autora

O tipo da relação entre o Estado e as NOC designado “Governança-controlo” corresponde ao caso russo, com a ênfase na segurança energética e na soberania. O caso brasileiro corresponde a “Governança com a autonomia das NOC” com destaque no desenvolvimento económico. Podem ser ainda distinguidas mais dois tipos ideais da relação entre os Estados e as NOC, que podemos designar como “Governança controlo-parcerias”, em que se alcança um equilíbrio estável entre desenvolvimento económico e a soberania nacional, e a “Governança *laissez-faire*”, em que ambas as variáveis se encontram nos níveis baixos.

Esta tabela permite identificar melhor a alteração nos modelos da governança das NOCs ao longo do tempo: no caso russo, os anos 90 correspondem ao tipo de “governança *laissez-faire*”, ou seja, tanto desenvolvimento económico como a importância da soberania nacional encontravam-se num nível baixo devido às transformações políticas e económicas internas após a queda da URSS; atualmente, a prioridade estratégica da Rússia pode ser definida como “governança-controlo” devido à preocupação do Estado em restaurar a sua economia e a,

principalmente, demonstrar a sua soberania. Esta linha de conduta demonstra que a Rússia está a caminhar em direção à “governança controlo-parcerias” com vista a encontrar um equilíbrio entre a soberania e o desenvolvimento económico, tornando ambos indicadores prioritários. Já o caso brasileiro evidenciou uma certa monotonia e autonomia em relação à sua política de prioridades estratégicas, aplicando a “governança com a autonomia das NOC”.

A nossa investigação focou-se primeiramente na comparação destes dois fenómenos nos casos russo e brasileiro. No entanto, esta tabela também poderá ser utilizada em futuras investigações, complementando com outros estudos de caso, nomeadamente China e Índia, ou mesmo até comparar a Rússia e o Brasil individualmente na perspetiva diacrónica.

Finalmente, em relação às avenidas para futura investigação, podemos destacar as seguintes dimensões:

Em primeiro lugar, poderia ser importante alargar a comparação a outros estudos de caso. Como por exemplo incluir na comparação China e Índia. Ambos países parecem interessantes de estudar nesta temática devido a sua participação no mercado internacional e ao seu crescimento na esfera energética.

Em segundo lugar, incluir na investigação outros períodos temporais, no caso brasileiro os mais recentes Governos de Michel Temer (2017-2018) e Jair Bolsonaro (a partir de 2019) parecem muito interessantes devido a novas perspetivas energéticas que demonstram nas suas políticas e na forma de lidar com novos desafios energéticos bem como na forma de promover as suas relações internacionais. No caso particular a campanha presidencial de Jair Bolsonaro demonstrou grandes ambições relativas à esfera energética e interesse em promover reformas e implementar mudanças no setor energético.

E, por fim, a análise pode ser feita no sentido de incluir outras companhias petrolíferas, como, por exemplo, a Lukoil no caso russo, ou mesmo até incluir outras esferas energéticas, como, por exemplo, o gás natural e o etanol, visto que muitas das empresas energéticas não se limitam apenas a explorar só uma matéria prima mas procuram desenvolver várias vertentes energéticas.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

BP Statistical Review of World Energy 2018 Disponível em:
<https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy/oil.html>

International Energy Agency, 2012. World Energy Outlook. Disponível em:
<https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/English.pdf>

International Energy Agency, 2013. World Energy Outlook. Disponível em:
https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/WEO2013_Executive_Summary_Portuguese.pdf

International Energy Agency, 2014. World Energy Outlook. Disponível em:
<https://www.iea.org/newsroom/news/2014/november/world-energy-outlook-2014.html>

International Energy Agency, 2015. World Energy Outlook. Disponível em:
<https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/WEO2015.pdf>

International Energy Agency, 2016. World Energy Outlook. Disponível em:
<https://www.iea.org/newsroom/news/2016/november/world-energy-outlook-2016.html>

International Energy Agency, 2018. Offshore Energy Outlook. Disponível em:
<https://www.iea.org/weo/offshore/>

Brasil:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Decreto-Lei nº395, de 29 de abril de 1938. Declara de utilidade pública e regula a importação,

transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado ou produzido no país, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-395-29-abril-1938-349746-publicacaooriginal-73902-pe.html>

Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953. Sobre Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências (Lei de Petróleo). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2004.htm

Lei nº9.478, de 6 de agosto de 1997. Sobre a Nova Lei do Petróleo. Altera e revoga Lei nº2.004, de 3 de outubro de 1953 (Lei do Petróleo). Disponível em: http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139101/1_-_art._1x_Lei_9478.pdf/206de1b2-a92d-470d-bba8-2dd529eff98c

Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12351.htm

Lei nº12.304 de 2 de Agosto de 2010. Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12304.htm

Lei nº12.846 de 1 de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm

Plano Nacional de Energia até 2030. Disponível em: <http://epe.gov.br/pt/publicacoes-dados->

[abertos/publicacoes/Plano-Nacional-de-Energia-PNE-2030](#)

Plano Nacional de Energia até 2050. Disponível em: <http://epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Plano-Nacional-de-Energia-2050>

Rússia:

Constituição da Federação Russa de 1993. Disponível em: <http://constitution.ru/10003000/10003000-3.htm>

Decreto Presidencial 1403 de 17 de Novembro de 1992. Sobre características especiais de privatização e transformação em sociedades anônimas de entidades estatais petrolíferas de produção e de pesquisa científica, de refinaria e de provisão ("Об особенностях приватизации и преобразования в акционерные общества государственных предприятий, производственных и научно - производственных объединений нефтяной, нефтеперерабатывающей промышленности и нефтепродуктообеспечения"). Disponível em: <http://www.consultant.ru/cons/cgi/online.cgi?req=doc&base=LAW&n=18474&fld=134&dst=1000000001,0&rnd=0.9772399791730766#08082418019223327>

Decreto Presidencial nº327, de 1 de abril de 1995. Sobre medidas principais de melhoria de atividades de companhias petrolíferas (О первоочередных мерах по совершенствованию деятельности нефтяных компаний). Disponível em: <http://kremlin.ru/acts/bank/7695>

Decreto Presidencial nº 1009 de 4 de agosto de 2004. Sobre a aprovação da lista de empresas estratégicas e sociedades anônimas estratégicas (Об утверждении перечня стратегических предприятий и стратегических акционерных обществ). Disponível em: <http://kremlin.ru/acts/bank/21246>

Decreto Presidencial nº1502 de 7 de dezembro de 2004. Modificação da lista das empresas estratégicas e companhias anônimas estratégicas aprovadas pelo Decreto Presidencial da Federação Russa no dia 4 de agosto de 2004, N 1009 (О внесении изменений

в перечень стратегических предприятий и стратегических акционерных обществ, утвержденный Указом Президента Российской Федерации от 4 августа 2004 г. N 1009) Disponível em: <http://www.kremlin.ru/acts/bank/21701>

Decreto Presidencial N683, de 31 de dezembro de 2015. Sobre a Estratégia da Segurança Nacional da Federação Russa (Энергетическая стратегия России на период до 2035 года). Disponível em: <https://minenergo.gov.ru/system/download-pdf/1920/69055>

Estratégia energética da Rússia até 2035. Disponível em: <https://minenergo.gov.ru/node/1026>

Resolução governamental n°971 de 29 de Setembro de 1995. Criação da S.A. Companhia Petrolífera Rosneft. Disponível em: https://www.rosneft.ru/POSTANOVLENIE_ot_29_sentjabria_1995_g._N/

Fontes secundárias

Ahlbrandt, T. S. (2002). Future Petroleum Energy Resources of the World. *International Geology Review*, 44:12, 1092-1104.

Alkimim, V. A. (n/d). O Histórico da Extração e Exploração do Petróleo no Brasil e o Novo Marco Regulatório do Pré-Sal. *VIII Fórum Brasileiro sobre as Agências Reguladoras*.

Almeida, M. (2009). Desafios da real política industrial brasileira do século XXI. *Instituto de Pesquisa Económica Aplicada*.

Almeida, M., Lima-de-Oliveira, R., Schneider, B. R. (2014). Política Industrial e Empresas Estatais no Brasil: BNDES e PETROBRAS. *Instituto de Pesquisa Económica Aplicada*.

Almeida, P. R. (2008). Monteiro Lobato e a emergência do petróleo no Brasil. Em O. L. Barros Filho, *Potência Brasil: Gás natural, energia limpa para um futuro sustentável*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação.

Alvarenga, D. (2016). Mudança no pré-sal abre espaço para avanço estrangeiro na exploração. *Globo*. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/mudanca-no-pre->

[sal-abre-espaco-para-avanco-estrangeiro-na-exploracao.html](#).

- Antolín, M. J. P., Cendrero, J. M. R. (2013). How important are national companies for oil and gas sector performance? Lessons from the Bolivia and Brazil case studies. *Energy Policy*, no 61, pp. 707-716.
- Aslund, A. (1999). Why Russia's Economic Transformation Been So Ardous? *Carnegie Endowment for International Peace*.
- Baev, P. K. (2013). How Russia's Energy "Weapon" Turned into an Oil Pillow and Gas Rattle. *PONARS: Eurasia Policy Memo No. 294*.
- Baev, P. K. (2014). Rosneft, Gazprom and the Government: the Decision-Making Triangle on Russia's Energy Policy. *Paris: Russia/NIS Center*.
- Bahgat, G. (2006). Europe's energy security: challenges and opportunities. *International Affairs*, volume 82, issue 5, pp. 961-975.
- Bahgat, G. (2007). Russia's oil and gas policy. *OPEC Review*, vol. 31, No. 2, pp. 91-104.
- Barros, M. (2015). Análise da 'operação lava jatos' a luz dos cocneitos da governança corporativa. *XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão*.
- Barvi, F. C., Silva, A. L. P. . (2008). O Petróleo do Pré-Sal: os desafios e as possibilidades de uma nova política industrial no Brasil. *Pesquisa&Debate*, vol. 19, no 2(34), pp. 255-271.
- Beach, D., Pedersen, R.B. (2013). Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines.
- Bernal-Meza, R. (2002). A política exterior do Brasil: 1990-2002. *Revista brasileira de política internacional*.
- Bessonova, A. (2009). Produção de petróleo na Rússia: política estatal e perspectivas inovadoras [Нефтедобыча в России: государственная политика и инновационные перспективы]. *Carnegie Moscow Center: Working Papers No.1*.
- Bhar, R., Nikolova, B. . (2010). Global Oil Prices, Oil Industry and Equity Returns: Russian Experience. *Scottish Journal of Political Economy*, vol. 57, No 2.
- Biryukova, V. V. (2015). Stability of developing oil companies of Russia [Устойчивость развития нефтяных компаний России]. *The Russian Automobile and Highway*

Industry Journal, 92-98.

- Bodrova, E. V., Kalinov, V. V., Filatova, M. N., Gusarova, M. N., Sergeev, S. V. (2014). *Política estatal na esfera petrolífera no contexto da modernização russa. [Государственная политика в нефтегазовой сфере в контексте российской модернизации]*. Moscovo: Monografia.
- Bolgar, A. B., Ilyushenko, A. A. (2011). Companhias de intervenção estatal como instrumento informal da política interna e externa da Rússia, exemplos de Gazprom e Rosneft. [Компании с преобладающим государственным участием как неформальный инструмент внутренней и внешней пол Газпром и Роснефть].
- Bradshaw, M. (2009). The Kremlin, National Champions and the International Oil Companies: The Political Economy of the Russian Oil and Gas Industry. *Geopolitics of Industry*.
- Brown, S. P. A., Huntington, H. G. (s.d.). OPEC and world oil security. *Energy Policy*, 108, pp. 512-523.
- Cervo, A. L. (2003). Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 46, no 2.
- Chernizyna, S. Y. (2015). *O papel da diplomacia energética na formação da política externa da Rússia numa etapa contemporânea. [Роль энергетической дипломатии в формировании внешней политики России на современном этапе]*. Moscovo: Dissertação em Ciência Históricas.
- Chow, E., Elkind, J. (2005). Hurricane Katrina and US Energy Security. *Survival*, 47:4, pp. 145-160.
- Cioccari, D. (2015). Operação Lava Jato: escândalo, agendamento e enquadramento. *Revista Alterjor*, vol. 12, no 2.
- Denchev, K. (2010). Segurança energética mundial: história e perspectivas [Мировая энергетическая безопасность: история и перспективы].
- Dias, J. L. M., Quaglino, M. A. (1993). *A questão do Petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas.

- Donnelly, J. (2005). *Theories of International Relations. 3rd edition: Realism (chapter 2)*. Palgrave Macmillan.
- Engel, P. (2017). How Vladimir Putin became one of the most feared leaders in the world. *Business Insider*.
- Escouer, E. F. (2010). Caminho difícil da URSS à Rússia [Трудный путь от СССР к России]. *Rebellion*.
- Fadeeva, A. (2017). «Rosneft» aumenta as suas distribuições de petróleo para a China [«Роснефть» увеличивает поставки нефти в Китай]. *Vedomosti*. Disponível em: <https://www.vedomosti.ru/business/articles/2017/01/10/672282-rosneft-postavki-kitai>.
- Fedorovich, T. V., Kungurov, Y. A., Fedorovich, V. O. (2008). Capitalização das maiores corporações: classificação económica das mudanças na estrutura da economia nacional russa. [Капитализация крупнейших корпораций: экономическая оценка структурных преобразований в национальной экономике России]. *Finanças e crédito. [Финансы и кредит]*, 18 (306).
- Fernandez, R. O., Santos, A. J. (2017). Bacia de Santos: Sumário Geológico e Setores em Oferta. *ANP: Superintendência de Definição de Blocos*.
- Ferreira, P. G. (2009). A Petrobrás e as reformas do setor de petróleo e gás no Brasil e na Argentina. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 17, no 33, 85-96.
- Fkaertoft, D., Lunden, L. P. (2015). Russian petroleum tax policy - continuous maneuvering in rocky waters. *Energy Policy* 87, 553-561.
- Forbes. (2009). Igor Sechin: The Kremlin's Oil Man. Disponível em: <https://www.forbes.com/2009/11/09/igor-sechin-rosneft-leadership-power-09-oil.html>.
- Frondel, M., Schimdt, C. M. (2008). Measuring Energy Security. *Ruhr Economic Papers* 52.
- Furman, A. B. (2004). Política estatal na indústria petrolífera da Rússia (finais do século XIX e início do século XX). [Государственная политика в нефтяной отрасли России (конец XIX - начало XX вв.)] ГОСУДАРСТВЕННАЯ ПОЛИТИКА В НЕФТЯНОЙ ОТРАСЛИ РОССИИ (конец XIX - начало XX вв. *Negócio de petróleo e de gás*

[Нефтегазовое дело].

- Goldemberg, J., Moreira, J. R. (2005). Política energética no Brasil. *Estudos Avançados* 19(55).
- Hanson, P. (2009). The Resistible Rise of State Control in the Russian Oil Industry. *Eurasian Geography and Economics*, 50:1, 14-27.
- Harding, L. (2012). Igor Sechin: Rosneft's Kremlin hard man comes out of the shadows. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2012/oct/18/igor-sechin-rosneft-kremlin-hard-man-shadows>.
- Henderson, J. (2012). Rosneft - On the road to global NOC status? *Oxford Institute for Energy Studies*.
- Hernandez-Perez. (2011). Economics of oil regulation and the Brazilian reform: Some issues. *Energy policy* 39, pp. 57-65.
- Kose, D. (2016). Russia's New Irredentist Foreign Policy Approach and Energy Card. *KAREN: The Journal of Institute of Black Sea Studies*.
- Kramer, E. A. (2007). Rosneft Buys Yukos Assets, Including Its Oil Refineries. *New York Times*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2007/05/04/business/worldbusiness/04yukos.html>.
- Kretzeschmar, G. L., Simpson, W., Haque, M. (2013). Russia's resource capitalism - market vs political signalling. *Energy Policy* 61, 771-782.
- Kropatcheva, E. (2014). He who has the pipeline calls the tune? Russia's energy power against the background of the shale "revolutions". *Energy Policy* 66, 1-10.
- Kudrin, A. (n/d). Sobre o Fundo de Estabilidade [О стабилизационном фонде РФ]. Disponível em: <https://akudrin.ru/achievements/stabfond/>.
- Kuzmichev, A. (2003). História de petróleo na Rússia [История нефти в России].
- Levy, J. S. (2008). Case Studies: Types, Designs and Logics of Inference. *Peace Science Society*, 25:1, pp. 1-18.
- Lima, M. F. C., Silva, M. A. (s.d.). Inovação em petróleo e gás no Brasil: a parceria Cenpes-Petrobras e Coppe-UFRJ. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 27, no. 1.

- Liuhito, K., Vahtra, P. (2007). Foreign operations of Russia's largest industrial corporations - Building a typology. *Transnational Corporations*, 118 (16).
- Locatelli, C. (2006). The Russian oil industry between public and private governance: obstacles to international oil companies investment strategies. *Energy Policy* 34, 1075-1085.
- Lucchesi, C. F. (1998). Petróleo. *Estudos Avançados*, vol. 12, no 33, 17-40.
- Magomedov, A. (2010). Oil and Russia's political regime at stages in post-communist development: continuity of rent seeking within the raw-material paradigm. *Energy Policy: Central Asia and the Caucasus*, volume 11, issue 4.
- Malamud, A. (2011). A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. *Latin American Politics and Society* 53 (3).
- McPherson, C. (2003). National Oil Companies: Evolution, Issues, Outlook. *World Bank*.
- Morais, J. M. (2013). Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da PETROBRAS na exploração e produção offshore. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*.
- Moreira, J. R., Pacca, S. A., Parente, V. . (2014). The future of oil and bioethanol in Brazil. *Energy Policy* 65, 7-15.
- Neto, J. B. O., Costa, A. J. D. (2007). A Petrobrás e a exploração de petróleo offshore no Brasil: um approach evolucionário. *Revista Brasileira de Economia* 61(1), 95-109.
- Newnham, R. (2011). Oil, carrots, and sticks: Russia's energy resources as a foreign policy tool. *Journal of Eurasian Studies* 2, 134-143.
- Olcott, M. (2005). Vladimir Putin e a política petrolífera da Rússia [Владимир Путин и нефтяная политика России]. *Carnegie Endowment for International Peace*. Disponível em: <http://inosmi.ru/inrussia/20051209/224207.html>.
- Olcott, M. B. (2004). *The Energy Dimension in Russian Global Strategy: Vladimir Putin and the Geopolitics of Oil*. The James A. Baker III Institute for Public Policy. Rice University.
- Oliveira, A., Rubiano, D. R. (n/d). Innovation in Brazilian Oil Industry.
- Pacequilo, C. S. (2008). A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de

- Cooperação Horizontal e Vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 51(2), 136-153.
- Pacheco, C. A. (2004). O impacto dos royalties do petróleo no desenvolvimento econômico dos municípios da região norte fluminense. *Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás*.
- Paiva, I. (2012). A segurança energética brasileira em análise: dimensões militares, econômicas e ambientais. *8º Congresso da Academia Brasileira de Ciência Política*.
- Paz, M. J. (2014). Oil and development in Brazil: between an extractiva and an industrializations strategy. *Energy Policy* 73, 501-511.
- Pirog, R. (2007). Russian Oil and Gas Challenges. *The Quarterly Journal*.
- Pirog, R. (2007a). The Role of National Oil Companies in the International Oil Market. *CRS Report for Congress*.
- Poussenkova, N. (2007). Lord of the Rings: Rosneft as a Mirror of Russia's Evolution. *Rice University: The James A. Baker III Institute for Public Policy*.
- Poussenkova, N., Bessonova, A. (2008). O brilho e a pobreza na produção de petróleo russo. [Блеск и нищета российской нефтепереработки]. . *Carnegie Moscow Center: Working Papers No2*.
- Ramirez-Cendrero, J. M., Paz, M. J. (2017). Oil fiscal regimes and national oil companies. A comparison between Pemex and Petrobras. *Energy Policy* 101, 473-483.
- Rapier, R. (2016). The 25 Biggest Oil and Gas Companies in the World. *Forbes*.
- Reynolds, D. B., Kolodziej, M. (2007). Institutions and the supply oil: A case of Russia. *Energy Policy* 35, 939-949.
- Rodrigues, L. (2013). A Política de Petróleo e a Indústria de Etanol no Brasil. *Revista Interesse Nacional*.
- Rutland, P. (2009). Putin and the Oligarchs. Em S. W. (ed.), *Putin's Russia*. Rowman and Littlefield.
- Ryzhenko, V. (2014). Russian Oil Industry: state and problems. *Perspectives of Science and Education, no 1*.

- Shevchenko, I. V., Aleksandrova, E. N., Penjoyan, O. G. (2011). Questões actuais sobre regulação dos coplexos petrolíferos na prática mundial: o papel do Governo. [Актуальные вопросы регулирования нефтяного комплекса в мировой практике: роль государства]. *Interesses nacionais: prioridades e segurança [Национальные интересы: приоритеты и безопасность]*, 23 (116).
- Silva, A. C. (2007). A Segurança Energética na Europa. *Nação e Defesa*, 116, 31-72.
- Silva, A. C., Rodrigues, T. F. (2015). A segurança energética e um modelo para o futuro da Europa. *Relações Internacionais*, 46, 11-24.
- Simonia, N. (2004). Oil in World Politics [Нефть в мировой политике]. *Institute of the World Economy and International Relations, Russian Academy of Sciences*.
- Simonov, K. (2005). *O petróleo russo. Última repartição [Русская нефть. Последний передел]*. Moscovo.
- Souza, A. C., Figueiredo, P. N. (2013). Desenvolvimento das capacidades não tecnológicas e o papel dos processos subjacentes de aprendizagem: experiência da Petrobras. *Revista de Administração e Inovação* 10(2), 45-80.
- Stolyarova, E. I. (2009). Indústria estatal: teoria económica e prática russa. [Государственное предпринимательство: экономическая теория и российская практика]. *Boletim da Universidade Russa da Amizade dos Povos. [Вестник Российского университета дружбы народов]*.
- Sundaresan, C. S. (2012). Oil and the Political Economy of State Capitalism. *Procedia Economics and Finance* 1, 383-392.
- Szklo, A., Machado, G., Schaeffer R. (2006). Future oil production in Brazil - Estimates based on a Hubbert model. *Energy Policy* 35, 2360-2367.
- Teixeira Jr., A. W. (2015). Contribuições do Process-Tracing para os Métodos de Pesquisa em Relações Internacionais no Brasil.
- Titov, E. O., Skatov, V. D. (2017). Segurança energética da Federação Russa [Энергетическая безопасность Российской Федерации]. *XLI Conferência internacional científico-prática de estudantes «Fórum científico: ciências sociais e económicas» [XLI*

Студенческая международная заочная научно-практическая конференция «Молодежный научный форум: общественные и экономические науки»].

Tordo, S., Tracy, S.B., Arfaa, N. (2011). National Oil Companies and Value Creation. *The World Bank: The International Bank for Reconstruction and Development*.

Tsygankov, A. P. (2005). Vladimir Putin's Vision of Russia as a Normal Great Power. *Post-Soviet Affairs 21(2)*, pp. 132-158.

Tsygankov, A. P. (2006). New Challenges for Putin's Foreign Policy. *Elsiver Ltd: Foreign Policy Research Institute*.

Turitzyn, I. V. (2015). Política Petrolífera da Rússia [Нефтяная политика России].

Turitzyn, I. V. (2015). Política petrolífera russa [Нефтяная политика России].

Tuzova, Y., Quayum, F. (2016). Global oil glut and sanctions: The impact on Putin's Russia. *Energy Policy 90*, 140-151.

Venaglia, G. (2018). Os esquemas da Lava Jato. *Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/especiais/os-esquemas-da-lava-jato/>*.

Vigevani, T., Cepaluni, G. (2007). Lula's foreign policy and the quest for autonomy through diversification. *Third World Quarterly, 28(7)*, 1309-1326.

Vigevani, T., Cepaluni, G. (2007). Lula's foreign policy and the quest for autonomy through diversification. *Third World Quarterly, 28:7*, 1309-1326.

Wenzer, C. (2012). Conceptualizing energy security. *Energy Policy 46*, 36-48.

Yergin, D. (2006). Ensuring Energy Security. *Foreign Affairs, volume 85, no. 2, março/abril*.